FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO – FEUSP

JOSÉ CARLOS MATOZINHO

“PREZADO PROFESSOR [...]”:
CORRESPONDÊNCIAS DE CAIO PRADO JÚNIOR
COMO VIA PEDAGÓGICA DE CONVICÇÕES POLÍTICAS.

São Paulo
Versão modificada.

2013

José Carlos Matozinho

“PREZADO PROFESSOR [...]”:

**CORRESPONDÊNCIAS DE CAIO PRADO JÚNIOR
COMO VIA PEDAGÓGICA DE CONVICÇÕES POLÍTICAS.**

Dissertação apresentada à
Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de mestre em
História da Educação e
Historiografia

Área de concentração:
História da Educação

Orientador: Prof. Dr.
Bruno Bontempi Júnior

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: MATOZINHO, José Carlos.

Título: **“PREZADO PROFESSOR [...]”**: CORRESPONDÊNCIAS DE
CAIO PRADO JÚNIOR COMO VIA PEDAGÓGICA DE CONVICÇÕES
POLÍTICAS.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de mestre em
História da Educação e Historiografia.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Ass.: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Ass.: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Ass.: _____

Ao meu companheiro de luta
Sérgio L. de Almeida Leite Penteado Garcia

RESUMO

MATOZINHO, José Carlos. **“PREZADO PROFESSOR [...]”:** CORRESPONDÊNCIAS DE CAIO PRADO JÚNIOR COMO VIA PEDAGÓGICA DE CONVICÇÕES POLÍTICAS. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.

A escrita epistolar de Caio Prado Júnior foi compreendida como via pedagógica de convicções políticas utilizadas em sua atuação político-educativa. Meio de luta cultural de esquerda através do qual foi estabelecendo relações e cooptando sujeitos para aprendizado de conceitos, métodos do marxismo e como via válida de conhecimento em geral. A pesquisa é constituída de uma seleção bibliográfica teórica, na qual se levou em consideração a importância da história cultural, Roger Chartier, tratamento de leitura de objetos e documentos, Carlo Ginzburg, concepção de intelectual-educador, Antonio Gramsci e outras referências que trabalham com historiografia e seus materiais, como, entre outros, Hélène Vénérine. O trabalho trata da história pessoal do historiador paulista em sua relação com a história do marxismo no Brasil e no exterior e com o campo do conhecimento nos quais se buscou uma análise dos elementos, autor, material produzido, trajetória na política e na educação na sua relação com campo intelectual marxista ou não. Daquela análise e analogia sua correspondência foi visada como elemento principal de sua luta cultural e para defender uma atuação independente no campo de conhecimento.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior e educação. Correspondência pessoal. Educação e política. História da educação no Brasil. História intelectual e Marxismo.

ABSTRACT

MATOZINHO, José Carlos. “**DEAR TEACHER [...]**”: LETTERS BY CAIO PRADO JÚNIOR AS A PEDAGOGICAL PATH FOR POLITICAL CONVICTIONS. 2013. 110 f. Master’s dissertation – Faculty of Education. University of São Paulo. São Paulo: 2013

The epistolary writing by Caio Prado Júnior was understood as a pedagogical path for political convictions, used in his political and educational practice. It is a means of leftist cultural struggle through which he establishes relationships and co-opts individuals for learning Marxist concepts and methodologies as a valid means for knowledge in general. The research is constituted by a theoretical bibliographical selection, in which the following elements were considered: the importance of cultural history, Roger Chartier, the treatment of the reading of objects and documents, Carlo Ginzburg, the concept of intellectual-educator, Antonio Gramsci and other authors who work with historiography and its materials, such as Hélène Véndrine. The present work deals with the personal history of the historian, born in São Paulo, in its relation with Marxism both in Brazil and overseas, as well as with the field of knowledge in which there as an attempt to make an analysis of the elements, author, material produced, his journey in politics and in education in its relation with Marxist intellectual field or not. From that analysis and analogy his letters were viewed as a fundamental element of his cultural struggle and to defend an independent action in the field of knowledge.

Keywords: Caio Prado Junior and education. Personal letters. Education and Politic. Brazil history education. Intelctual History and Education.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação decorre do exame de qualificação após revisão, modificações, acréscimos e supressões indicados pela banca examinadora, composta pelos professores, Nelson Schapochnik e Odair Sass a quem agradeço pelo acompanhamento junto ao Departamento de História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Agradeço especialmente a meu orientador professor Bruno Bontempi Júnior pela meticulosa e necessária intervenção no decorrer de tal processo.

Agradecimento especial à professora e membro suplente da banca Carmen Sylvia Vidigal Moraes que me auxiliou em momentos difíceis.

A dissertação também é composta de auxílios informais teóricos e de depoimentos de outros atores, como, professor Luiz Bernardo Pericás, professora Maria Cecília Naclério Homem e Danda Prado, aos quais agradeço imensamente pelas conversas particulares em lugares muitas vezes públicos.

Outras pessoas participaram conjuntamente desta trajetória. Agradecimento muito especial a Elizabete Ribas que, na figura representativa do Departamento de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, recebeu-me pronta e eficientemente em todas as visitas de campo que fiz.

E um agradecimento póstumo ao professor Carlos Nelson Coutinho com quem em vida tive a oportunidade de conversar sucintamente pela internet sobre minha pesquisa, mas que não houve tempo para efetivação de encontro pessoal.

Agradecimentos a CAPES pelo apoio financeiro durante minha pesquisa.

Por fim, agradeço a todos por todo apoio a este trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O lugar de Caio Prado Júnior como referência intelectual- educativa para sua época.....	14
3. Correspondência como ação política: nacionalismo e dialética no espaço de afirmação.....	47
4. Correspondências e educação política	77
5. Conclusões.....	100
REFERÊNCIAS.....	104
ANEXO.....	107

1. INTRODUÇÃO

Na Apresentação da obra *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. 1928-1935* (2008) escrita por Paulo Henrique Martinez, Dainis Karepovs a inicia sinalizando uma característica do historiador que de imediato serve como um aviso ao leitor da obra ou a qualquer pesquisador do tema: “Caio da Silva Prado Jr. é um homem de seu tempo. E além dele” (p. 15).

Isto significa dizer que não é suficiente uma leitura do autor que considere apenas o seu contexto histórico, visto que sua obra pode ainda ser considerada uma fonte inesgotável de análise que o ultrapassa. Caio Prado é interpretado como um achado que não se esgota de significados. Com a disponibilidade recente de seu acervo depositado no Instituto Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, tem-se a abertura para esse mergulho naquele universo que, pela sua versatilidade, ainda há de mostrar muitas faces do intelectual paulista.

Com essa complexidade positiva, criam-se ao mesmo tempo algumas dificuldades negativas, pois o complexo não é resolvido facilmente, quiçá, nunca será. Mas a negatividade que surge como um desafio é, justamente por causa de tal particularidade, sempre um estímulo para enfrentá-la.

Caio Prado Júnior é assim um homem de muitas facetas, aliás, milhares delas. Nascido no ano de 1917 em uma família tradicional de São Paulo, soube utilizar das vantagens que a fortuna de sua origem abastada proporcionou, mas de forma direcionada. Uma parte dos recursos foi empregada no seu ideal de vida política marcado pelo Marxismo que sustentou, incentivou e divulgou por vários meios de publicidade, seja do auxílio ao pensamento de outrem seja pela divulgação de seu próprio pensamento marcados pela Teoria Marxista. A Editora Brasiliense e a Revista Brasiliense compuseram algumas dessas vias de divulgação.

Uma personagem real da história brasileira tão complexa e tão marcante, apontada pela pesquisadora Maria Célia Wider (2007) como “intelectual irresistível”, que se fez notar um transmissor de conhecimento por pessoas de várias regiões do Brasil¹ e do mundo sem ter

¹ Parte do título desta dissertação, “Prezado Professor”, revela uma dessas referências educativas para outrem. Ela compõe um diálogo de carta enviada por Cesar Simões Salim que inicia sua epístola dando aquele tratamento

sido um professor formal. Obras como *O sentido da revolução* de Lincoln Secco, *Sentimento do Brasil* de Rubem Murilo Leão Rêgo, entre tantas outras que procuram traçar uma daquelas faces, expõem toda complexidade de um sujeito que fez história em seu tempo, mas que influenciou nos períodos posteriores.

Esta pesquisa se deparou com tais dificuldades. Não sem aviso. Porém, a dinâmica que teve que incorporar para perseguir aquele sujeito mostrou ser ele mais multifacetado do que aparentava. Não somente para cotejar seu perfil, também para mergulhar no universo material que produziu ao longo de sua vivência, disponível em acervo privado.

Com estas variantes, a pesquisa partiu de algumas perguntas: quais das faces caiopradiana permitem demonstrá-lo como um possível educador? E, através de quais meios é possível verificar tal engajamento pedagógico?

Sua correspondência ativa e passiva entre as décadas de 1950 a 1970, especificamente as que desenvolviam ou se relacionavam com temas políticos-educativos, foi o suporte privilegiado para a “construção” de sua figura, ou, como defende Chartier, “figura do autor”.

Neste sentido, ela teve que atuar sobre dois desafios: primeiro, compreender um sujeito que pensava e vivia de acordo com sua concepção de dialética e, segundo, os elementos discursivos, materializados, deixados por ele que carregam e revelam fragmentariamente aquele dinamismo. Os principais materiais utilizados nesta pesquisa, cartas, discursos, possuíam uma constituição lacunar, fragmentária, porque seu acervo visivelmente possui essa formação deficitária para trabalhos específicos. Não é possível sob esta característica constituir diálogos completos, o que cria alguns obstáculos, que requerem algumas decisões.

Assim, decidiu-se no primeiro capítulo, “O *lugar* de Caio Prado Júnior como referência intelectual-educativa para sua época”, por compreender aquele sujeito e seu dinamismo frente ao seu tempo como um intelectual-educador. Neste aspecto, as particularidades de seu trânsito público e privado e de sua ação educativa informal, dada sobretudo pela correspondência, em debates como nacionalismo, que mobilizou sua geração,

ao historiador paulista convidando-o logo em seguida a proferir uma palestra na instituição ITA (Instituto Tecnológico Aero Espacial) que representava na época.

foram importantes para construir a figura do autor: sua representatividade em nível social. As referências teóricas e metodológicas principais ficaram a cargo de Roger Chartier e suas defesas da história cultural; Carlo Ginzburg sobre a necessidade de se buscar os “indícios” e as “intenções” camuflados pelas ações dos sujeitos e Antonio Gramsci e sua concepção de intelectual-educador, no caso de Caio considerado “alto-grau” que serve como referência inclusive para outros intelectuais e educadores, e a relação entre intelectuais e gerações.

No segundo capítulo, “Correspondências como ação política: nacionalismo e dialética no espaço de afirmação”, com aquela visualização da “figura do autor”, partiu-se para a compreensão de sua escrita epistolar marcada pela política no que se concentrou ao debate sobre o nacionalismo e dialética. Tais temas estão marcadamente presentes em sua correspondência porque denotam uma imagem do intelectual, acredita-se, tanto de pensador marxista independente quanto, por algumas correntes ortodóxicas, de “duvidoso”; uma relação que calha com uma alta demanda de cartas e conteúdos que perpassam por aqueles temas. Desse modo, o autor quando trata de um conceito, a saber, do nacionalismo, logo o utiliza como forma para dar sentido a outro, à dialética, e, conseqüentemente, faz uso desta para compreender as bases do nacionalismo. Este uso nas defesas das teses causa respeito e ao mesmo tempo algumas desconfianças sobre o intelectual. Além disto, dar ênfase ao método do materialismo dialético, quase que antecedendo as próprias teorias do Partido Comunista Brasileiro, coloca-o na dianteira metodológica do marxismo no Brasil, porque o toma como objeto de análise. Nesta fase as referências teóricas foram Chartier e sua defesa às mediações históricas coletivas, Antonio Gramsci na sua leitura da relação entre gerações, intelectuais e educação e Hélène Véndrine sobre o uso da política pela correspondência.

Com o terceiro capítulo, “Correspondências e educação política”, procurou reunir educação e política no espaço educativo informal da correspondência pelo qual atuava junto a seus interlocutores não para satisfazer simplesmente uma necessidade particular de se comunicar, mas para cumprir uma ação consciente da transmissão e educação de uma ideologia ou de uma teoria com suas possibilidades de constituir uma nova perspectiva de sociedade. Assim, a educação aparece como um meio, pela correspondência, de colocar discussões e entendimentos em pauta sobre o Marxismo. Nesta fase, recorreu-se por vezes a Antonio Gramsci sobre a tese de intelectual-educador e à teoria sobre comunicação epistolar.

O intuito foi demonstrar que a correspondência, que serve como espaço de afirmação de convicções, trabalha metodológica e educacionalmente em conjunto com a política.

Em Conclusões, a correspondência é interpretada, desta forma, como um instrumento de luta cultural de esquerda, explorada em toda sua potencialidade pelo historiador que a utiliza como uma tática para intervir na sociedade através do discurso, complemento de sua militância. Ela está diretamente ligada a sua imagem de educador revelada pelos usos que a fez constituindo assim em uma dimensão para compreender a própria "figura do autor".

2. O *lugar* de Caio Prado Júnior como referência intelectual-educativa para sua época

[Caio Prado Júnior] reaparece com todo o brilho, como expressão legítima da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e das grandes aspirações que ela suscitou de uma revolução científica, que foi abafada e transferida para diante, e da qual tornou-se um mestre, sem ter sido um professor de carreira
FERNANDES

Florestan Fernandes lembrava a representatividade intelectual de Caio Prado Júnior em seu Prefácio escrito para *História e Desenvolvimento*. Uma referência que não se absteria apenas ao campo intelectual, como ele mesmo indicou, mas que transcendeu o distanciamento que separa o pensador, em uma acepção cartesiana preso à teoria, e o mundo no qual está inserido. Sua qualificação de “mestre”, conforme a indicação do sociólogo, que cumpre uma função educativa seria uma linha tênue entre o universo intelectual e o exercício de uma “pedagogia” marcada pela política, porque trazia consigo a intenção de tornar o discurso, a verbalização, em realizações, que o tornava representante de uma ação político-pedagógica reconhecida por alguns e polêmica para outros.

Ação que aspirava uma transformação social não só no campo do conhecimento, mas sobretudo material. Seria por meio dessa relação entre o mundo das ideias e o mundo da *práxis* que a política serviria como um amálgama para uma interpretação dialética social explorada por sua atuação educativa com nuances, como se refere Florestan, distintas da via tradicional. Paradigma que o tornou respeitável e também questionável, mas nunca indiferente aos olhos daqueles que tinham conhecimento de algumas de suas obras ou de seu pensamento divulgado por inúmeros canais de visibilidade.

A correspondência foi uma dimensão dessa via incomum de prática educativa não profissionalizada que se inseria em um contexto de ação político-marxista coerente com um

processo de transformação com dimensões complexas pensado por seu autor. Na qual, da parte do historiador, antes de qualquer formalidade que exigiria a escrita epistolar, visava a aproximação e a cooptação de sujeitos, o que em certa medida obtinha êxito.

Característica importante, da não distinção de seus interlocutores, que se configurou o norte para esta pesquisa, que não fazia aparente diferenciação entre seus correspondentes, mediada pela exigência do conteúdo da demanda epistolar e de sua complexidade, compreendida aqui como estratégia pensada para aproximação ao visar a mobilização de uma grande variedade de interlocutores, detectada em seu acervo privado.

Não se constata em suas correspondências demonstrações significativas de mudanças discursivas atreladas à posição social, formas restritivas de tratamento ou seleção de correspondente, que supere uma resposta da exigência dos conteúdos das cartas que recebera, em relação a seus destinatários que levem em consideração suas ocupações e níveis sociais. Com isto, mostrava-se verossimelmente à disposição para os grandes intelectuais ou autoridades, e da mesma forma, para estudantes, curiosos, militantes. Essa aparente acessibilidade captada por outros foi demonstrada em carta pelo remetente desconhecido Pedro Barbosa: “Eu não o conheço. Nem o Sr. me conhece. Pois vivo aqui, no Piauí. Longe bem longe mesmo das mais cultas cidades do Brasil. Quando, aqui, chegam as novidades para sua terra já não as são. Vivo, praticamente, isolado”.²

Neste sentido, afora suas cartas de cunho específico, como, cartas comerciais, familiares ou administrativas, que não compõem a coletânea pesquisada, as demais que tratam de temas relacionados ao conhecimento, que aqui é interpretada como cunho intelectual, não possuem uma caracterização determinada no que se refere à relação hierárquica epistolar entre intelectuais consagrados e pensadores comuns, entre amigos pessoais e desconhecidos. Mesmo que seu interlocutor fosse uma autoridade reconhecida³ como foi o caso de Ernest Feder representante da C.I.D.A. (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional) ou um estudante de ensino básico como foi o caso de Carlos Nelson Coutinho, quando contava com dezessete anos, seu discurso mantinha ora uma complexidade, pelo qual se

² BARBOSA, Pedro M. [Carta] 20 Abr. 1959, Teresina [para] PRADO Jr., Caio In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 003co, doc. 069.

³ Esta questão, do reconhecimento representativo de Caio Prado Júnior, será analisada mais adiante.

analisava e desenvolvia conceitos, ora uma simplicidade instrutiva ou indicativa. A diferenciação se encontrava especificamente nos requerimentos dos conteúdos.

Assim o foi também, por exemplo, por cartas enviadas à Casa Euclidiana, ao amigo e filósofo João Cruz Costa, ao historiador André G. Frank, entre as analisadas no decorrer desta dissertação, que não se eximia de elogiar quando, segundo a visão do historiador, dava-se um tratamento correto aos conceitos ou de criticar duramente quando se tratava de erros teóricos. Isto demonstra uma de suas estratégias para se aproximar de seus interlocutores sem a intenção de demonstrar um egocentrismo intelectual simplesmente pelo exercício de um poder educativo sobre os demais, mas um interesse em desenvolver temas⁴ e colocá-los na ordem do dia sob uma leitura e entendimento que considerava adequados.

No conjunto aqui composto por essa pesquisa, cartas ativas e passivas entre a segunda metade da década de 1950 ao início da década de 1970, encontraram-se alguns daqueles aspectos diferenciais de sua ação educativa incomum que aos poucos vão contribuindo com a sedimentação de sua imagem de “mestre” mesmo distante das cátedras. Este foi o caso da correspondência que recebera em 1963 do Departamento Cultural do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira:

O Departamento Cultural do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da Faculdade Nacional de Direito vem, com imensa honra, convidar o Ilustre Professor Caio Prado Júnior, para pronunciar uma conferência na F.N.D., a fim de dar prosseguimento ao programa de conferências do Centro de Estudos Políticos e Sociais do referido Departamento do C.A.C.O., que visa, dentro de uma programação orgânica, trazer aos estudantes a palavra dos mais conceituados cientistas sociais e políticos brasileiros, possibilitando a conscientização que se faz imperativa diante das exigências de realidade brasileira.⁵

Segundo a citação, o “Ilustre Professor” seria convidado a compartilhar um conhecimento sobre a “realidade brasileira” que não se esgotava apenas como conhecimento; servia para trazer “conscientização” para possível uso crítico sobre aquela.

Porém, o mesmo não se percebe de seus interlocutores em relação a Caio Prado Júnior. Tendo em vista o que sinaliza Florestan Fernandes, sua indicação referencial de “mestre”, ao

⁴Esta intenção ficará mais evidente no decorrer do texto.

⁵ SANTOS, Walter G. dos [Carta] 02 Abr. 1963, Rio de Janeiro [para] PRADO Jr., Caio In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 020co, doc. 157.

analisar os discursos epistolares escritos pelos seus correspondentes, é constatado um reconhecimento da envergadura intelectual que gozava o paulista. A própria indicação da carta acima o demonstrava pela forma de tratamento, “Ilustre Professor”, diferenciação que o paulista recebia mesmo sem atuar institucionalmente como profissional da área. Eles indicavam que o historiador possuía uma importância intelectual e educativa que o acomodava em um lugar de destaque para grande parte da comunidade político-intelectual, bem como, para os estudiosos, militantes e pensadores comuns.

Assim demonstra sua variedade de correspondentes que o procuravam para esclarecimentos. Isto se deu com interlocutores, como, Bazarian, político do Partido Comunista Russo, estudantes internacionais, como, Yoon Hak-soo da Coréia do Sul ou referências intelectuais francesas, como, Pierre Monbeig. Em todas as correspondências se pode verificar um reconhecimento⁶ que incide sobre a respeitabilidade científica e política que se refere ao campo do conhecimento marxista, principalmente aquele que diz respeito às especificidades brasileiras.

Essa diferença significativa de sua relação epistolar se baseava, de seus correspondentes para o historiador, em sua representação intelectual, política e educacional em sentido amplo, conforme terminologia gramsciana de “intelectual-educador” e, dele para seus interlocutores, em relação à complexidade ou simplicidade do conteúdo epistolar demandado. É a partir dessa referência onde o intelectual encontra a política e a educação, sob uma aparente acessibilidade de resposta, que se desenha um lugar de missivista através de diálogos, esclarecimentos, orientações e, por que não, atuação educativa pela correspondência. Meio pelo qual se buscava um discurso adequado, por meio das exigências de conhecimento e temas às vezes com conteúdos complexos, às vezes simples, variável imprescindível para sua atuação como divulgador do marxismo.

Desta constatação analítica, da forma de tratamento que recebia e da sua preocupação mais com o conteúdo da carta do que com a posição social de seus interlocutores, evidencia a importância da compreensão dessa representatividade social de intelectual-educador desenhada pelo discurso epistolar que foi base de uma troca complexa de correspondência com os mais variados cartistas. Uma prática que não visava apenas uma despretenciosa troca

⁶ Como se verá pelas análises de cartas selecionadas.

de notícias, mas com caráter formador. Este decorrente do lugar que o intelectual demarcou no campo do conhecimento não só para os marxistas: procurou oferecer novas interpretações sobre a sociedade em geral e principalmente à brasileira, refletidas pelas palavras de Leandro Konder no artigo *Caio Prado Jr.: nadador e aviador*: “Caio Prado inaugurou uma nova etapa” [...](KONDER, 1998, p. 60).

Essa dinâmica do diálogo epistolar, em análise documental, cartas e manuscritos, relacionada com depoimentos e bibliografia, configura-se como elementos de compreensão do *lugar* que ocupou, como “construção da figura do autor”, movimento imprescindível da investigação do *locus* central desta pesquisa que é o da relação de tal espaço com o conjunto de sua correspondência de cunho político-educativa. Uma relação entre uma representação e sua materialidade delatada pelos objetos deixados.

Contudo, este trabalho com essas vertentes de caráter fragmentário encontrou algumas dificuldades, o que exigiu a busca de outros apoios.

Em face de tal constatação, foi necessário levar em consideração aspectos das contribuições do campo da Teoria da História⁷, a saber, o conceito de *representação* como forma de captar aquele sujeito que se representa, em sua história. Tal conceito, ao contrário de uma verificação filosófica que a tomaria em seu aspecto genérico, por isso a importância de se iniciar essa dissertação enfatizando a contrariedade do historiador da tese cartesiana de “pensador puro”, constitui-se pelas vertentes selecionadas e “fragmentadas” (cartas dispersas, leituras bibliográficas e biográficas, depoimentos e material de atuação educativa, palestras e discursos) em um *objeto histórico* que possui sua validade, captável, de um sujeito histórico caiopradiano “paradoxal”, mas *concreto*. Isto revela uma relação mútua na “fragmentariedade” daqueles elementos que se utiliza na pesquisa que concorrem para uma delimitação daquele sujeito através de sua “leitura” e construção.

Este encadeamento compreendido como “interpreta[ção] centrad[a] sobre resíduos” (GINZBURG, 2011, p. 149) pela fragmentariedade, contra-ataca esta complexidade de

⁷ Esse aspecto representativo foi tema da obra *Jogos da política: imagens, representações e práticas*, decorrente de GT da ANPUH, s.d., publicada pela Editora Marco Zero, com organização de Maria Stella Bresciani, Eni de Mesquita Samara e Ida Lewkowicz. A obra sinaliza a importância para o campo da Teoria da História de se pensar sobre o intelectual contextualizado nos movimentos sociais.

bricolagens, tendo como *corpus* o conjunto das correspondências aparentemente dispersas e aleatórias, mas reunidas pelas outras fontes utilizadas.

Em meio a este trabalho de agrupamento, elas foram mediadas pela visão de Ginzburg sobre os conceitos de *indícios* e *resíduos* deixados pelos sujeitos, o que revelaram sinais conferidos por uma “subjetividade em ação”, pelos discursos que utilizam os interlocutores, sobretudo pelas maneiras referenciais ao intelectual paulista, delatados por seus “indícios” materiais e imateriais, cada qual em sua “corporeidade” própria, as fontes em separado, e analogicamente com outro *fazer social*, por exemplo, relacionar os correspondentes de Caio Prado aos períodos de exílio deste no exterior como forma de amarra dos fragmentos da pesquisa.

Do resultado desta cosedura emergem algumas intenções que “constrói a figura do autor” (2011, p. 145) – de nosso autor – como “representação histórico-social”, no “jogo político” em que se encontrava; mais especificamente, aquela que “denuncia” e reclama um espaço educativo exigido por ele próprio em correspondência:

Escrever, para um comunista, não é fazer “bonito”. Não é procurar louvores ou mandarinatos. É contribuir para a formação e divulgação da teoria revolucionária, do marxismo. Uns farão isto melhor, outros pior. Mas todos contribuirão com alguma coisa. E é isto que importa⁸.

Uma questão revelada do problema dessa representatividade, que se tem pelos materiais e pela Teoria da História, seria seu “lugar” histórico-cultural visto pela história cultural, aqui disposto em relação à intelectualidade de sua geração e da anterior. Esse tema foi muito discutido entre historiadores como Rubem Murilo Rêgo (*Sentimento do Brasil*), Bernardo Ricupero (*Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*), Carlos Nelson Coutinho (*Uma via “não clássica” para o capitalismo*), Leandro Konder (*Caio Prado Jr., nadador e aviador*), Lincoln Secco (*Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*).

Esses são indícios de uma atuação histórica que apontam para o espaço que ocupou e que lhe confere, de certo modo, características distintas das de seus convivas intelectuais de esquerda e de direita. O que remete a uma imprescindibilidade enfática dos possíveis aspectos

⁸ PRADO Jr., C. [Carta] 11 Maio. 1946, São Paulo [para] GARCIA., Evaldo da S. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 020co, doc. S.f.

de sua trajetória intelectual que demonstre ou negue a hipótese daquele *espaço* condizente com suas ideias e ações próprias. Ou seja, resgatar momentos e eventos de sua história pessoal e de outros fatos da história em geral auxilia na confirmação ou negação de sua representatividade de mestre, intelectual-educador, que utilizava a correspondência como complemento formador dos sujeitos.

Fator importante que responde se tais características reportam ao seu “lugar de referência intelectual”, servindo como indícios sob a terminologia ginzburguiana apresentada em sua obra *Mitos, Emblemas e Sinais* (2011), é a defesa dos paradigmas indiciários dos elementos escondidos ou dissimulados para o entendimento de sua publicidade e visibilidade.

Aquela não diferenciação em diálogo epistolar da forma de tratamento dada a seus interlocutores e de enviar resposta a uma variedade de correspondentes compõe uma variante dessa característica própria de indícios que é algo velado. Isto parece estimular os interlocutores ao encorajá-los a lhe procurar devido a aparência acessibilidade emanada pelo historiador, uma chave para compreender sua popularidade⁹ e aumento significativo do número de cartas no período de destaque. Com esta evidência surgem algumas indagações: Como compreender tal dinâmica da popularidade? E, é ela captável somente pela correspondência?

Neste contexto, as condutas dos sujeitos, as discussões e acontecimentos gerais de épocas delatadas pelos suportes históricos, como sinaliza Chartier ao relacionar a carta e a Segunda Guerra Mundial, revelam condições ou acontecimentos importantes a serem considerados tanto em âmbito particular quanto coletivo. Para ele, o crescimento de tal demanda no período da “Grande Guerre”, no início do século XX, indica, como evento coletivo, que todas as classes “peut participer à l'un des plus formidables échanges de correspondance privée” (CHARTIER, 1991, p. 280). Aspecto importante da visibilidade geral social que serve para analisar não só a coletividade, mas verificar as particularidades dos indivíduos.

Com a indicação de Roger Chartier existe uma dependência dos suportes manuscritos com a história porque aqueles se dão em meio a contextos que motivam os sujeitos a produzi-los.

⁹ Este é um aspecto importante que mais adiante será retomado nesta dissertação.

No que se refere à detecção da visibilidade coletiva, casos brasileiros, fatos históricos, servem para elucidar por meio de mediação não só aspectos sociais genéricos, também singularidades de um sujeito, condutas e ideologias, a partir da sua relação com a sociedade em determinado *tempo e espaço*.

Questões como a conduta social privada e pública, vida privada e política, o entendimento de Caio Prado sobre a concepção da *ação* do intelectual como educador e temas de debates de época como o nacionalismo e materialismo dialético, doutrinas muito discutidas no período em que viveu e enfatizadas em sua biografia lançada recentemente (2008) por Lincoln Secco, servem como orientação imprescindível para aquele entendimento: seu lugar discursivo ou sua atuação, em relação a outros atores, em meio a um movimento de “resistência cultural” que se configurou no período aqui analisado, e também compreendida como ação educativa, em que se engajou.

Em se tratando dessa conduta do historiador às voltas das suas defesas sobre uma sociedade mais democrática, a política como *fazer social* aparece como um índice essencial naquela atuação. Tal característica surge como um componente seminal dessa “imagem” que ele representava. Uma ligadura que aproxima, como aponta Gramsci, o *homo sapiens* do *homo faber*, tomados estes aqui sob a analogia entre *pensar* e *agir* relacionada à atuação social do historiador paulista, sua “história cultural”.

No que se refere à relação, há no desenho daquela imagem uma dimensão da representação do intelectual preocupado em policiar uma conduta que deve condizer com suas ideias. Uma dimensão de sua ação é revelada por seu caráter, indicado em conversa no segundo semestre de 2011 por Maria Cecília Naclério Homem, sua última companheira. Havia por parte dele uma preocupação com sua conduta social relacionada a seu posicionamento político, suas convicções. Um exemplo ilustrativo estaria na sua recusa em adquirir objeto de luxo, no caso, um “relógio de luxo”, para não ferir a imagem que carregava seu pensamento crítico sobre o capitalismo relacionado ao modo como se comportava a elite de onde provinha. Uma recusa em aderir a certos comportamentos e protocolos da alta burguesia.

Isto indica um olhar do historiador sobre si mesmo que o *interditaria*, como um paradigma indiciário, diante do olhar do outro, nos “abusos comportamentais” que sua

condição social e material o autorizava, mas que em parte sua consciência política-moral não. O intelectual, naquela acepção de pensar e agir, visado como no espelho, sob a lógica de “construção da figura do autor”, de si mesmo, seria aquele que exercia também um “trabalho” moral: produzir e divulgar conhecimento e condutas para “intervenções” histórico-sociais. Isto compõe sua imagem pública que explica aspectos importantes de representatividade diante da sociedade.

Outro aspecto revelado pela historiadora indica que Caio Prado possuía uma visão de si mesmo que condizia com a imagem de “educador”, no sentido da referência intelectual que se tornara aos olhos de outros. Por outro, houve uma lacuna na atuação educativa familiar: “um lapso na educação dos filhos”, cujo desenvolvimento intelectual não acompanhou de perto.

De qualquer forma, o que ficou implícito em sua atuação geral, em se tratando do universo intelectual onde produziu conhecimento e onde atuou como orientador, foi sua referência educacional assumida por ele próprio, o que transparece nos dizeres seguintes extraídos de sua correspondência:

Assim, sendo, não posso deixar de saudar entusiasticamente aqueles que levantam uma voz diferente e nova, que é do que tanto precisa nosso país, e é tão importante para que o povo brasileiro encontre o rumo que procura desesperadamente, mas que políticos e pensadores que deveriam orientá-lo lhe trazem sob forma de miragens que a realidade dos fatos desfaz num sopro¹⁰.

Como um pensador e político que era, e que assim se reconhecia, ele também cumpriria uma função de guia que influiu política e intelectualmente na consciência dos sujeitos em uma relação mútua do pensamento com a política ou da teoria com a prática. Para ele tais dimensões deveriam estar em correlação.

A aproximação entre o “pensamento” e a “ação” possuía segundo sua defesa uma conotação de “política” dita pelas seguintes palavras a André G. Frank:

Em todo caso, o essencial, a meu ver, é sempre conduzir o pensamento em função da ação (da ação possível em cada momento), e antes de propor qualquer coisa no terreno desta ação, assegurar-se que entre ela e o

¹⁰ PRADO Jr., C, [Carta] 10 Nov. 1966, São Paulo [para] TAVARES, Assis. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. S.f.

pensamento teórico não se abre um hiato intransponível. E sempre se lembrar que a perspectiva que se tem de uma cátedra universitária ou de um debate doutrinário não é exatamente a mesma que a do campo de batalha. E que as construções conceituais, por necessárias, e mesmo indispensáveis, justas e bem articuladas que sejam, não recobrem inteiramente a infinita variedade dos golpes e contragolpes que se desferem e que são necessários desferir no engajamento em campo raso”¹¹.

Para ele a concepção de ação, ao tratar das condições da sociedade em luta, conterà uma dimensão política. Ou melhor, deverá ser ela um movimento político de “engajamento”. As “construções conceituais” deveriam se constituir em partes integrantes da ação como engajamento político. Assim, os intelectuais que as utilizavam em suas defesas ideológicas” deveriam trazê-las segundo aquela visão como “ferramentas de luta” incorporando-as em seu próprio comportamento.

Em outras palavras, recorrendo a Antonio Gramsci que define mais claramente tal conduta, haveria uma “intervenção intelectual” (GRAMSCI, 2010, p. 53), *lugar* onde melhor se acomodaria o universo caiopradiano, do qual veiculava mensagens também visuais de seu comportamento que deveriam condizer com seu discurso. Sua imagem de homem social que não reproduzia totalmente o comportamento de sua classe de origem, na vida privada, servia em âmbito público, como elemento de referência para a sociedade na relação com as ideias que defendia.

Ronaldo Vainfas alerta para a potencialidade do trabalho historiográfico quando se considera a relação entre vida privada e pública. Em se tratando das referências intelectuais, tal relação se torna mais imprescindível porquanto compõe a construção da “imagem do homem político”, em alguns casos, mesmo em família, nutrida por intelectuais em sua atuação na sociedade. O privado quando mediado pela visibilidade pública delata aspectos importantes da conduta dos sujeitos, sobretudo, para aqueles que carregam consigo um comprometimento moral e ideológico, defendido por suas convicções e revelado por suas críticas:

Enfim, somente observamos uma definição positiva (afirmativa) do conceito de vida privada ao vê-la *identificada* à noção de *familiaridade* (núcleo doméstico, íntimo), admitindo-se, porém, que a “vida privada” pode extrapolar aquela noção e ganhar os

¹¹ PRADO Jr., C, [Carta] 30 Nov. 1967, São Paulo [para] FRANK, Andre G. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. S.f.

espaços do trabalho e do lazer, em meio às tensões historicamente verificáveis entre o privado e público (VAINFAS, s.d., p.90).

Sob essa lógica do público e do privado, Maria Cecília comentaria que haveria certo comprometimento social do historiador com o que ele defendia conceitualmente, que não lhe permitiria, conforme exemplo acima, ir na contramão de suas ideias políticas. De certa forma, isto revela que suas referências sociais e culturais determinavam uma postura moral pública que precisava ser preservada. O exemplo emblemático citado seria a recusa a adquirir “objetos de luxo”. Isto porque, conforme relembra a historiadora de suas palavras: “as pessoas com as quais conviveriam, pessoas comuns, militantes, operários, também não aceitariam ou compreenderiam tal comportamento”.

Ele era um intelectual que, por meio de sua conduta, conscientemente, transmitiria mensagens também por meio de códigos não-verbais como exemplo moral; teria seu compromisso de criticar um país classista e sua burguesia capitalista negando moralmente aderir a alguns hábitos que considerava supérfluo da classe dominante.

Em meio a essa dimensão de representação moral refletida no ambiente privado que demonstra sua preocupação em adequar pensamento e ação, agora, ligada diretamente à via pública, sua interpretação do nacionalismo, por exemplo, tema imprescindível manifestamente em sua correspondência, e que é revelador de um período histórico de debate coletivo no Brasil, demonstra ao mesmo tempo indícios de posicionamento político e visibilidade intelectual, que possuem sob algumas de suas defesas a demarcação moral do lugar brasileiro frente a outras nações¹². Essa foi mais uma dimensão de sua referência educacional.

Tal concepção ideológica sobre a preservação da nacionalidade se confunde com o “jogo da política” no país, ao qual ele mantém uma aderência estreitíssima, suportado pelo campo das *ideias* em determinado período, o que envolve o movimento marxista brasileiro:

¹² Veremos que algumas dessas defesas morais foram criticadas pelo marxista paulista, mas que eram marcadas, como relembrou Rubem Murilo Leão Rêgo (2010, p. 26), com certo sentimento pelo país o que revelava também certo moralismo. Sobre esse aspecto, Rubem relembra: “(...) a dimensão que mais impressiona na análise caiopradiana é a presença de uma espécie de sentimento dos problemas nucleares da experiência brasileira”.

São essas [...] posição e perspectiva dos comunistas inspirados no verdadeiro marxismo, que fazem possível a união de suas forças com as de outras correntes políticas que podem não aceitar o socialismo [...] mas que com eles coincidem nos objetivos (PRADO Jr., 1987, p. 18).

Os objetivos, levando em consideração suas especificidades, socialistas e não socialistas, seriam aqueles decorrentes do nacionalismo.

Vertente em que atua Caio Prado Júnior como parte histórica daquele contexto – pensado aqui sob a “representação” de seu sujeito histórico encontrada nos discursos e nas práticas de uma dinâmica social –, revela um dado central importante para esta análise.

Como complemento daquela “conduta moral” que relacionava pensamento e ação, é outro fator importante a ser considerado como demarcação daquele espaço de referência intelectual no que diz respeito aos aspectos interpretativos que mantinha em contrariedade a algumas das principais teses de sua época, e, como se verá, que de certa forma se liga às suas convicções privadas marcadas pelos sentimentos pessoais que mantinha com o país, apontados em *Sentimento do Brasil* (2000), por Rubem Murilo Leão Rêgo. Parece ser este o campo que mais se empenhava em demarcar seu espaço em meio aos grandes debates coletivos.

Dentre as muitas divergências que travou com os pensadores no Brasil de esquerda e de direita – atenção especial para a organização sindical e trabalhista do trabalho rural¹³ – destacou-se sua interpretação de “nacionalismo”, entendimento singular do historiador que, acredita-se, o acomodou em uma posição intelectual privilegiada aos olhos de terceiros constatado em suas correspondências:

Depois de muchos anos, acho que o amigo trabalha no mesmo campo como eu, e oso-me esperar que mi libro NATIONALISM AND SOCIALISM... to 1917 tería algum interesse para o autor de tão profunda analise como esa de, entre outros, A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, que actualmente estou lendo com mucho interesse. Escribo hoje a mi editor que lhe mande um exemplar de mi libro. /... Estou trabalhando sobre um segundo tomo no mesmo asunto como antes, isso e A TEORIA MARXISTA DO NACIONALISMO DESDE 1917. O libro do amigo, entre outros interessantísimos libros que tenho, mostra claramente que o Marxismo é uma disciplina viva, cujo método tem importantes vantagens” [...]”¹⁴.

¹³ Sobre o assunto ver Lincoln Secco (2008).

¹⁴ DAVIS, Horace B., [Carta] 10 Out. 1969, New York [para] PRADO Jr., Caio. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 003co, doc. 39.

O excerto da carta apresentada revela o olhar de Horace Davis sobre a representação do autor de *A Revolução Brasileira* como referência, no caso, para avaliar também suas teses acerca do nacionalismo. Ele reconhecia pelo envio de sua obra, que procurava desenvolver o assunto, que o brasileiro seria a pessoa adequada para apreciá-la. Essa imagem de “autor de tão profunda análise” sinalizava para seu objeto analisado, entre eles, principalmente, os argumentos ideológicos nacionalistas, revelava que sua compreensão sobre esta questão deveria ser tomada em consideração e “respeito”.

Neste sentido, a discussão muito em voga na época na América, foi um ponto central nos debates intelectuais nas décadas de 1950 e 1960, período de uma grande demanda de cartas do Acervo, mas tratado de forma peculiar pelo autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*: “Contrariamente ao nacionalismo de convenção ou vulgar, a reflexão dialética de Caio Prado não está referida ao “país do coração”, mas ao país das classes sociais, verdadeiro e concreto” (RÊGO, 2000, p. 26).

Sobre a existência desse debate coletivo que envolveu inclusive os intelectuais sul-americanos, encontra-se no Acervo uma correspondência enviada, no ano de 1956, por João Cruz Costa, a Caio Prado Júnior,¹⁵ em que constam as bases político-institucionais do Primeiro Seminário de História das Ideias na América, na Cidade de San Juan de Porto Rico, acompanhado pelo filósofo paulista. Ela revela que o tema central do encontro foi a busca da formação de um pensamento filosófico americano com bases singulares; havia interesse por parte da intelectualidade em constituir uma característica *regional*, bem como *emancipação* filosófica em relação ao centro tradicional do velho mundo sob a ideia de uma preservação ou construção de uma identidade própria.

Assunto muito debatido na época pelos países americanos, seria incorporado pelos discursos políticos, inclusive, em certa medida, pelos governos ditatoriais. Conforme artigo de Renato Franco, o fantasma da “dependência” econômica, política, social e intelectual, marcaria, no caso brasileiro, boa parte dos discursos de sua modernização¹⁶ incorporados pelo nacionalismo.

¹⁵ COSTA, João C, [Carta] 1956, San Juan de Porto Rico [para] PRADO Jr., C.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 011co, doc. 69.

¹⁶ Sobre o assunto ver: FRANCO, Renato. Censura e modernização cultural à época da ditadura. São Paulo: UNESP. In Perspectivas, Revista de Ciências Sociais, v. 20-21, 1997-1998.

Essa carta encaminhada a Caio Prado com vistas a lhe deixar a par do que estava ocorrendo no campo das ideias na América Latina, que tinha uma relação com outros setores, como, o econômico e o político, coincide com seu lugar de representatividade acerca desse tema reconhecido por tal ato de Cruz Costa ao lhe escrever sobre os meandros do encontro. Ela indicava o reconhecimento que o filósofo paulista mantinha da representação de autoridade no tema gozada pelo historiador. Um reconhecimento não só do fato político que o encontro representava, principalmente, do campo científico.

Outro aspecto revelador de que aquele assunto do nacionalismo marcou uma época e mobilizou o historiador paulista se encontra nas publicações da *Revista Brasiliense*, de sua propriedade, assunto muito caro aos intelectuais. Em seus periódicos há trabalhos de autorias distintas que abordaram diretamente aquele tema. De tiragem bimestral, no número 1 há trabalhos como: “Política de União Nacional” de Elias Chaves Neto e “Capitais Nacionais e Investimentos Estrangeiros” de Heitor Ferreira Lima; número 5: “Aspectos da Penetração Imperialista no Brasil” de Paulo Alves Pinto; número 6: “Algumas Indústrias de São Paulo” de Aguinaldo Costa; e artigos como “As transformações do Pensamento Brasileiro no século XX e o Nacionalismo” de João Cruz Costa.

Esses são dados históricos importantes na compreensão dos espaços e das ideias defendidas pelos intelectuais que, embora revelam uma tendência de época, demonstravam a relação entre tais teses e as convicções políticas dos intelectuais, singularidades de seus pensamentos, a partir das quais são veiculadas. Um *indício* a ser considerado dos sujeitos camuflados sob suas intenções.

Este é um ponto importante para compreender características particulares do pensamento caiopradiano. No que ele se aproxima e no que se afasta do debate geral.

Para Lincoln, mesmo que ele desenvolvesse um pensamento teórico complexo em sua leitura sobre a questão econômica, política, cultural etc. da condição da sociedade brasileira, tal pensamento ainda revelava em sua base o que se notava nas teses também do PCB, aspectos “nacionalistas” daquela particularização do território: “É necessário lembrar que, apesar do distanciamento orgânico cada vez mais acentuado, Caio Prado Júnior e o partido compartilhavam muitas atitudes e programas, como a defesa do petróleo e o nacionalismo” (2008, p. 106).

Mas esta característica, como aponta, não significava uma aceitação das defesas pecebistas. Nessa particularidade encontra-se uma abertura para se analisar as bases de sua tese acerca do “nacional”, um “indício camuflado”, que lhe conferiria alguns diferenciais, o que causou certo impacto em seus admiradores por sua “originalidade”; em princípio, por não aderir a uma nacionalidade fechada *em si* mesma, em geral aceita pela intelectualidade de esquerda no país. Este é um gancho para compreendê-lo:

O nacionalismo era, para Caio Prado Júnior, uma corrente de opinião pública que nada tinha de xenófoba, mas que partia da compreensão do papel periférico e complementar da economia brasileira; afinal o que serve para medir a economia brasileira não é a renda nacional e outros índices semelhantes, mas a sua posição no conjunto das economias capitalistas (2008, p. 106).

Esta complexidade revelaria diferenças entre seu ponto de vista sobre a economia nacional e sociedade e, no geral, o do Partido Comunista Brasileiro, que no caso deste teria se apoiado nas teses do PCUS: “Fez parte do arcaboço teórico do PCB a noção, reforçada nos anos 1950, de um passado feudal para o Brasil. Ela derivava de posturas da Internacional Comunista para os países coloniais e semicoloniais definidas em 1928[...]” (2008, p. 183). O que demonstra haver uma diferenciação entre o pensamento caiopradiano (e, consequentemente, de sua publicidade) e dos intelectuais daquele partido, de um modo geral.

De início, pode-se verificar uma delas: seu pensamento por uma ampliação de entendimento de concepções obteve potencialidade de “cooptar” uma variedade de sujeitos que atuavam politicamente, os mais e os menos radicais. Isto é percebido pelas inúmeras correspondências que recebeu no período, desde setores sindicalizados, como o convite para proferir conferência no Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista¹⁷, a membros da elite intelectual paulistana de tendências políticas conservadoras, como foi o caso de Miguel Reale, presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia¹⁸.

Nisto, por um lado, encontram-se explicações para o centro gravitacional intelectual e político em que se tornou, outorgando interpretação distinta aos problemas nacionais pelo método do materialismo dialético; e, por outro, revela seu desprendimento das “referências

¹⁷ PRADO Jr., C. [Carta] 15 Abr. 1944, São Paulo [para] Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 025.

¹⁸. REALE, M. [Carta] 18 Julho. 1960, São Paulo [para] PRADO Jr. C. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJ-CP-IBF 003.

tradicionais”¹⁹. Tal fato indica ainda implicitamente sua visão da necessidade de escapar do “senso comum” como uma forma de preservação de um trabalho consciente de conhecimento autônomo e de uma imagem de *si mesmo* que demarcou seu lugar como referência intelectual “independente”:

É, portanto, notável que no verdadeiro deserto intelectual que era o pensamento de inspiração socialista por estas plagas, tenham surgido precursores originais como José Carlos Mariátegui e Caio Prado Jr. Além do mais, como sugere Novais, uma das formas mais interessantes para avaliar o pensamento de Caio Prado seria confrontá-lo com o meio a partir do qual elaborou suas idéias e do qual destoa por seu não-dogmatismo: o marxismo do Brasil e da América Latina (RICUPERO, 2000, p. 29).

Isto aponta para um problema das referências políticas e intelectuais no que concerne a sua capacidade de atrair seguidores mesmo em um debate amplo como foi o caso do Nacionalismo e suas defesas da dialética.

Em carta que enviou ao Centro de Estudos da Faculdade de Filosofia de Catanduva, por ocasião do veto de alguns docentes a seu nome para paraninfo da turma de 1968, valendo-se de eventos sociais coletivos, ele alertou para a crise das referências intelectuais no mundo, os quais não conseguiam se desvencilhar de “interesses pecuniários”, perigo que, segundo ele, levava ao “declínio” da influência dos educadores e dos pensadores para gerações. Ele criticava: “Rebelião [...] que está marcando um grande passo no sentido da libertação do mundo, e também do nosso país, de preconceitos e falsos ídolos que mal escondem pequeninos e sórdidos interesses pecuniários”²⁰.

O tema tratado pela correspondência refere-se ao movimento de contestação político-cultural ocorrido na Europa, mas, aqui, incorporado amplamente pelo historiador na crítica às referências educacionais em âmbito geral no Brasil.

A denúncia das referências é marcada pela Revolução Cultural de 1968, quando estudantes de Paris promoveram uma manifestação em prol da contestação das doutrinas

¹⁹ Mais adiante ver-se-á como Gramsci dá clareza a essa suposta crise das referências intelectuais e como isto reflete sobre a passagem de Caio Prado pelo tema do Nacionalismo..

²⁰ PRADO Jr., C. [Carta] 31 Julho, 1968, São Paulo [para] CARVALHO, Bernadete; FARIA, Eduardo G.; DOMÊNICO, José R. S. de.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. 138.

tradicionais e em favor da liberdade intelectual, período do envio da carta. Haveria uma decadência das referências do conhecimento, na medida em que os pensadores, segundo sua crítica que retoma o movimento estudantil, “não” conseguiriam escapar de um autoritarismo doutrinal. Seu posicionamento com tal afirmativa foi evidenciar o campo do conhecimento “vazio” trabalhado sobretudo pelos educadores ao reproduzirem uma fórmula tradicional.

Hobsbawm, em a *Era dos Extremos*, fez o seguinte apontamento sobre aquele movimento cultural que surtiu efeitos no Brasil alimentando a crítica do paulista:

A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais. Pois essas texturas consistiam não apenas nas relações de fato entre seres humanos e suas formas de organização, mas também nos modelos gerais dessas relações e os padrões esperados de comportamento das pessoas uma com as outras, seus papéis eram prescritos, embora nem sempre escritos. Daí a insegurança muitas vezes traumática quando velhas convenções de comportamento eram derrubadas ou perdiam sua justificação, ou a incompreensão entre os que sentiam essa perda e aqueles que eram jovens demais para ter conhecido qualquer coisa para além da sociedade anônima (HOBSBAWM, 2007, p. 328).

Embora Hobsbawm tenha situado aquela manifestação em uma crise geral social que defendia um “individualismo burguês”, mediar a crítica de Caio Prado a este contexto evidencia, segundo sua defesa, o ponto de vista de um suposto “declínio” das referências de um tipo de conhecimento, o que levariam os jovens a contestarem as referências intelectuais tradicionais.

Esta foi uma tese também apontada por Gramsci em *Cadernos do Cárcere* décadas antes daquele evento, quando analisou a influência dos intelectuais em várias sociedades (França, Alemanha, Itália), ao indicar que estava em andamento um tipo de “crise intelectual” que, ao invés de reunir os “jovens” em torno de ideais coletivos, “afastava-os”. Para o pensador sardo, esse efeito de “dispersão” seria causado pelo *vazio intelectual* manifesto na impossibilidade de compreensão das “realidades atuais”, o que na visão caiopradiana equivalia à supervalorização de “velhos preconceitos” e deficiências às defesas de um idealismo atrelado a um capital social nacional, que afetava a elaboração de conhecimento em sua atualidade. Isto, segundo Gramsci, teria sido resultado do próprio trabalho intelectual quando “alheio” à contemporaneidade:

A velha estrutura não contém e não consegue satisfazer as novas exigências: o desemprego permanente e semipermanente dos chamados intelectuais é um dos fenômenos típicos desta insuficiência, que assume caráter agudo nos mais jovens, na medida em que não lhes deixa “horizontes abertos” (GRAMSCI, 2010, p. 64).

Neste contexto se pode sugerir o papel do historiador paulista, à luz das contestações do pensamento tradicional, como “referência” para uma legião de “jovens” não somente brasileiros, mas também estrangeiros ociosos por mudanças estruturais.

Uma carta, enviada em 14/06/1960, de Seoul, por Yoo Hak-soo²¹, indica a dimensão dessa referência na trajetória intelectual internacional dos estudos que lançou no Brasil. Nela, o jovem agradecia o envio de obras sobre história brasileira, possivelmente de autoria do próprio Caio, solicitadas em correspondência anterior, como é indicado por seu discurso epistolar, transscrito literalmente: “Fiquei grande alegre ao receber sua oferta, três livros de história brasileira”. Sabendo ainda de que o intelectual se dedicava a responder cartas e “atender pedidos”, visto que obtivera retorno dele anteriormente, uma demonstração de sua abertura para atender dúvidas dos mais variados correspondentes, o jovem solicitava contribuição, ao que tudo indica, quanto ao intercâmbio entre Brasil e Coreia, bem como no desenvolvimento de seu conhecimento da língua portuguesa: “Quero que o intercâmbio será se apressar mais cedo. /...Estudando o português mais cedo e perfeitamente, vou esforço no intercâmbio mútuo. /...Espero que V.S^a ajude-me muito [...]”.

Deve-se considerar que tal “referência” pode ser interpretada frente à sua divergência das tradicionais teses do PCB ou PCUS, motivada por certa “originalidade” e “independência” intelectual no entendimento dos problemas teóricos e reais sociais apresentadas por suas obras e suas atuações em eventos políticos-educacionais. Ele não tomou como verdade alguns dos apontamentos feitos pelo bloco histórico da intelectualidade pecebista e isto, ao que, parece, acomodou-o a condições independentes, conferindo a seu pensamento certo “caráter inédito” (SECCO, 2008, p. 169-70).

²¹ HAK-SOO, Yoo, [Carta] 14 Junho, 1960, Coreia do Sul [para] PRADO Jr., C.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 003co, doc. 62.

Essa foi a impressão que Carlos Nelson Coutinho, em sua juventude, expressou em correspondência: “não resta dúvida que o considero o maior intelectual marxista brasileiro”²², de maneira que, por um lado, revelava o grau de apreço que inspirou o historiador e, por outro, vinculado a essa admiração, a imagem de representação emanada pelo intelectual paulista

Por certo a imagem do historiador que Nelson Coutinho manteve no período em que escrevera a carta não seria a mesma quando de sua atuação no Partido, mas é interessante perceber que a referência de Caio vai se construindo à medida que seu pensamento traz novas luzes à situação brasileira e que os “jovens”, caso de Nelson com 17 anos (mas é necessário pensar na concepção de jovens da perspectiva gramsciana, que não considera aí somente a idade biológica²³), acompanhavam e percebiam esse movimento.

Contudo, cabe enfatizar que algumas influências de outros intelectuais foram incorporadas pelo seu pensamento. Tal originalidade, como aponta Lincoln, deve ser tomada cuidadosamente quando se trata de certos aspectos de suas teses sobre a economia brasileira, pois haveria indícios de que alguns deles tenham partido de suas leituras de Roberto Simonsen, veiculadas a partir de um programa de curso da Escola de Sociologia de São Paulo, na década de 1930. Isto revela que tal originalidade incidiria não a partir de um dado novo apresentado por sua leitura, mas pela forma peculiar que ele incorporou e retrabalhou algumas ideias que as atribuíram aspectos distintos da maneira apresentada até então.

Do ponto de vista da representatividade intelectual de referência na ação educativa, estes *indícios* ou *resíduos* sinalizam um *lugar* que ele ocupou e por certos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro que defenderam, como aponta Lincoln Secco, um “nacionalismo fechado”, característica importante para compreender aquela representatividade.

Sem entrar no mérito de qual deles gozou de maior visibilidade, o que é importante para compreender aquele lugar frente à sociedade, embora Lincoln enfatize que “no início dos anos de 1960, Caio Prado Júnior desfrutava de grande prestígio intelectual, muito além de seu partido” (2008, p. 170), percebe-se que seus posicionamentos carregaram consigo

²² COUTINHO, Carlos N, [Carta] 28 Dez. 1956, Bahia [para] PRADO Jr., C.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 022co, doc. 10.

²³ Sobre *A questão dos jovens* em Gramsci ver “Dos cadernos miscelâneos”. Caderno 1 (1929-1930). In *Cadernos do Cárcere* (2010).

particularidades bem distintas e essas apontam não só para a referência do historiador junto ao campo geral do conhecimento, também em relação à parte da intelectualidade do bloco histórico pecebista naquela época.

Mesmo tendo o partido investido na sua publicidade através, por exemplo, do projeto do CPC²⁴, trabalho cultural de atuação forte no Rio de Janeiro que, segundo a visão de Schwarz, carregou uma atuação polêmica ao se atrelar ao modelo de produção e divulgação da “indústria cultural”²⁵, houve um lugar privilegiado em que habitou Caio Prado. Esses fatores esclarecem, por meio de uma divergência político-intelectual, pontos como o lugar representativo ocupado por ambos.

Em tal “diferenciação” parece residir uma das explicações para o “centro gravitacional” que se tornou o paulista no que diz respeito ao conhecimento para as gerações de sua época e as seguintes. Este *locus*, como já sinalizado, pode ser constatado através de seu acervo de correspondências, depositado no IEB-USP, onde se verifica que Caio “[...] recebia muitas cartas de leitores que teciam comentários à sua obra, pediam autorização para reproduzir trechos de seus livros ou faziam perguntas à espera ansiosa de uma resposta” (2008, p. 124).

Pode-se apontar que existe, sem querer reduzir a complexidade histórica daquele período, uma relação entre seu “pensamento independente”, com suas novas teses acerca da sociedade brasileira, e sua posição referencial para grande parte daquela mesma sociedade. Isto sinaliza que algumas das teses sobre um nacionalismo “primário”, aceitas por boa parte da intelectualidade tanto de esquerda quanto de direita, possuíam distinções das apontadas por ele, enfatizadas por Lincoln Secco. Elas servem como “contexto histórico conceitual”, entendido este como as produções intelectuais veiculadas por suas obras e discursos, para contribuir com a delimitação do *espaço* que aqui se persegue.

A questão que se coloca é, qual a possível interpretação e análise das características dessas defesas marcadas por uma visão nacionalista para essa hipótese do espaço que ele ocupou?

²⁴ Este tema foi tratado pelo curso de pós-graduação “Engenheiro das Almas: Intelectuais, Comunismo e Cultura – 1958-1980”, Curso ministrado pelos professores Marcos Francisco Napolitano e Rodrigo Czajka, no segundo semestre de 2011, no Departamento de História da USP.

²⁵ Sobre o assunto ver SCHWARZ, R. “Nota sobre vanguarda e conformismo”. In *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Pensando nessas possíveis diferenças, como forma de esclarecer algumas características daquelas teses, um auxílio para a explicação se encontraria no questionamento que Gramsci fez sobre a distinção entre “nacionalista” e “nacional”, no que diz respeito às ideias defendidas pelos intelectuais, que retoma tanto a hipótese de crise intelectual quanto a de referência educacional:

Segundo Benda, é justo que se serve melhor ao universal na medida em que se é particular. Mas uma coisa é *ser* particular, outra é pregar o particularismo. Aqui reside o equívoco do nacionalismo, que, na base deste equívoco, pretende frequentemente ser o verdadeiro universalista, o verdadeiro pacifista. Ou seja, nacional é diferente de nacionalista (2010, p. 72).

Na sequência, complementa:

É precisamente [...] o que os nacionalistas não aceitam; para eles, o valor dos grandes intelectuais, dos mestres, consiste em sua semelhança com o espírito de seu grupo, em sua fidelidade, em sua precisa capacidade de expressar este espírito (o qual, ademais, é definido como o espírito dos grandes intelectuais, dos mestres, pelo que se termina sempre por ter razão) (2010, p.72).

Antonio Gramsci compreende que uma das características do não-nacionalismo seria sobretudo a crítica, quando necessária, às teses lacunares dos *grandes intelectuais*, demonstrando que muito mais imprescindível que o “conformismo” seria o posicionamento intelectual baseado em argumentos sólidos. Assim, a concepção *real* do mais “alto grau de pensador” se faria a partir dessa solidez de conhecimento e não de seu “conceito vazio”, como ele diz, “efusão verbal” (2010, p. 72). Para o italiano será essa falta obrigatória de crítica de alguns intelectuais para com outros, na sobreposição de louvores a líderes que eram alimentados apenas de “imagem”, que os afastaram de uma capacidade de “cooptação”.

Caio Prado na carta a André G. Frank²⁶ demonstrou, tratando de suas teses acerca de *A Revolução Brasileira*, que esse assunto também fez parte de suas preocupações o que lhe exigiria um trabalho intelectual e educativo para tal compreensão:

Para desencadear o processo da luta revolucionária e fazê-lo avançar, precisamos de esforços coletivos [...]. Esta é a grande tarefa do momento, que exige trabalho militante ativo [...]. Trabalho este que nas condições gerais da grande massa brasileira [...] seu baixo nível político e cultural, sua predominante passividade [ao não-conformismo das opiniões], corresponde infelizmente um generalizado

²⁶ PRADO Jr., C, [Carta] 30 Nov. 1967, São Paulo [para] FRANK, Andre G. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. S.f.

conformismo na ação prática, e ultimamente também o grande cepticismo de que se acha apossado em grande parte por efeito das repetidas e continuadas decepções que lhes infligiam seus dirigentes e líderes de esquerda [...].

O “não-conformismo das opiniões”, ou seja, o não entendimento das “opiniões”, seria uma mostra das “disparidades conceituais” das teses por falta, segundo ele, de “bases sólidas”. Esses apontamentos “provisórios”, sob uma variabilidade de ideias, seria o “motivo” da *dispersão* e da *estagnação* das ações ou da capacidade de cooptação para a ação dos sujeitos. Essa dispersão, conforme Caio, causada principalmente pelos “dirigentes e líderes de esquerda”, era responsável pelo imobilismo e conformismo das ações que resultavam em um “cepticismo” social. Suas deficiências para mobilização se deveram em parte a consensos que não congregariam os sujeitos, crítica que, embora fosse muitas vezes indireta quando se tratou dos líderes do PCB, fez-se presente em muitos de seus discursos, tais como na carta a André Frank.

Aos olhos das gerações, por representar um posicionamento muitas vezes contestatório quando se tratava de polemizar as teses levantadas inclusive por membros de seu partido²⁷, o que segundo Lincoln lhe acarretaria a aversão de alguns de seus membros, ele foi tomado como uma referência intelectual para sua contemporaneidade reconhecida também em obra de Ricupero: “Caio Prado Júnior, no interior da esquerda e do próprio PCB, faz a crítica mais devastadora à teoria e prática dominantes no campo socialista” (RICUPERO, 2000, p. 27).

Para uma boa parte da sociedade brasileira e de intelectuais e estudantes estrangeiros, quer fossem radicais ou moderados, suas ideias portariam um conhecimento capaz de explicar o Brasil ou suas condições sociais gerais de um modo inovador, sem ser vanguardista. Suas obras carregaram a fama de ensaiar teses – embora recebessem muitas críticas de outros – sobre as “transformações socioeconômicas necessárias” para um Brasil *moderno* atreladas às emergências estruturais ou ansiedades de sua contemporaneidade, e é isto que, conjuntamente com outras vertentes, o acomodou em seu lugar de referência, sobretudo de educador, em um jogo político atado à imagem do intelectual muito similar a tese de Gramsci sobre os

²⁷ Por exemplo, em sua crítica em entrevista ao jornalista Victor Márcio Konder, na qual dizia que “havia um divórcio entre o que os comunistas pregavam e os problemas que eles deveriam enfrentar e explicar na prática” (Sobre o assunto ver LINCOLN, 2008, p. 106).

intelectuais e as realidades sociais. É este um aspecto importante para complementar sua imagem de intelectual-educador.

Quanto a isto, Gramsci apresenta um indício considerável. Para ele haveria sim uma crise intelectual que contribuía com transições sociais, culturais e políticas e o historiador paulista, como esboçado acima, pode em parte ser observado sob essa perspectiva. O pensador sardo, partindo do questionamento da influência dos intelectuais sobre as gerações, perguntou-se sobre qual a possível relação entre essas duas vertentes, intelectual e gerações, entendimento que aponta para duas direções:

- 1) A geração “antiga” realiza *sempre* a educação dos “jovens”, haverá conflito, discórdia, etc., mas se trata de fenômenos superficiais, inerentes a toda obra educativa e de refreamento, a menos que estejam em jogo interferências de classe, isto é, os “jovens” (ou uma substancial parcela deles) da classe dirigente (entendida no mais amplo sentido, não só econômico, mas também político-moral) se rebelam e passam para a classe progressista, que se tornou historicamente capaz de tomar o poder: mas neste caso trata-se de “jovens” que deixam de ser dirigidos pelos “velhos” de uma outra classe, de qualquer modo, permanece a subordinação real dos “jovens” aos “velhos” como geração, mesmo com as diferenças de temperamento e vivacidade [...] (2010, p. 63).

Sob a ótica gramsciana, os intelectuais, cujas elaborações de conhecimento são marcadas por suas posições sociais e culturais, estariam relacionados, com grande, média e pequena influência, à educação da sociedade. Em relação às exigências contemporâneas no jogo político-educacional, eles cumpririam a função ideológica de cooptação ou desagregação de referência educacional para suas épocas. Seria isto, em parte, que possibilitaria, segundo tal entendimento, a determinação histórica das *ideologias*, as quais, segundo ele, seriam modificadas na relação entre elaboração conceitual e realidades históricas. Assim, segundo essa tese, teria sido possível, entre outras possibilidades, apontar movimentos culturais e, às vezes, seus terminos, como, romantismo, positivismo como correntes “ideológico-culturais” atreladas a contextos, que, entretanto, em suas interpretações variadas em meio àquelas exigências, obteriam uma aceitação ou divulgação maior ou menor. Este foi seu entendimento ao demarcar o tempo presente, sua contemporaneidade, como descrente para os “jovens italianos”: “Hoje, ao contrário, as jovens gerações não crêem mais na literatura, no lirismo, na efusão verbal, aos quais têm horror: predomina o tédio, o desgosto” (2010, p. 71).

Sua tese sobre as gerações trabalhada em *Cadernos do Cárcere* lança olhar sobre um ponto importante para a história e a historiografia atrelado às condições históricas caiopradianas. Qual seja, a realização de recortes, separar o historiador paulista por meio de suas teses singulares, para a análise no *tempo* e no *espaço*. Tratar, conforme aquela, das gerações e de suas atuações em sociedade emerge de tal discussão a possibilidade de vislumbrar a demarcação daquelas esferas, *tempo* e *espaço*, no caso, Caio Prado em relação a sua geração e à anterior, o que Gramsci faz em suas críticas ao trabalho intelectual veiculado, conforme ele, educacionalmente em sua época.

No período brasileiro entre as décadas de 1950 e 1970, recorte histórico que sobretudo tem interessado a esta análise, como é aceito por alguns historiadores, inconscientemente as gerações já viveriam sob a marca de uma nova fase de intelectuais, fundada pela chamada “geração de 1930”, marcada principalmente pela tríade Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre. Esses foram apontamentos que surgiram em obras citadas no início desta dissertação onde o segundo figura como objeto de análise. Essa geração abandonaria certo modo de produção de conhecimento marcado pelo romantismo, muito recorrente entre os intelectuais brasileiros do século XIX e início do século XX²⁸.

Este foi um tema também tratado epistolarmente pelo historiador²⁹ em carta enviada em 24/06/1960, a Arivelsio Padilha, da Casa Euclidana, na qual se queixou da “discordância” entre a realidade social e o tratamento que lhe era dado na literatura brasileira, com mais peso para o texto *Os Sertões* de Euclides. Nela, ele lembrava da “discordância tão comum no passado, entre o tratamento dado à realidade brasileira em nossa literatura (e não só a de ficção)” e essa realidade tal como de fato se apresenta” que apontava como “deformadora”, criada por alguns dos “maiores escritores brasileiros” antes da década de 1930 que eram marcados pela literatura romântica. Euclides da Cunha representaria tal contingente ao ser acompanhado por muitos leitores até certo período³⁰. Este é um dado que ele demonstra ter clareza sobre a influência dos intelectuais para as gerações e seu declínio.

²⁸ Sobre o assunto ver também: ARANTES, P. *Um departamento francês de ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Ou CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*. Primeira edição, 1959.

²⁹ PRADO Jr., C, [Carta] 24 junho, 1960, São Paulo [para] PADILHA, Arivelsio.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. 24.

³⁰ Esta carta comporá a discussão do terceiro capítulo.

Em se tratando do intelectual marxista, sabe-se que ele ocupou um lugar de destaque na referida tríade, embora, sublinhe Carlos Nelson Coutinho na apresentação da obra *Sentimento do Brasil* (2000) de Rubem Murilo Leão Rêgo, reconhecido pelos pesquisadores muito “tardamente”. Caio produziu impactos profundos na sociedade, principalmente pela relação estabelecida entre política e conhecimento em suas obras acerca das condições sócio-históricas do país:

[...] ela reside [a especificidade do “pioneirismo” de Caio Prado] no fato de que Caio Prado Júnior foi o primeiro a elaborar uma imagem marxista do Brasil, imagem que foi depois desenvolvida por Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes e muitos outros, que continua ainda a dever ao historiador paulista os seus traços mais marcantes e originais (2000, p. 21).

Naquela marca, “literatura romântica”, como recorda Lincoln, ainda assentada sob preceitos da historiografia portuguesa (2008, p. 184), encontra-se uma explicação para a perda da influência que os intelectuais anteriores sofreram em relação a parte da sociedade naquele período. Com a Proclamação da República e o advento lento, embora real, do desenvolvimento tecnológico sob as teses científicas do positivismo comtiano, abriu-se um pequeno espaço para o racionalismo e conseqüentemente para as transformações no campo do conhecimento e da educação. “É dever do Estado, continua Durkheim, proteger os princípios essenciais e “comuns a todos”, tais como “o respeito à razão da ciência, das ideias e sentimentos em que se baseia a moral democrática” (BONTEMPI Jr., 2008, p. 56).

Nesses moldes, por uma política de Estado, deu-se em parte o início da “virada” do campo do conhecimento da “antiga geração” para a “geração de 1930”. Enfatizou Ricupero, “(...) sobretudo pelos novos ventos que passaram a soprar no país desde os anos vinte e se tornaram irreversíveis com a Revolução de 1930” (2000, p. 21), ainda que essa passagem não fosse abrupta. Paulo Arantes diz em seu *Um Departamento Francês de Ultramar* (1994) que essa geração ainda nutria aspectos conceituais e metodológicos da anterior principalmente pela não demarcação dos campos do conhecimento.

Em razão do abandono da problemática de um estudo marcado pelo romantismo sobre a sociedade – que retirou de suas pautas o setor marginalizado, visando muitas vezes as histórias dos “heróis” da pátria, ou seja, história do Estado, um estudo que tendeu também a “fugir”, conforme críticas do próprio Caio, da “realidade” social – foi se consolidando um

campo de trabalho de pesquisa *científico* que, no entanto, em princípio, incorporava um ideal nacionalista marcado por certo “lirismo” ou, como diz Secco, “primário” e, por vezes, “xenófobo”. Nisto residiria a diferença entre algumas teses do PCB sobre o nacionalismo que herdaria tal ideal e as de seu filiado crítico paulista, referidas linhas anteriores.

É baseada nessas diferenças que, compreende-se aqui, reside a imagem de intelectual-educador encontrada nesse último.

Esta perspectiva que, em certo sentido, não apaga certo aspecto “paradoxal”, porque até mesmo ele por vezes parece ser ambíguo em algumas posições quando nutre certo moralismo sobre comportamentos aceitáveis e rejeitáveis e que mesmo defendendo uma democracia sócio-econômica não abriu mão de alguns confortos decorrentes de sua origem abastada, foi, sobre sua conduta de formador, contudo, enfatizada por Florestan Fernandes na epígrafe inicial: “mestre sem ser um professor de carreira”.

Tal indicação aponta o grau de sua influência de educador sobre as gerações, ainda que formalmente afastado das instituições educativas, o que revela que a educação para ele transcendia os espaços tradicionais e as formalizações profissionais. Isto demonstra que ela comportava principalmente uma ação política porque ultrapassava sua própria condição privada de “homem bem nascido” em uma classe que exercia poder sobre a sociedade.

Ele reuniu em sua volta um contingente imenso de pessoas não só no Brasil, também no exterior, ávidos para compreender e criticar suas teses sobre a sociedade brasileira, sobre o marxismo e o capitalismo.

A segunda indicação de Gramsci sobre a explicação da crise dos intelectuais lança mais luz sobre o lugar que ocupou.

2) Quando um fenômeno assume um caráter dito “nacional”, isto é, quando não se revela abertamente a interferência de classe, então a questão se complica e torna-se caótica. Os “jovens” estão em estado de rebelião permanente, já que persistem suas causas profundas, sem que eles possam analisá-las, criticá-las e superá-las (não de modo conceitual e abstrato, mas histórico e real); os “velhos” dominam de fato, mas... *après moi le déluge*, não conseguem educar os jovens e prepará-los para a sucessão. Por quê? Isto significa que existem todas as condições para que os “velhos” de uma outra classe *devam* dirigir estes jovens, sem que possam fazê-los por razões extrínsecas de pressão político-militar (2010, p. 71).

Conforme Gramsci o nacionalismo apresentava assim um segundo problema, qual seja, sob sua roupagem de “nação”, não levar em consideração que esta era composta por divisões de classe, onde residia também o trabalho intelectual em relação às gerações.

A concepção de nacionalismo “xenófobo” tendia a tomar o estrangeiro como o perigo a ser evitado sem levar em consideração, do ponto de vista ideológico, que ele poderia se encontrar no próprio país. Uma questão emergia dessa visão para a concepção de “revolução socialista”. Mudança de paradigma em relação a quê e a quem?

Ao contrário do que defendiam os intelectuais do PCB, modernizar o país com características “feudais” para concorrer com países estrangeiros, não se enquadrava propriamente como uma “revolução social”, a não ser que tais mudanças estivessem relacionadas também à concorrência interna das classes sociais. Na mesma carta a André Frank, dizia Caio Prado:

Afinal de contas, não é a luta de classes o motor da história? E que é “luta de classes” senão aquela que opõe categorias sociais que se distinguem entre si, na base da situação particular e respectiva que ocupam os contêdores do sistema de relações de produção e trabalho de que participam?

Nisto se baseou uma de suas divergências, apontadas por Lincoln Secco (2008, p. 24), em relação às teses do Partido Comunista Brasileiro. Para ele, a divisão pura e simples da terra, como pregou a política de Reforma Agrária do governo Jango, e que foi incorporada pelo discurso do partido, não se enquadraria como uma “revolução socialista”, pois ela só faria multiplicar classes de proprietários e não determinaria as relações de classes no campo.

Assim, uma dimensão importantíssima do “ato educativo caiopradiano” foi a política como forma de “realidade social” mediando as elaborações conceituais, exigência do intelectual-educador enfatizada por Gramsci. Isto porque para ambos havia uma relação direta entre mudança de paradigma, divisão de classe e seu conceito, o que se torna objeto da cultura intelectual que ambos defendiam. Mais claramente, a ação intelectual entendida como “educação política” – que o pensador sardo aponta como “intervenção intelectual” para a qual o educador necessita executar um “trabalho” de educação político-social, sobretudo moral – foi um ponto seminal daquele ato educativo do historiador paulista: “Um quarto de século de atraso! São por estas e outras razões da mesma ordem que os estudantes do mundo todo se

estão rebelando contra o arcaísmo mental de homens (serão mesmo homens?) do mesmo estofado desses professores (com que direito, pergunto, chamam-se “professores”?) que dirigem a escola de vocês”³¹.

“Toda” sua elaboração de conhecimento, como recorda Lincoln, a partir do final da década de 1930 (2008, p. 89) incorporou um viés político pelo qual uma certa “realidade brasileira” foi almejada em sua “amplitude”. Sobretudo as “classes marginalizadas”, contrariamente ao que se pensou certa parte da historiografia brasileira até certo período, não esboçadas sob uma perspectiva “rascista” (2008, p. 174) ou “xenófoba”. Este foi um dos temas da obra de Secco, em que fez uma leitura terminológica do conceito de “raças inferiores” utilizado por Caio Prado, termo existente na historiografia, por exemplo, francesa até certo período, demonstrando ser uma *figura de linguagem* que se referia a uma “posição subalterna na hierarquia real pré-capitalista e capitalista econômica, cultural, social ou étnica” e não de inferioridades capacitativas.

Gramsci apontou que o *ato educativo* sob essa perspectiva política possuía além da característica de educação, “trabalho complexo” intelectual: “Deve-se convencer muita gente de que o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, com um tirocínio particular próprio, não só intelectual, mas também muscular-nervoso” (2010, p. 51); ainda havia uma característica de “instrução”, “noções concretas”, ou seja, a realidade social por uma elaboração *real simples*.

E aqui é importante retomar aquela hipótese da não distinção dos interlocutores, mas mediado pelo conteúdo da demanda da carta, ora simples, ora complexo.

Reside nisto uma explicação de educação com maior possibilidade de “cooptação” e difusão de “conhecimento” porque tal cunho se baseia na tomada da “realidade social concreta”, ou seja, que culminavam com as necessidades e ansiedades também imediatas, quer seja do ponto de vista complexo, educativo, quer seja do ponto de vista simples, “instrutivo”, características que é creditada ser similares a terminologia caiopradiana. Por ora, as “noções intelectuais simples” para um público intelectualmente “simples” também surgiram em meio às preocupações de Caio Prado Júnior.

³¹ PRADO Jr., C. [Carta] 31 Julho, 1968, São Paulo [para] CARVALHO, Bernadete; FARIA, Eduardo G.; DOMÊNICO, José R. S. de.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. 138.

Ainda, nesse “trabalho educativo” lembrou o pensador sardo da importância da democracia. Neste sentido o conceito de “cooptação” não é incorporado como “coação” ou “doutrina”, por isso sua negação do “nacionalismo primário” que se sustenta, sobretudo, na *herança intelectual*, no “respeito” aos “antigos” pensadores, sem criticar o conteúdo de suas formulações.

Esta análise sobre a “liberdade educacional”, em relação ao tema das referências educacionais, como forma de situar a questão neste texto, esteve presente tanto na atuação intelectual do historiador como “produtor de conhecimento” que, como se tem visto, emancipou-se de algumas teses tradicionais, quanto no próprio resultado, visibilidade e referência, daquela emancipação que, ao ter criticado aquelas teses, introduziu novas possibilidades ideológico-culturais para uma divulgação social marxista.

Aquele trabalho, *ato educativo* do intelectual, como “educação democrática” é um aspecto importante que leva também a compreender a ação educativa do paulista pela via gramsciana. Como relembra Lincoln, o historiador, embora filiado ao Partido Comunista, destoou intelectualmente de muitas teses defendidas pelas referências intelectuais do PCUS ou PCB. Isto leva à detenção em tal tema porque, como apontado, ele negou certas doutrinas apontando indiretamente que valorizava a democracia educacional e não simplesmente uma herança ideológica cultural.

Por um lado, a crítica que Antonio Gramsci fez ao processo educativo moderno na Itália, fazendo uma comparação entre a tradição greco-romana do passado e o ensino “desinteressado” de línguas “mortas” como grego e latim, demonstrou a importância, em determinados graus daquele tipo de ensino, da abertura aos discentes de escolhas sobre seu destino profissional, demonstrando que a educação deveria possuir uma dimensão democrático-política:

De fato, nesse período, o estudo ou a maior parte dele deve ser (ou assim aparecer aos discentes) desinteressado, ou seja, não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo ainda que “instrutivo”, isto é, rico de noções concretas (2010, p. 49).

O processo educativo deveria assim respeitar uma formação que possibilitasse uma democratização pessoal nos seguimentos das profissões sem interferência de uma herança

profissional cultural. Para Gramsci as “escolas profissionais” da sua época atuavam justamente no sentido contrário ao perpetuar “diferenças socioprofissionais”, sem o indicativo de que o *ato educativo*, mesmo sob concepções ideológicas, ainda assim, deveria ser “democrático”:

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção de vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas” [no caso, antes da Revolução Cultural, quando a sociedade era marcada por “castas”] (2010, p. 49).

A crítica do sardo, no caso, foi à formação que se resumia ao caráter de especialização, na qual os sujeitos eram encaminhados por determinação ou “coação” em direção a profissões predeterminadas vinculadas a uma pedagogia, educativa ou instrutiva, voltada para a manutenção das “diferenças”, isto é, fechadas em doutrinas.

Por outro lado, àquele processo de formação de caráter “desinteressado”, Gramsci não o negou a importância do aspecto “instrutivo”, *noções reais*, no ato educativo, que no caso de sua defesa marcado pelo ponto de vista marxista é interpretado como política na educação. Isto porque para ele aquele aspecto de instrução participava também da educação como forma imediata ou simples de conhecimento baseado na “luta de classes” e nas necessidades concretas reais: “Não é completamente exato que a instrução não seja também educação: a insistência exagerada nesta distinção foi grave erro da pedagogia idealista, cujos efeitos já se vêem na escola reorganizada por esta pedagogia” (2010, p. 43-44).

A importância deste aspecto “instrutivo”, no sentido gramsciano, “noções concretas”, simples e políticas, também pode ser reconhecida em parte na ação educativa do historiador aqui em análise, como transparece em sua carta enviada no ano de 1967 a André G. Frank quando das críticas que este dirigiu à sua obra *A Revolução Brasileira* (1966):

E concludo, agora definitivamente, que não me fiz entender, naturalmente porque me exprimi mal. Isto talvez em parte porque não pretendi escrever uma obra teórica de grande alcance, mas unicamente alertar os militantes de esquerda sobre graves erros teóricos cometidos no passado, e que tinham resultado numa tática revolucionária falseada e prenhe das mais perigosas consequências.

O “alerta” ao qual se referiu o remetente seria na verdade o meio de “instruir”, noções concretas e simples, sobre os “erros teóricos”, conhecimento complexo da revolução, que a obra em parte cumpria mesmo carregando consigo problemas conceituais. Mas esta, mesmo tendo caráter restritivo, por “noções simples” e pelo seu pragmatismo visando a mobilização de sujeitos, como reconhecido na *fala* dissimulada, *intenção*, levava, em certo sentido, ao conhecimento geral, aspectos *educativos* na sua dimensão de *instrução*.

Portanto, convicções políticas, a partir de acontecimentos históricos reais do passado em torno de uma ação de luta que “não dera certo”. Assim, a característica de instrução, alerta, carrega consigo, também segundo a visão do paulista, noções concretas, mas através de um *discurso simples*, acessível a militantes muitas vezes com restrições de conhecimento.

Acerca deste aspecto Lincoln recuperou alguns exemplos de sua preocupação com a educação das pessoas mais simples, compreendida aqui como indício dissimulado sob uma *intenção* que previa o avanço fundamental para a disseminação do pensamento marxista e da revolução. O primeiro desses exemplos foi seu interesse em conhecer a “vida dos trabalhadores” através de “suas falas”: “Também quis conhecer a vida dos trabalhadores, durante toda sua vida desejou ouvi-los” (2008, p. 37). O segundo foi seu trabalho de ensino no cárcere onde desempenhou algumas atividades educativas ao “alfabetizar alguns” presos políticos (p. 53).

Gramsci defenderia uma ação educativa similar:

Por isso, pode-se dizer que, na escola, o nexo instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos (2010, p. 44).

Embora aqui faça ele referência à educação básica, sabe-se que tal visão não se restringia a ela, visto que a formação cultural, pensada na visão marxista gramsciana, mas que diretamente se reporta à visão caiopradiana, esteve “dialeticamente” relacionada com o trabalho intelectual mais amplo em outros níveis profissionais. O professor, em certo sentido, em grau diferente, também seria um intelectual na medida em que deveria possuir uma “inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro [...]” (2010, p. 53). Assim o seria com o intelectual. Deste modo, sua

didática, deveria levar em consideração uma complexidade de conhecimentos, e, sobretudo, visando as condições intelectuais lacunares da população marginalizada, *simples*.

Neste aspecto a correspondência do paulista como meio de educação e instrução de conceitos e convicções marxistas cumpriu uma função importante como complementação de sua ação educativa, porque ela comportava uma mobilidade que cabe bem também à “ação instrutiva” no sentido gramsciano, noções concretas simples de acessibilidade. Contudo, ela não se resumiu a esse caráter, contrário ao didatismo defendido em artigo da década de 1970 por Schwarz: “O didatismo não aprofunda a teoria marxista, porém pesquisa e procura objetivar, com fito político, as atitudes, as reações, os sentimentos, os raciocínios e a fala que lhe corresponderiam” (1978, p. 53).

Embora o historiador revele em suas cartas aquela *ação instrutiva*, muitas vezes devida ao tempo e espaço diminutos (que marcam também suas obras), ela não foi tomada apenas como meio restritivo de conhecimento, mas complementar, por cuja mesma via se valeu inúmeras vezes também de formas mais complexas. Assim, ele não abriu mão de utilizar ambas as formas de ação atreladas a qualquer tema sob o prisma político-pedagógico.

A carta é assim restrita pelas suas impossibilidades de continuidades que não permite estender em assuntos: “Mas não posso agora estender-me nesses pontos”³²; mas que, vez ou outra, revela uma complexidade pelas poucas linhas que são traçadas:

É possível que as discordâncias que descubro entre os Sertões euclidianos e os sertões reais, se devam em parte a uma perspectiva diferente no tempo (entre os sertões de Euclides e os nossos, medeiam muitos decênios), e perspectiva também diferente no espaço (Euclides conheceu apenas, que eu saiba, um pequeno setor do sertão setentrional da Bahia – mas falou dos sertões em geral).

Ela, no uso que o paulista a fez, mesmo em sua “menoridade” material, portou muitas vezes temas complexos para *ensinar* e também simples para “instruir”, no sentido de mobilizar os sujeitos política e moralmente por onde se veiculava também comportamentos da vida privada. Portava essa ação de convicções marxistas decorrente de uma maneira singular de educar e formadora que contribuiu também para a demarcação referencial de seu autor

³²PRADO Jr. C. [Carta] 26 Abril. 1960, São Paulo [para] PADILHA, A. In: Ref. IEB-USP Cx. 21, doc. 24.

como educador. Há uma configuração sua de espaço político que educa ou de uma educação que politiza que se mostrou singular e acessível, portanto, referencial e, em certa medida, popular, embora com nuances duvidosos, na dimensão do privado e do público.

3. Correspondência como ação política: nacionalismo e dialética no espaço de afirmação

O excerto da carta que Caio Prado Jr. enviou a Evaldo da Silva Garcia permite levantar pontos sobre sua atuação política e sobre os possíveis usos que fazia da correspondência nesse universo.

Mas antes de tudo, satisfaço sua pergunta sobre minha posição política, uma vez que ela lhe interessa. Não é aliás difícil fazê-lo, porque continuo onde sempre estive desde que me conheço por gente: sou comunista e membro do P.C.B. E isto diz tudo³³.

Com relação à atuação política, interessa observar que, ao responder a seu destinatário, ele revelava que a missiva fora demandada por uma dúvida do interlocutor, apresentada possivelmente em carta anterior: seu correspondente o interrogava a respeito de suas convicções políticas. Diante disso, uma das questões a serem resolvidas neste capítulo é: (1) que motivos levaram-no a duvidar ou a requerer respostas sobre o lugar ocupado pelo historiador e seu pensamento político?

A carta resposta se refere aos possíveis usos políticos que o intelectual paulista fazia de sua correspondência para se comunicar com uma grande variedade de interlocutores. A utilidade é afirmada nos dizeres “satisfaço sua pergunta sobre minha posição política”; “e isto diz tudo”. A primeira frase trata do lugar político e a segunda não abre margem para dúvida do lugar assumido. Assim, ela era utilizada para “afirmar” politicamente suas convicções, e não para fugir, conforme terminologia chartiana, de seus possíveis “esquecimentos” porque para Caio sua posição marxista era evidente para si, embora nem sempre para o outro.

A carta, como reporta Roger Chartier, pode se tornar suporte de fuga do esquecimento, que se transforma em meio de entendimento do universo social, constatado ao analisar a relação entre o aumento da demanda de correspondência junto aos arquivos do correio e a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Com tais sinalizações do cotidiano dos sujeitos que o

³³ PRADO Jr., C. [Carta] 11 Mai. 1964, São Paulo [para] GARCIA, E. da S. In: Ref. IEB-USP Cx. 020co., doc s.f.

viveram, constatava-se um universo documental carregado de sentidos variados, dos bastidores da guerra inferidos tanto do ponto de vista do Estado, por meio das ordens e estratégias de guerra transmitidas aos soldados, quanto dos sujeitos envolvidos, dos militares e dos civis que habitavam ou não as regiões em conflito.

Esses discursos, em sua materialidade verbal e não-verbal, tendo em vista as marcas de seu suporte, do ponto de vista dos autores, “inscrevem” histórias no tempo também como forma inconsciente, contrária ao “apagamento”, “esquecimento” do sujeito em relação aos seus entes, mas não só em períodos de conflito, quando a correspondência cumpre uma função de “reinteração”, de lembrar ao outro que seu interlocutor *existe* ao escrever cartas para manter “comércio e, ao mesmo tempo, (...) reputação [...]” (CHARTIER Apud JONSON, 2007, p. 158).

Tais documentos conservam marcas, do ponto de vista do pesquisador, em sua construção e recomposição do fato histórico pelo auxílio, conforme Chartier, da possibilidade da “sociologia dos textos” (p. 10), quando tal material é utilizado como maneira de “gravar” historicamente os “eventos”, “textos como formas conservadas”. Fato que segundo ele ocorreu nas sociedades do período moderno ao utilizarem a escrita mediada por vários gêneros como forma de escapar do esquecimento:

O medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e de todos os textos que não deveriam desaparecer³⁴.

Contudo, em uma chave contrária ao apagamento, Caio Prado Júnior a utilizava como forma de afirmar e reiterar seu lugar político, utilizado como paradigma para suas atuações gerais, pela qual antes de torná-las resíduos históricos para fixação memorativa, as utilizavam para incidir sobre ação no presente.

Isto leva a outro questionamento: (2) a carta, como lugar de afirmação, é uma dimensão epistolar de discussão política ou é ela própria um ato político?

³⁴ Idem, 2007, p. 9.

Ambas as perguntas podem ser explicadas por uma única resposta: as dúvidas dos interlocutores, representadas pela correspondência a Evaldo Garcia, cobram de Caio Prado Júnior uma reiteração de sua posição política atrelada aos mais variados temas, bem como de suas ideias marcadas por crenças, as quais dão a escrita epistolar um estatuto de espaço de afirmação de convicções políticas. Estas, em certo sentido, que denotam dúvidas de seus interlocutores não só sobre as convicções do historiador, também sobre dúvidas epistemológicas do uso da teoria marxista como método de análise, é resultado de uma certa incerteza daqueles que o acompanhavam de perto ou para os que o observavam de longe, principalmente, sobre seu lugar político.

Embora muitas das correspondências, inclusive as aqui analisadas, reclamavam orientações sobre temas variados, elas demandavam sobre eles uma explicação específica, a saber, análise marxista caiopradiana, ponto de vista com características políticas, que pudessem principalmente situá-lo no marxismo na sua contemporaneidade, na qual havia certa tensão entre as ideias que os intelectuais defendiam e suas ações militantes. Isto o cobraria um posicionamento delicado diante das incertezas de seus interlocutores.

Segundo Hélène Véndrine, a correspondência pode se tornar espaço de conflito, onde uma variedade de intenções e dissimulações enfrenta-se por meio do discurso de seu autor.

Par la lettre, Rops se sort du politique, et en récupérant à son propre compte les termes de l'éthique, place esthétique et politique sur le même plan, là où la Politique pensait se trouver hiérarchiquement supérieure (VÉNDRINE, 1986, p. 175-176)³⁵.

Ao procurar afastar a política de seu discurso epistolar, com intenção de colocar em primeiro plano a estética, Félicien Rops, autor das cartas que analisou, o fazia atribuindo aquela uma importância maior ao apostar na valorização da estética ao criar suas obras. São nestes parâmetros que o espaço epistolar se torna ou pode se tornar conflito quando o sujeito o utiliza para corresponder às incertezas de seus interlocutores sobre a própria posição daquele para quem a carta é remetida.

³⁵ Através da carta, Rops se esquia da política, e ao recuperar a ética em seus próprios termos, posição estética e política sobre o mesmo plano, a política pensada se torna hierarquicamente superior (tradução minha).

No caso de Rops, a política surgiu negativamente quando tomada como objeto de discussão. Ele igualava os termos política, ética e estética como formas de discurso através da defesa de sua arte ao procurar retirar dela o estatuto de arte política.

Assim, a carta pode adquirir uma variedade de intenções onde se afirma negando ou afirmando uma intenção. Em tal caso o alvo negado foi a política.

Contrariamente ao uso que ele fazia, a afirmação da política é o caminho mais adequado para a análise das cartas de Caio sinalizado por dois indícios: o nacionalismo e a revolução, que se comunicam, pelo modo como ele os trabalhou, por meio da defesa do método dialético, em face de um contexto de debate no interior do Marxismo.

Através do debate de época do nacionalismo, utilizado como exemplo de sua atuação política, é possível perceber alguns aspectos no universo caiopradiano que podem esclarecer, por exemplo, sua demanda de cartas e de assuntos entre o período analisado.

Ele é um tema marcadamente presente em suas preocupações, no que concerne à superação das condições socioeconômicas do país, portanto, compôs diluidamente sobre aquela atuação um debate político por meio de sua crítica marxista.

Também, sua defesa singular ao tratar do tema, discordante tanto de visões ecléticas, como foi o caso da política do governo de João Goulart³⁶; conservadora-liberal, como foi a dos governos militares; quanto de esquerda, a defesa de representantes do PCB³⁷, contribuiu com sua determinação de intelectual marxista independente, trazendo com isto algumas consequências, conjuntamente com outros aspectos de sua atuação, referência intelectual, política, educacional para sua geração e a posterior, ao mesmo tempo que olhares desconfiados³⁸.

Esse aspecto intervém em sua visibilidade pública relacionada a uma demanda visivelmente crescente de cartas e variedade de correspondentes, ao mesmo tempo que direta

³⁶ Sobre o assunto ver SCOCUGLIA, Afonso C. *Goulart e o Golpe de 1964: Por uma nova historiografia*. In UNICAMP: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Afonso_Celso_Scocuglia_artigo.pdf

³⁷ Nelson Werneck Sodré será tomado mais adiante como essa referência pcbista.

³⁸ Sobre as desconfianças, relembra Lincoln, ele nutria e expunha “críticas aos comunistas brasileiros” (2008, p. 32), ora expostas abertamente: “Caio Prado se limitou a dizer [ao jornalista Victor Márcio Konder radicado no Rio de Janeiro] que havia um divórcio entre o que os comunistas pregavam e os problemas que eles deveriam explicar e enfrentar na prática”.

ou indiretamente se abria publicamente ao debate, tendo em vista o assunto que compõe o montante de cartas de seu Acervo, artigos publicados pela Revista Brasiliense e aumento de convites para participar de palestras, seminários etc. Um exemplo desse prestígio, quando se trata da admiração pela independência, foi o convite que recebera na década de 1960 do Senado e da Câmara para presidir uma comissão sobre remessas de lucros ao exterior em que fora convocado como “um especialista de esquerda”(2008, p. 107).

Umas das críticas que fez em meio àquele debate e que se chocava com algumas teses do Partido Comunista Brasileiro, como sinalizado anteriormente, foi a formação feudalista da sociedade brasileira. Em carta a Alberto Calvo³⁹, ele contestou a análise na obra “POLÍTICA” sobre a formação da cultura e economia da América Latina, que se baseava naquela hipótese, e afirmava o problema de se trabalhar sob aquela chave:

Não sei por onde começar, pois a usual caracterização da “burguesia” em contrastes com os grandes proprietários de terra, me parece superficial, e frequentemente (pelo menos no caso brasileiro) inexata.

Tal inexatidão se daria, complementava em seguida: “[s]ob muitos aspectos, e penso que os predominantes, a exploração da terra no Brasil se fez e se faz em moldes nitidamente mercantis, onde os traços “burgueses” sobrepõem de muito os de outra natureza qualquer”.

A “outra natureza qualquer”, subentende-se, seria o feudalismo.

Quanto a esse aspecto, Caio chocava com a tese de Nelson Werneck Sodré, um dos mais visíveis intelectuais do PCB que afirmava:

As mais antigas [relações feudais], estabelecidas por força da tradição lusa, que os primeiros povoadores trouxeram e impuseram, e condicionadas pelas imposições do meio social e até do meio geográfico, quando conciliavam as suas características com as que derivavam da causação econômica, ainda que em moldes rudimentares [...] (SODRÉ, 1990, p. 24).

Foram, segundo sua tese, as relações feudais a base da constituição social no Brasil.

³⁹ PRADO Jr., C. [Carta] 12 Jan. 1960, São Paulo [para] CALVO, A. In: Ref. IEB-USP: Cx.21 ativa, doc. 48.

O historiador paulista divergia dessa visão, que se alinhava às da Terceira Internacional, que apontava a especificidade da formação econômica dos países de origem colonial⁴⁰. A querela causaria impacto nos agrupamentos dos intelectuais, em especial nos de tradição marxista alinhados ao comunismo russo, ao dar em seus debates visibilidade à questões que contrariavam a visão do partido o que surtirão efeitos sobre sua relação com o mesmo.

Isto explica, por um lado, inúmeras dúvidas sobre seu posicionamento político, surgidas para aqueles que o acompanhavam, como ocorre visivelmente pela carta a Evaldo da Silva Garcia, e, por outro, seu reconhecimento de marxista com teses próprias.

Quanto às dúvidas, frente as suas defesas que lançavam outro olhar sobre a sociedade e que se distanciavam de algumas referências do PCB.

Quanto ao reconhecimento de originalidade, por meio dessas discordâncias, apresentavam leituras baseadas na dialética marxista, no caso do mercantilismo, na relação existente entre o capitalismo moderno e os países coloniais como uma dimensão de tal sistema econômico. Esta é uma referência verificada na carta que recebera de Teresina, escrita por Pedro Marques Barbosa no final da década de 1950: “Peço ao Sr. ter a gentileza de me remeter o catálogo completo de suas obras, pois, lendo-o na “Evolução Política do Brasil” verifiquei ser o Sr. um economista sincero, exato, poderoso e dialeticamente profundo”⁴¹.

A discussão do tema do nacionalismo como pano de fundo de sua atuação política serve, ao levar em consideração o modo que era tratado por ele, para compreender em parte o porquê da atração que exercia sobre os sujeitos, que o tornaria destinatário de uma grande quantidade de cartas oriundas de um público bem variado, como já constado, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. Mas não se quer afirmar com isto que ele seja o único aspecto mobilizador dessa publicidade, porque sua produção bibliográfica entre outras atuações também fizeram sua divulgação, porém, também esboçando e desenvolvendo muitos temas discordantes dos do partido.

⁴⁰ Sobre o assunto ver SECCO, Lincoln. *Caio Prado Jr. Sentido da revolução*.

⁴¹ BARBOSA, P. M. [Carta] 20 Abr. 1959, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 003co., doc. 69.

O nacionalismo apontado como suporte desta análise ou mais especificamente as discordâncias de Caio acerca de tal tema de uma tradição forte do PCB contribui para compreender o jogo que se desenrolou por traz de sua leitura discordante. Isto remete a seu entendimento daquela ideologia sob a ótica dialético-marxista, mais ainda compreendida sob aquela leitura que Gramsci fez sobre nacionalismo e nacional.

Por ora, a política é um tema imprescindível em sua escrita epistolar, porque nela se desenvolveram análises e comentários marcados por uma crítica marxista, o que é recorrente em sua quase totalidade, sobre temas variados da condição brasileira que remete à situação nacional para sua transformação causando impactos ao debate.

Esta finalidade de suas análises e comentários fica clara em seu discurso enviado por carta a Manuel Correia⁴² para a homenagem de paraninfo da turma de 1967 do curso Sociologia Política da Universidade de Pernambuco: “Que caminho foi esse, caminho no qual persisto e pretendo seguir até o meu último momento?”. A persistência política é apresentada como base de seu lugar ético e moral. Ético, porque este se dá no presente por uma “persistência” auto-questionadora, indicando que continuar em tal caminho era resultado de uma reiteração reflexiva que persistiria. E moral porque projetava para o futuro um caminho que pensava não ter a possibilidade de mudança, portanto, seguro, correto.

Em seguida, dava resposta sobre o que seria o caminho traçado: “É centralmente e essencialmente o de buscar na realidade brasileira tal como ela se apresenta, com toda naturalidade e sem artifícios de esquemas teóricos sobrepostos, toda inspiração para o pensamento e a ação”. Seu caminho determinado era composto pela relação entre suas formulações teóricas condizentes com suas ações. É indicada sua pretensão como referencial intelectual-político: oferecer análises, “inspiração” para mudanças, “ação”.

A carta se configurava deste modo como um lugar da política porque por meio dela podia tanto fazer análises sobre si mesma, de suas funções, quanto ser portadora, como foi o caso anterior, de um discurso marcadamente com traços políticos, o que requer qualificação do modo como esta surge na epístola. Isto remete àquela pergunta inicial: qual é o lugar da relação entre correspondência e política para o historiador paulista?

⁴² PRADO Jr., C. [Carta] 07 Dez. 1967, São Paulo [para] CORREIA, M. In: Ref. IEB-USP: Cx. 22, doc. CPJ-CA040.

Alguns indícios eram dados em carta da década de 1960 enviada a Carlos Nelson Coutinho:

Mas não é para elogiá-lo que estou escrevendo. Nem é isso que você espera (faça-lhe a justiça de o reconhecer). Como escreve em sua carta, o que você procura é se valer de minha já longa experiência, que talvez lhe seja de alguma utilidade. É com a maior satisfação que atendo a seu pedido⁴³.

Sua resposta demonstra que a prática epistolar possui uma intenção maior para além de elogios; uma forma de compartilhar “experiência[s]” e influir, “alguma utilidade”, na vida intelectual e política dos interlocutores.

Tais “experiências” perpassavam pelo universo político, como o jovem Nelson Coutinho apontava em carta anterior, que, entre outros assuntos, novamente revelava a necessidade de reiterar suas convicções políticas possivelmente devido as divergências em relação ao PCB.

A dúvida implícita parecia ser sobre sua posição política naquele período. Isto lhe exigiria esclarecimentos, demarcados e constados em seu discurso epistolar como um tema constante a ser resolvido.

A sequência do diálogo indicava aquela demarcação:

Não resta dúvida que o considero o maior intelectual marxista brasileiro, e lamento as injustas críticas de que foi vítima, por parte de elementos sem um décimo do seu gabarito cultural, pelo crime de ver a verdade antes do “grupelho” dirigente (naquela época) do P.C.B.

O episódio citado por Carlos Nelson Coutinho sobre as “injustas críticas” se referia, em parte, aos questionamentos direcionados ao historiador por membros do partido sobre seus posicionamentos discordantes de teses pecebistas.

⁴³ PRADO Jr., C. [Carta] 08 Fev. 1960, São Paulo [para] COUTINHO, C. N. In: Ref. IEB-USP: Cx. 22, doc. CPJ-CA060.

Além disto, outra postura distinta dos intelectuais do PCB foi ensaiar uma leitura do método dialético. Ele causou certo nervosismo na década de 1950 quando iniciou publicações sobre o tema, *Dialética do Conhecimento* (1952) e *Notas Introdutórias à Lógica Dialética* (1959) - importante para compreender parte de suas divergências em relação ao partido, que recoloca sua referência não só como crítico, mas como produtor de conhecimento sobre bases epistemológicas. Ou seja, autor de um conhecimento que, parecia, pretendia anteceder às próprias doutrinas do partido.

Este foi um evento que causou grandes repercussões na sua relação com o PCB e com seus interlocutores, no qual emergiu sua interpretação mercantilista do Brasil. A dialética tomada como objeto de estudo pela sua análise e leitura não foi bem recebida porque incidia diretamente sobre a política marxista do partido, à medida que, como método de ação, compunha suas teses e teorias. Tratar de tal assunto foi colocar a emergência, o que deu tal aparência, de se pensar sobre as bases do pensamento e práticas do Partido Comunista Brasileiro.

A partir da publicação de tais obras, foi acusado por militantes de desejar reformular a teoria marxista a partir de “releituras” do método e de conceitos defendidos pelo PCUS. Segundo Danda Prado, em texto (“Meu Pai”) publicado em *História e Ideal* (PRADO, 1986, p. 42) ele viveu problemas de aversão junto ao partido em função das teses que defendia: “a esquerda também coibiu sua atuação”. Isto foi reiterado em lançamento recente de biografia sobre a vida de seu pai⁴⁴, que teria recebido fortes críticas e ameaças vindas do próprio partido devido à sua inclinação a escrever sobre dialética.

Jorge Grespan confirma que a necessidade de Caio Prado Jr. de escrever sobre o método estaria baseada na própria defesa de suas teses contrárias, pelo menos parcialmente, as do Partido:

Caio Prado se interessava por lógica e metodologia desde os anos 1930. Mas talvez tenha decidido concentrar-se no estudo da dialética apenas quando sentiu a necessidade de defender suas posições: a interpretação original do Brasil e a própria divergência, derivada dessa interpretação, em relação à política oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (GRESPLAN, 2008, P. 59).

⁴⁴ Informação fornecida por Danda Prado, filha de Caio Prado Jr., no lançamento da biografia do pai: IUMATTI, P. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual* (2007)..

No caso de *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*, foi para desenvolver temas incompletos na primeira publicação e principalmente para rebater críticas contra suas formulações, como ele mesmo demonstrava em sua abertura em nota de rodapé:

Depois da publicação da *Dialética do Conhecimento*, tive bem a medida dessas dúvidas e confusões, chegando alguns críticos a me acusarem de “hegeliano” e “idealista” porque fazia da *Dialética* uma *Lógica*, e portanto um fato mental! Essa a razão porque insisto no presente capítulo em certos pontos que parecerão aos leitores mais bem informados, um excesso em assunto que para eles não oferece maiores dificuldades (PRADO Jr., 1961, p. 5).

A desconfiança sobre a “intenção” de Caio Prado Jr. em “desejar” reformular o método alinha-se a um antigo debate surgido na Europa que ainda persistiria entre os marxistas.

A pergunta de Evaldo da Silva Garcia tinha como referência também aquele apontamento, de que seus trabalhos sobre dialética ou suas discordâncias em relação a determinadas teses do partido, indicaria um intento em querer repensar o materialismo dialético sob um debate marxista com maior envergadura.

Neste sentido, a carta serve para o historiador reafirmar seu lugar em meio a inúmeros debates divergentes relacionados à aplicação do materialismo às particularidades da sociedade, também no cerne do debate do nacionalismo, tendo como referenciais aspectos de seu pensamento visto por aquele método.

Tais desconfianças seriam em parte decorrentes da crítica forte à cultura intelectual do país na sua “dependência” da cultura estrangeira, denunciando que às vezes o “intelectual nacional” com receio de contrariar teses de um centro referencial aceitava-as por respeito cultural.

Isto remete aquela tese gramsciana da categoria de análise “nacional”, em que o intelectual encontra, ao contrário do nacionalismo, abertura para questionar as ideias de uma tradição cultural.

Aquela dependência foi tema do discurso enviado por carta à homenagem de Paraninfo em Pernambuco:

Penso que o temor de fuga de nossa realidade verdadeira, esta nossa alienação do que constitui a experiência vivida por nós como coletividade com seus caracteres específicos, em proveito de padrões estranhos que nos são propostos com o selo de autoridades consagradas, penso que isto resulta em última instância de nossa formação filosófica. Somos ainda no âmbito de nossa racionalidade, escolásticos inconscientes.

As “autoridades consagradas” funcionariam como um “selo” de excelência que a intelectualidade brasileira, ou parte dela, não ousaria contestar por tradição cultural subalterna. Neste caso, os intelectuais marxistas também reproduziriam o procedimento, o que teria ocorrido com algumas teses do debate do nacionalismo quando o partido resolveu reproduzir as teorias da Terceira Internacional. Desse respeito às culturas ocidentais de origem, a racionalidade brasileira viveria em uma dependência de cunho “escolásticos inconscientes”. O estado de “alienação” decorrente de tal dependência seria, para ele, um empecilho para se compreender às condições específicas da formação e da atualidade brasileira, a concepção feudalista na formação do Brasil seria um capítulo dessa dependência.

O tema da dependência não foi uma particularidade de sua crítica. Ele foi, em parte, uma tese defendida por seu amigo João Cruz Costa em sua obra *Contribuição à História das Idéias no Brasil* (1956), e em artigos publicados na *Revista Brasiliense*, de propriedade do historiador⁴⁵, na qual estabelecia, quanto à sua prigem, uma relação entre a cultura intelectual da escolática portuguesa e a cultura intelectual da sociedade brasileira.

Tese esta que Caio Prado Jr. confirmaria no discurso à homenagem, ao denunciar a “dependência intelectual”. Ele afirmou: “Herdamos isto de nossa mãe-pátria portuguesa [...]”, ao se referir à condição do conhecimento no Brasil.

Cabe ressaltar que Lincoln Secco, em biografia do historiador, *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução* (2008), também chamará a atenção para tal característica, mas

⁴⁵ Entre os artigos se pode destacar “As transformações do Pensamento Brasileiro no século XX e o Nacionalismo” contido no nº 6 da *Revista Brasiliense*.

relacionada à historiografia portuguesa que, segundo ele, deu origem também à incorporação de conceitos por parte da intelectualidade nacional, o que se deu com o feudalismo brasileiro.

É patente nas correspondências de Caio Prado Júnior. – como forma de dar visibilidade àquela divergência – seu intento de resgatar os “verdadeiros” usos, “corretos”, do marxismo, contrário aos métodos clássicos, relacionados às condições específicas do país. Essa seria uma de suas buscas, como se pode observar no discurso de Paraninfo:

E esquecemos que “ciência” é essencialmente método, que “conhecimento” não é mais que instrumental necessário para a interpretação de nossa experiência própria e sua utilização de rígidas verdades eruditas a serem decoradas e indefinidamente repetidas, ou receituário de fórmulas a serem religiosamente respeitosa e aplicadas e cumpridas.

A “resistência” à tradição o acomodava no debate que suscitava as dúvidas de seus interlocutores. Acredita-se que ela esteja relacionada, no que diz respeito ao universo marxista, a um outro debate que mobilizou intelectuais de esquerda não só no Brasil daquele período, entre 1950 a 1970, porém de períodos anteriores, principalmente na Europa. Não propriamente sobre nacionalidades, mas da transformação socialista “adequada” a ser implementada na sociedade, o que remete à discussão no Brasil da mudança adequada da nacionalidade, que polarizou o debate político no mundo, que ele transporta para suas teses sobre as condições de seu país. Tal polarização se iniciava entre o Partido da Social Democracia Alemã e os comunistas no que dizia respeito à importância da dialética ou não no processo revolucionário.

Este é um ponto que media boa parte dos discursos políticos-intelectuais de suas cartas; alguns deles procuravam dar conta de respostas e afirmativas mediadas por alguns questionamentos, como: O que é a teoria marxista? Quais suas bases? Qual a sua maneira *correta* do ponto de vista metodológico, teórico e prático relacionada à revolução?

Neste sentido, o reconhecimento e afirmação das ações e ideias de Lenin, como referência teórica, é perceptível em seu diálogo com Evaldo da Silva Garcia, em que enfatizava a complexidade da revolução nos seguintes termos: “[...] lembre vagamente o que Marx fez para o século XIX, e Lênin para a Europa e sobretudo a Rússia dos primeiros vinte anos deste século?”. Há uma valorização dos atos dos dois intelectuais para a sociedade, com

especial atenção ao segundo por resgatar e dar ênfase ao método dialético para os marxistas posteriores. Uma referência imediata para o século XX.

O pensamento leninista foi tema de suas discussões, inclusive de palestra que ministrou a convite principalmente de Centros Acadêmicos, como se verifica em carta enviada pelo Diretor Hamilton Ferraz de Mello do Departamento de Cultura do Grêmio Politécnico da Universidade de São Paulo (POLI)⁴⁶, que o requisitou a falar sobre “Marxismo-Leninismo”. Ela aponta seu lugar acerca daquele debate que não deixava de discutí-lo mesmo em se tratando de tema que criava conflito entre os partidos comunistas.

Pela relação com a linha leninista, ou antes pela importância que ele dava ao pensamento de Lenin na defesa do materialismo dialético, passou ser reconhecido como um “marxista ortodoxo”, sem levar consideração aí um respeito por simples tradição, conforme a crítica gramsciana sobre o tema apresentado no capítulo anterior.

A concepção de ortodoxia é mais adequada tendo aqui por base a defesa de Ricardo Musse. Em sua tese de doutoramento, intitulada *Do Socialismo Científico à Teoria Crítica*, Musse defendeu que a “ortodoxia não reside na pretensão de preservar a 'integridade estética' do sistema de Marx, mas em destacar a essência mais íntima – histórica – do seu método ou em ressaltar seu centro vital – 'a dialética concreta e histórica'” (MUSSE, 1997, p. 52).

Sobre essa ênfase à dialética, Lukács através de seu resgate e afirmação de sua importância para a revolução foi uma figura central, o que possibilitou analisar a sociedade na sua relação mútua como parte concreta integrante de um contexto⁴⁷. Isto é um dado importante que resgata o pensador húngaro para esta análise no que se refere à dialética e à revolução, o que permite em parte relacionar o historiador paulista especificamente com o debate europeu sobre a dialética.

Essa relação faz parte da discussão em âmbito transcontinental ao reunir a cultura intelectual marxista tanto no velho, como nos novos continentes. A obra *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais* (1999) organizada por Michael Löwy elenca algumas dessas discussões que procuraram recuperar o estatuto metodológico do

⁴⁶ FERRAZ, H. [Carta] 25 Abr. 1962, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 020co., doc. 209.

⁴⁷ Este foi um gancho para compreender a defesa de Caio Prado sobre o mercantilismo brasileiro.

materialismo dialético nas condições sociais e nos processos revolucionários ensaiados na América Latina. Ela demonstra os debates influenciados pelo pensamento europeu de esquerda onde o materialismo dialético se tornou ponto central nas discussões envolvendo os marxistas da Social Democracia Alemã e os demais que os acusavam de fazerem uma releitura modificadora da Teoria Marxista na qual a dialética era transformada em evolução.

Entre os textos reunidos é importante destacar: “Uma crítica de esquerda à Frente Popular Chilena” (1942), escrito originalmente por Humberto Mendonza⁴⁸, que fazia uma crítica à dialética do Partido Socialista no Chile colocando em dúvida sua relação com o governo ao alcançar ministérios sem reverter essa presença política em mudanças para a classe trabalhadora:

No Chile, no atual regime, as classes trabalhadoras *não chegaram* ao governo pelo fato de o Partido Socialista estar nos ministérios. Na verdade, o que aconteceu é que as classes trabalhadoras correm o risco de perder seu partido porque lentamente a dialética do processo político fará com que o Partido Socialista represente interesses cada vez mais alheios ao proletariado e próximos ao do capitalismo nacional e internacional (1999, p. 146).

O cerne de tal debate no Chile, relembra Löwy, era a “hegemonia stalinista” que se desenhava no conflito entre marxistas adeptos à política da União Soviética de Stalin e à política de esquerda voltada ao capitalismo desenvolvimentista.

Outro texto importante a destacar é “O socialismo revolucionário no Equador” (1952) escrito por Manuel Agustín Aguirre, correspondente de Caio Prado Júnior, que questionava a condição sócio-política do Equador frente às condições da sociedade em geral naquele país:

Somos levados a situações insustentáveis como esta pelos teóricos metafísicos que acreditam que o peso que tiveram as classes burguesas e as ideias liberais no desenvolvimento industrial da Europa e dos Estados Unidos, nos séculos XVIII e XIX, ainda o conservam na América índia, tão distante e diferente, em plena metade do século XX (1999, p. 204).

Suas críticas ao acusar os “teóricos metafísicos” de não compreenderem a sociedade se baseavam na mesma crítica que Marx e os marxistas críticos da Social Democracia Alemã fizeram à intelectualidade e aos cientistas que deixavam de levar em consideração o

⁴⁸ O texto original de Mendoza tinha por título: “El Frente Popular a la luz del socialismo revolucionario”.

materialismo dialético na constituição social. Ele adere ao debate sobre que tipo de sistema político seria mais adequado levando em consideração uma sociedade de cunho socialista.

Ainda, com “O inimigo imediato” (1966), outro correspondente de Caio Prado Júnior, André G. Frank compactuava com uma de suas teses que a América Latina colonial foi uma integração de um capitalismo complexo e não de um resquício de sistema feudal o que aloca sua condição em uma dialética capitalista que urgia mudanças revolucionárias:

Quem fará a revolução na América Latina, e contra quem ela será feita? À guisa de resposta. Che e seu exemplo nos guiam na luta revolucionária contra todos os obstáculos, onde eles se encontrarem e seja qual for sua natureza, contra o imperialismo que existe na própria sociedade latino-americana, e mesmo na ideologia e prática contra-revolucionária de certas pessoas nos países socialistas e nos partidos marxistas (1999, p. 388).

A questão dos meios do processo de revolução era um ponto fundamental para a transformação das sociedades latino-americanas pela qual valia questionar inclusive os próprios partidos socialistas que se alinhavam a um processo revolucionário que se afastava do materialismo dialético.

Este debate que ecoou na intelectualidade e na política da América Latina teve assim seu início na Europa onde mobilizou e polarizou os marxistas em torno do materialismo dialético na revolução social. Debate este que esteve por muito tempo em disputa no interior dos partidos comunistas e da Social Democracia, mais especificamente, que iniciou na Alemanha com as divergências entre dissidentes do SPDA, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e os principais teóricos daquele partido, como, Bernstein e Karl Kautsky⁴⁹.

Pode-se tomar aquela discussão sob o título da obra lançada na época por Rosa Luxemburgo, *Reforma social ou Revolução?* (1900) – o que coincide com as críticas de Caio às mudanças de cunho nacionalista –, um conjunto de artigos que criticavam as teses de Bernstein, que atuava junto ao partido alemão, acusando-as de reformular a teoria marxista retirando dela seu caráter dialético para substituir por uma política que levasse em consideração uma evolução socialista e não uma mudança profunda de médio ou curto prazos

⁴⁹ Sobre o debate sobre a dialética na teoria marxista, ver: MUSSE, R. *Do Socialismo Científico à Teoria Crítica*. 1997. Tese (Doutorado em Filosofia do Direito) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.

em suas relações dialéticas: “[...] na concepção bernsteiniana, o caráter socialista da luta sindical e parlamentar reside na crença da ação socializante progressiva que exerce ela sobre a economia capitalista, mas semelhante ação [...] é puramente produto da imaginação” (LUXEMBURGO, 1986, p. 59-60).

Para ela, a ação defendida por Eduardo Bernstein se apoiava no idealismo: “[...] a teoria de Bernstein tira da terra firme o programa socialista, colocando-o em base idealista” (1986, p. 58)⁵⁰.

Em conformidade com aquela defesa, o componente dialético seria para Caio fundamental no processo de revolução. É este ponto de vista que afirma em carta ao mesmo André Frank onde dizia que “toda luta revoluvionária [tinha] seu ponto de partida [...] na luta por reinvidicações imediatas”⁵¹, por isso a necessidade da mudança em curto ou médio prazos. E que tais mudanças se dariam pela “luta de classes”, portanto, não por acordos ou acomodações vagarosas em ascendência ou evolução.

A dialética residiria na “luta de classe” que complementa ao seu correspondente com o argumento, “senão aquela que opõe categorias sociais que se distinguem entre si, na base da situação particular e respectiva que ocupam os contendores do sistema de relações de produção e trabalho de que participam”. Essa luta seria visível e imprescindivelmente o caráter da revolução.

Assim como Rosa, ele reafirmava a relação dialética na luta revolucionária em que levava em consideração uma ação transformadora sobre as condições sociais “reais”, embora tais lutas, ao contrário dela, fosse negado qualquer caráter de violência. A transformação se daria através da “luta de classe” pelos opostos em conflito ideológico e vias pacíficas com possibilidades de amadurecimento político e social em uma mudança concreta implementada

⁵⁰ Conforme já pontado neste capítulo, em nota de rodapé de *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*, o idealismo foi a principal contraposição da dialética que a partir desta Caio Prado Jr. lançou contra aquele pesadas críticas. Alguns desses críticos são elencados por Lincoln Secco (2008, p. 182): “Paulo Cavalcanti” pela sua obra *Os equívocos de Caio Prado Júnior*, “Marco Antônio Tavares Coelho”, “Jacob Gorender” e ainda “Carlos Nelson Coutinho”.

⁵¹ PRADO Jr., C. [Carta] 30 Nov. 1967, São Paulo [para] FRANK, A. G. In: Ref. IEB-USP: Cx. 021co., doc. ?.

pelos homens, não por meio de acomodamento de interesses em sentido evolutivo, com uma dinâmica própria da evolução.

Por outro lado, essa aproximação ao debate, concindindo com o que Rosa acusava a Social Democracia de uma releitura não dialética da revolução, deixava a impressão de que Caio, aos olhos de críticos, desejava rever a leitura que se fazia no Brasil do materialismo dialético. É preciso observar que para uma parte da intelectualidade de esquerda do PCB que respeitava as teses do PCUS, ao criticar os trabalhos de dialética de Caio Prado, era vedado qualquer tentativa de se discutir sobre o método incorporado pelo partido porque ela seria uma recusa em aceitar o que era determinado por ele via União Soviética.

Essa resistência dos intelectuais de certa forma era reconhecida pelo historiador. Em nota de rodapé na primeira página de *Dialética do Conhecimento* (1952) ele se assegurava em não contrapor às teses do “Partido Comunista (bolchevique)” ao enfatizar tal “fonte sem dúvida mais atual e autorizada na matéria” (PRADO Jr., 1980, p. 11), antes de expor sua interpretação do tema para esquivar da aparência de que ela fosse uma leitura que desejava colocar em xeque a validade daquela autoridade.

O conflito sobre o debate em torno da dialética na revolução, que surtirá efeito também na Rússia do período leninista, de onde Lenin travou divergências com o Partido da Social Democracia Alemã publicadas em sua obra *A Revolução Proletária e o renegado Kautsky* (1918), reverberou em muitos países onde se organizou o partido comunista.

O caso que interessa considerar aqui como referência para o Brasil seria, mais tarde, o da Hungria. Lukács fará um apanhado dessa discussão em sua obra *História e Consciência de Classe* (1923) e que será traduzida para várias línguas, inclusive para edição brasileira. O historiador paulista era um leitor de Lukács, conhecedor inclusive de suas teses sobre estética, pensadas através da teoria marxista. Em sua biblioteca, depositada no IEB-USP, é possível verificar a marginália de Caio Prado Jr. na obra *Estética*, do pensador húngaro. Além disto, o pensamento lukácsiano foi tema de correspondência⁵² trocada na década de 1950 com Júlio Leppilli da Universidade de Roma na qual é citada aquela obra do marxista húngaro.

Cabe ressaltar também que ele fez uma viagem à União Soviética em 1933 (PÁDUA, 1989, s. p.), o que lhe aproximaria do tema, onde travou contato com vários marxistas que se

⁵² LEPPILLI, Julio. [carta] 18 dez. 1953. Roma [para] PRADO Jr., C. In Ref. IEB-USP: Cx. 014co-2, doc. 99.

tornariam seus correspondentes ao longo de anos. Estes lhe encaminhariam uma série de bibliografias, a seu pedido. Da viagem publicará *URSS, um novo mundo* (1934) único texto que Carlos Nelson Coutinho, em carta já citada, diz não ter lido por se tratar de “obra esgotada”. Nele, o autor tratou de expor suas observações sobre aquela comunidade a partir de anotações que fizera em diário de viagem.

Este é um tema que ainda persistiu em sua correspondência do final da década de 1960 em que utilizava uma visão dialética para expor sua visão sobre os dois mundos separados pelo muro de Berlim. Em resposta à demanda de Castorino Telles de Souza⁵³, Caio Prado Jr. desenvolveu uma reflexão sobre a construção do muro na sua relação político-dialética entre a representação dos “dois mundos”, em que afirmará que seu levantamento se baseou em uma necessidade da época, visto que “[...] a circulação era livre em Berlim, grande número de pessoas que trabalhavam e exerciam suas atividades produtivas em Berlim Ocidental, fixavam residência na parte oriental afim [sic] de beneficiar-se das vantagens que oferecia”. Os “benefícios” são expostos parágrafos antes: “Na República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), como na generalidade dos países socialistas, existe um serviço social muito desenvolvido, que abrange desde o ensino gratuito, em todos os graus assistência à saúde [...]”.

Fazia sentido conforme sua defesa a construção do muro, porque ela regulamentaria a relação entre benefícios sociais, sistema de produção e aderência política, ou seja, somente quem produziria ou atuaria na parte oriental sob um sistema produtivo e organizativo poderia se beneficiar do que era produzido, em uma regulamentação entre oferta e demanda. Ele dirá ainda que se tratava apenas de um exemplo que se inseria em uma “questão, no seu conjunto, é muito mais complexa”, o que não seria possível tratá-la na sua inteireza por carta.

Quanto a seus contatos naquela região, pode-se destacar ainda Zdenek Kourím, que em carta⁵⁴ da década de 1960 enviada de Praga agradece recebimento de obras, escritas como surgem na carta, de sua autoria: “DIALÉTICA DO CONHECIMENTO/ 2 tomes 7 et ESBOÇO DOS FUNDAMENTOS DA TEORIA ECONÔMICA”. Cita ainda “NOTAS INTRODUTÓRIAS [...]” e o comunica que lhe enviará um texto “LA PLANIFICACIÓN EN LA URSS EM LA ETAPA ACTUAL par I”, publicado por A. Evenko.

⁵³ PRADO Jr., C. [Carta] 27 Nov. 1968, São Paulo [para] SOUZA, C. T. In: Ref. IEB-USP: Cx. 021co. ativa, doc. ?.

⁵⁴ KOURÍM, Z. [Carta] 28 Jan. 1963, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 020co., doc. 195.

Outro correspondente, um dos mais importantes do ponto de vista político, seria Bazarian, com uma atuação importante junto ao PCUS de Moscou. Suas relações eram, além de pessoais, políticas: mediavam seu contato com setores do partido e também como correspondente bibliográfico.

De tal relação há duas indicações de diálogos por correspondências. No ano de 1957, Bazarian o comunicava da possibilidade de publicação em russo da obra *Dialética do Conhecimento* que a qualificava como “o melhor que se publicou até agora sobre o assunto por um autor Latino-Americano”. A obra era reconhecida por sua referência qualitativa.

Em outra carta da década de 1950⁵⁵, encontram-se informações requeridas em resposta à carta anterior enviada por Caio Prado Jr.: “O livro sobre as Categorias da dialética sob a redação de Rosenthal não existe aqui em espanhol”, obra encomendada pelo paulista. E ainda demonstra o interesse deste sobre o tema dialética: “Como várias vezes prometi, enviar-lhe-ei todos os livros de Filosofia sobre dialética, logística e lógica matemática”. Tais temas serão objeto de suas obras de “cunho” filosófico, já apontadas anteriormente, parte do pivô das desconfianças e dúvidas de pessoas com interesse no marxismo no Brasil alinhadas às linhas mais ortodóxicas do PCUS ou não.

É importante enfatizar que o livro *Notas Introdutórias à Lógica Dialética* seria lançado em 1959, mesmo ano do envio da carta. Esta demonstra que ele estava em fase de amadurecimento, o que a torna meio de compreensão de suas elaborações, das teses que defendeu anteriormente, bem como, das respostas às críticas que recebera. Há, com isto, uma relação visível entre sua correspondência e seus contextos de produção intelectual e atuação política mediados por aquele debate geral sobre a dialética; um contexto que o transcende: há um posicionamento seu na polarização político-intelectual entre Partido Comunista e Social Democracia na qual sem dúvida se alinha ao primeiro, embora tratar do tema o acomodava na divergência de onde surgiram algumas dúvidas sobre sua condição política.

Sobre tal relação sugerida nos diálogos presentes em sua correspondência, há dois pontos a serem considerados: primeiramente, ele tinha conhecimento da existência das divergências entre a intelectualidade dos dois partidos; e, em segundo lugar, certos militantes,

⁵⁵ BAZARIAN. [Carta] 06 Jul. 1959, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 022co., doc 31.

políticos, intelectuais ou interessados no assunto reconheciam, mesmo que indiretamente, nos seus trabalhos e na sua atuação política uma relação com o tema.

Sua aderência à discussão ocorreu a partir de seu interesse pela questão ainda em 1930, mas que ganhou visibilidade pela publicação de suas obras filosóficas da década de 1950. Como enfatiza Grespan em *A teoria da História em Caio Prado Jr: dialética e sentido*, “desde os anos de 1930” até a década de 1950, dedicava-se a escrever obras teórico-práticas sobre dialética para divulgação ao público brasileiro. Sua adesão é patente sobretudo em sua epistolografia através da qual lhe dá publicidade e a desenvolve ao mostrar pelo seu discurso epistolar os caminhos percorridos em torno de tal assunto.

É o que se constata com o materialismo dialético como meio de compreender a sociedade e como forma de implementar mudanças; isto ele deixa claro em suas obras e na correspondência a Nelson Coutinho. Esses pontos demonstram que, para ele, a dialética era um assunto de importância, haja vista, sobretudo, que apresentou ao público brasileiro o ensaio *Dialética do Conhecimento*, primeiro no Brasil com o caráter de tomá-la como objeto de análise.

Suas obras de cunho metodológico despertariam interesse dos leitores em várias regiões, o que é constatado também em sua correspondência. Além dos inúmeros casos estrangeiros, Kourím, Bazarian etc., há interesse principalmente no Brasil, por exemplo, em solicitações ou comentários por carta enviada de Sergipe⁵⁶, escrita por Dr. Joviano Carvalho Neto, e do Rio de Janeiro, enviada pelo Padre Fernandes Bastos de Ávila⁵⁷, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, agradecendo envio de *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*, entre muitos outros. O que demonstra no país o interesse de alguns leitores pelo tema.

Esses apontamentos confirmam que parte de seus leitores tinham conhecimento de sua relação com aquele debate, polarizado a partir da querela entre os marxistas na Europa.

Não se quer afirmar com isto que sua incorporação do assunto tivesse somente aquela especificidade do debate estrangeiro sobre aquele cunho em qualquer processo de revolução.

⁵⁶ CARVALHO, J. [Carta] 06 Out. 1963, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 020co., doc. 171.

⁵⁷ ÁVILA, F. B. [Carta] 07 Jul. 1959, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 022co., doc. 38.

Sua preocupação se voltava às condições do Brasil, isto é, ao caráter da revolução que se deveria implementar no seu país. Suas divergências teóricas com o PCB, como a questão do feudalismo ou mercantilismo, origem colonial sócio-econômica, divisão de terras, nacionalismo primário, como já relatado anteriormente, indicaria-o.

Compreende-se, com isto, que há uma preocupação voltada ao entendimento do que seria a teoria marxista no sentido de afirmar, de buscar esclarecimentos ou determinar entendimentos sobre seu caráter. Sobretudo se forem levadas em consideração suas obras filosóficas que tentaram cercá-lo e suas cartas complemento daquela busca.

A correspondência revela esse intento, especialmente quando explicita o que ele acreditava ser o entendimento e a aplicação adequados à compreensão da sociedade quando dialoga sobre o assunto.

Um caso emblemático são suas observações sobre o relatório emitido pela C.I.D.A. (Agência Internacional Canadense de Desenvolvimento para a América Latina) sobre a questão agrária no Brasil. Ernest Feder, representante da agência, enviava-lhe em 1967 cópia de relatório para sua apreciação. Suas observações críticas remetidas como resposta se restringem ao método adotado pela pesquisa sob os seguintes argumentos:

A única restrição que me permito fazer ao Relatório e no concernente a metodologia adotada, considerando o seu objetivo eminentemente pratico [sic] (isto é, visando soluções imediatas). É que me parece ter havido uma acentuação quasi [sic] exclusiva no aspecto descritivo da situação atual, com uma secundária e quasi [sic] inexistente preocupação no que se refere aos elementos dinâmicos presentes na economia agrária brasileira⁵⁸.

Segundo ele, o método adotado deixava de captar aspectos importantes das condições dadas, deixando de levar em consideração “elementos dinâmicos” que contradiziam aquele processo agrário. Evidentemente que sua cobrança se baseava no uso deficiente do método dialético⁵⁹ para compreendê-las. Na sequência é apontada uma delas: “Refiro-me ao conteúdo

⁵⁸ PRADO Jr., C. [Carta] 27 Març 1967, São Paulo [para] FEDER, E. In: Ref. IEB-USP: CX. 021co, doc. 94.

⁵⁹ A questão do método, como objeto do seu diálogo de orientação e ensino para uso e aplicabilidade no campo de conhecimento, como formação teórica e prática será objeto do último capítulo.

e sentido no qual atuam os fatores que impelem a evolução dessa economia, e capazes de transforma-la [sic]”; ou seja, a contradição.

É visível no pensamento caiopradiano que o método dialético foi um tema latente, o que demonstra estar atento ao debate marxista europeu resgatado por Lukács, merecendo obras que desenvolvessem tal conteúdo com o auxílio da pauta diária através da carta. Não que sua necessidade em tratar do assunto esteja diretamente ligada ao seu contato com o pensador húngaro, visto que se deve considerar aí uma necessidade própria da compreensão do método. De qualquer forma, ele, ao se propor analisar o método e principalmente divulgar o resultado de tal trabalho, aderiu a uma posição regional na discussão que envolveria marxistas alinhados com a revolução ou mudanças de caráter materialista dialético e marxistas alinhados com a revolução evolutiva da Social Democracia Alemã.

Contudo, é curioso perceber que mesmo ao se enquadrar sob a primeira ideologia, Caio Prado Jr. ainda ministraria palestras onde a discussão giraria em torno do segundo caso, da “evolução da sociedade brasileira”. Talvez sua participação visaria justamente uma leitura aprofundada dos temas conforme, o que entendia, pelo método de análise adequado combatendo inclusive a maneira como os eventos o desenvolvia.

Um desses casos foi um encontro organizado pelo Centro de Ciências, Letras e Artes de São Paulo. Em carta enviada pelo professor Benedicto de Campos⁶⁰, pela qual era convidado a participar do evento “Sociologia no Brasil”, era-lhe solicitado que apresentasse trabalho “sobre o tema: “Evolução da sociedade brasileira”. Há no Acervo de Correspondências do Fundo Caio Prado Júnior, sob a mesma referência, cópia de uma resposta que teria enviado a Benedicto de Campos, onde o historiador confirma sua presença, ao repetir o tema como enviado, “EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA”, nos dias “24, 31 de janeiro e 7 de fevereiro p.f., às 20 horas”.

Não é possível analisar, sem ter conhecimento de qual foi o conteúdo das palestras, sob quais defesas ele tratou do tema, sua influência sobre a imagem pública do historiador veiculada pelos círculos intelectuais e políticos relacionada ao conceito de evolução, tradicionalmente defendido pela Social Democracia Alemã, e desenvolvido naquele encontro.

⁶⁰ CAMPOS, B. de. [Carta] 05 Dez. 1963, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 020co., doc. 138.

Por si só, tal conceito quando tomado sem aquele conhecimento, como complemento de uma intervenção do historiador que servia apenas para divulgar o evento, e que como tal não se tratava de seu ponto de vista, torná-lo público sem tratamento devido, poderia soar aos marxistas, que tinham conhecimento da querela que se criou internacionalmente em torno do assunto, como uma adesão sua àquela tese⁶¹.

Disto decorre alguns casos de dúvidas surgidas em seus interlocutores cartistas, sobretudo, naqueles que estavam atentos àquela divergência. É apoiado nessa constatação que se dá crédito que por vezes suas cartas possuem um estatuto de cobrança. Mas é preciso compreender que um evento divulgado pelo seu organizador informando a participação do historiador não significava uma adesão sua às teses ideológicas de seus organizadores, por isso em parte seu cuidado ao enviar resposta confirmando sua presença com o tema, entre aspas, a ser discutido.

Desta forma, a carta se torna um espaço visível de afirmação das convicções políticas, que leva em consideração resgatar o que acreditava serem os “verdadeiros aspectos concretos” da sociedade brasileira ao desenvolver discussões que enfatizavam maneiras “adequadas”, com aplicação de método e teorias, de se compreender os assuntos.

Com essas análises sobre os conteúdos e intenções de parte de suas correspondências, em sua vertente política, a carta pode, retornando às categorias de análise de Hélène Véndrine, configurar-se em *geste politique* ou *parler de politique*, termos utilizados pela pesquisadora ao procurar compreender a relação entre arte e política nas cartas do artista belga Félien Rops do final século XIX.

Retornando àquele assunto, o autor desejava negar a afirmativa da política em sua arte pela própria carta, mas recusando a dar a ela um estatuto próprio de *ato político* ao indicá-lo como apenas estético, que discursa sobre a política sem ser tal discurso um ato político:

⁶¹ O autor dessa dissertação trabalhou sob essa hipótese, que em parte era o que ocorria, quando não era possível por parte de Caio realizar uma análise mais profunda de seu pensamento sobre os conceitos, quando fugia de sua alçada tudo que era divulgado e publicizado sob seu nome, dava uma conotação que ele estava aderindo às teses.

Il semble alors que le domaine épistolaire soit le seul domaine ou le politique puisse soudain se trouver ramené à la mesure des gestes sans finalité extérieure, car écrire une lettre n'engage à rien, et surtout pas à l'acte politique⁶² (1986, p. 173).

A carta sob tal perspectiva, em princípio, seria assim um vazio de intenções políticas que só se resumiria a discurso e forma. Mesmo assim, segundo a autora, ela teria seu caráter de “afirmação”, no caso, apontar aos leitores que a arte de Rops tinha sua finalidade apenas na estética, concomitante, como seu discurso.

É necessário, como a historiadora alerta, levar em consideração que o artista belga tinha consciência de que sua carta poderia vir a público: “Il savait en effet, que ses lettres pouvaient être publiées [...]”⁶³ (1986, p. 175). De qualquer forma, como sua arte “revelava” esteticamente aspectos de crítica à política, acusação e dúvidas de seus admiradores e daqueles que repudiavam sua arte, ela poderia ser determinada, como sua própria ação de artista como sujeito histórico, como uma espécie de arte engajada, o que ele não queria admitir. A carta lhe servia, desta forma, para desconstruir imagens que sua arte “revelava”. Ela negaria pela afirmação de que não havia por parte dele um gesto político, mas apenas estético:

En effet, la lettre lui permet de créer une communauté réduite de personnes, oppose à la communauté politique, et de même qu'il dit: « je ne fais pas de politique, je peins », Il peut prétendre dans ses lettres: « je ne fais pas de politique, je communique avec toi »⁶⁴ (1986, p. 175).

Deste modo, segundo o uso que ele faria da correspondência como forma de defesa, sua carta apenas *parle de politique*, talvez assim como sua arte, sem ser ela um *geste politique*, ou seja, um ato de convicções políticas.

⁶² Parece que o domínio epistolar é o único domínio onde a política pode de repente se encontrar reduzida à medida dos gestos sem finalidade exterior, pela escrita uma carta não adere a nada, e principalmente a um ato político (tradução minha).

⁶³ Ele sabia que suas cartas poderiam ser publicadas (tradução minha).

⁶⁴ De fato, a carta lhe permite criar uma comunidade reduzida de pessoas, contrária à comunidade política, e ele mesmo diz: “eu não faço política, eu pinto”, ele reivindica nas suas cartas: “eu não faço política, eu me comunico com você” (tradução minha).

Isto, por um lado, sugere um sujeito aparentemente sincero em suas ações. Alguém que nega qualquer cunho político tanto em suas pinturas, quanto em seus discursos. Por outro, demonstra os perigos de um discurso epistolar, sem que um contexto histórico não seja levado em consideração, como seu receio pela publicidade da correspondência, prática muito em voga na época com publicações de carta, se as intenções de quem a produziu não condizem com seus dizeres e sim camufladas por trás de um ato de fala que pretende lhe esconder. No caso específico de Félicien o sujeito é delatado afirmando uma negação na qual ele assume um lugar para negá-lo.

A carta de Caio Prado Jr. é tomada sob aquelas duas categorias ao mesmo tempo: falar da política e ato político. Em carta enviada a Frank é possível captar tais intenções: “Caberá então aos economistas, sociólogos e políticos de esquerda, determinarem as medidas concretas e práticas que em cada caso se devem adotar para a realização daquela transformação institucional [de organizações das massas]”⁶⁵.

Este excerto, extraído da correspondência da década de 1960, revela duas características dela em sua prática epistolar.

Primeiro, ele atribui uma responsabilidade à intelectualidade de esquerda de conduzir a sociedade em sua transformação. Ou seja, ele afirmaria responsabilidades para sujeitos na “determinação” e “condução” da sociedade. Os “economistas, sociólogos e políticos de esquerda” teriam como missão, através das instituições que a organizam, levar à população esclarecimentos sobre suas condições excludentes a fim de que ela, a partir de então, organize-se para responder em favor de uma “transformação”.

Ela decorreria, assim, de um movimento coletivo das instituições organizacionais, do Estado, da sociedade civil, dos sindicatos etc., que deveriam pensar e agir conforme “cada caso” em conjunto com seus grupos e agremiações no meio social como coletividade em defesa de direitos e acessos.

Isto remete a uma união crítica e ideológica, muito similar às defesas de Gramsci, por parte da intelectualidade e dos técnicos de esquerda, que, segundo ele, era necessária para a defesa de interesses políticos públicos como forma de organizar culturalmente e politicamente

⁶⁵ PRADO Jr., C. [Carta] 30 Nov. 1967, São Paulo [para] FRANK, A. G. In: Ref. IEB-USP: CX. 021co.

a população. Assim, ele coloca aqueles como “determinadores” intelectuais e militantes das transformações.

Por fim, sua carta fala de política indicando a importância de se ocupar um lugar como sujeito histórico determinado, que possui funções éticas e morais em relação àquele espaço e é ela mesma já um ato ou *geste* político que faz parte de sua responsabilidade como sujeito determinante que deve divulgar conceitos e métodos marxistas pela educação dos sujeitos.

A segunda característica de sua prática epistolar diz respeito a um “espaço de afirmação” através do qual se veicula e se afirma convicções que pretende não só falar, também agir e pragmaticamente, causar impactos. Ela esclarece e aponta ações que exigem tal posicionamento com vistas a uma mobilização e determinação de funções para a transformação social. Ao veicular pelo seu discurso tal ideal, ele se apresenta já reproduzindo aquelas ações como forma de reunir a intelectualidade e os técnicos em prol de uma luta social, na terminologia gramsciana, de cooptação.

A carta a Evaldo Garcia com a qual se deu início à discussão deste segundo capítulo, o autor enfatiza tal espaço de afirmação, posicionando-se como sujeito histórico determinado que reintera seu lugar de intelectual-militante de esquerda: “[...] sou comunista e membro do P.C.B. E isto diz tudo”⁶⁶. Essa é uma maneira de se determinar pelo discurso que envia pela correspondência.

Ainda naquele discurso dá sentido à sua prática de correspondente, seu lugar de “cartista” como sujeito que pretendia intervir politicamente, a partir de discordância em relação a uma visão de seu destinatário que o atribui apenas à categoria de auxiliador nas construções teóricas: “Será para mim um grande prazer reencetar nossa correspondência, como V. sugere. [...] Mas não concordo em que esta correspondência seja unicamente 'para ajudar quem possa a escrever’”.

Tal “correspondência” é apontada como uma prática que possui muitas funções para além de apenas “ajudar” nas formulações dos destinatários, por meio de esclarecimentos e orientações de conceitos, como, por exemplo, posicionar-se politicamente diante de vários temas e condições. Cumpre uma função, como ainda expõe a Evaldo: “É contribuir para a

⁶⁶ PRADO Jr., C. [Carta] 11 Mai. 1964, São Paulo [para] GARCIA, E. da S. In: Ref. IEB-USP: Cx. 020co. Doc. ?.

formação e divulgação da teoria revolucionária, do marxismo”. Ou seja, se posicionar como marxista. E, neste caso, para o historiador, “posicionar-se” como tal seria principalmente resgatar aspectos da teoria. Segundo ele, como já indicado: “Uns farão isto melhor, outros pior”. Mas o “importante”, completa, “é fazê-lo” com “consciência clara, nítida e segura do caminho a seguir”.

Não se pode esquecer de contextualizar as cartas porque, como visto no caso de Félicien Rops, seus discursos ganhavam sentidos pelas intenções contextualizadas do autor que as concebeu. Isto quer dizer que sua análise somente textual limita suas possibilidades de interpretação.

Elas foram produzidas no período em que o Brasil passava por momentos políticos conturbados, das propostas de reformas do “Governo Jango” às iniciais teses desenvolvimentistas e repressivas do período militar. Assim, os debates epistolares acercavam os possíveis rumos da sociedade brasileira. Por isso Caio Prado Jr. chama a atenção para as premissas da transformação político-social, qual seria a maturidade das ideias, “adequadas em cada caso”. Isto, para ele, seria um problema, pois: “Temos isto [as premissas] no Brasil?” Ele conclui: “Penso que ainda não”. Por certo tal amadurecimento se deveria a uma incorporação adequada do método do materialismo dialético para as defesas políticas, condição que afetaria principalmente a visão nacionalista.

Neste sentido, a carta também é espaço de denúncia das deficiências do processo, segundo ele, adequado de transformação da sociedade e espaço de afirmação dessa busca para se construir aquelas condições que em sua contemporaneidade se via diante de inúmeras publicidades de teorias e hipóteses políticas. Elas procuravam dar explicações, segundo suas convicções, corretas em meio a uma oferta abundante de ideias e teorias.

O nacionalismo daquela época se apresentou como um exemplo de teses daquela abundância, sobretudo ao ser incorporado pelo PCB o que a dá visibilidade aos marxistas. Elas levaram, com outras intenções, o historiador diante daquelas ofertas a resgatar o *sentido* da teoria marxista nas ações sintetizado em sua polêmica obra *A Revolução Brasileira* (1966).

Como apontava na carta a Andre Frank, a obra, diante dos posicionamentos polêmicos de seu partido em relação às ofertas ideológicas “alerta[va] os militantes de esquerda sobre graves erros teóricos cometidos no passado”, sinalizando a percepção das condições do

presente. Isto, no intento de desmistificar e afirmar a revolução para os marxistas brasileiros diante dos inúmeros projetos de desenvolvimento social apresentados na época pelos governos que se sucediam, segundo sua crítica, sem levar em consideração uma transformação profunda sob o ponto de vista dialético. Um dos projetos citados anteriormente, que fora aceito por intelectuais do PCB, foi a reforma agrária da política Goulart.

As controvérsias, críticas e divergências em relação a uma tradição cultural de esquerda tornar-se-iam visíveis em todas as suas atuações, levando algumas pessoas a desconfiarem de seu lugar e outras a admirá-lo.

O caso privilegiado daquelas críticas e divergências apresentado foi o tema do nacionalismo. Ele serve como análise, sob a ótica gramsciana entre nacionalismo e nacional, da contestação do historiador paulista frente à intelectualidade ortodoxa, principalmente a do partido comunista influenciado pela Rússia de Stalin. Como sinalizado, tal discussão, que foi tomada como um debate de época, oferecia-se para pensar, sob o ponto de vista de Chartier, que defende que os grandes acontecimentos prestram-se para compreender períodos históricos, a fase em que viveu Caio Prado.

De tal resgate foi apontada a adesão de muitos intelectuais sob um mesmo assunto visto de maneiras às vezes antagônicas. Assim, percebe-se naquela coletividade discursiva uma comunhão do ponto de vista de defesas e recusas de ideias acerca de um mesmo tema. Em tal convergência intelectual, vê-se possíveis aspectos que denotam o lugar de Caio Prado Jr., por meio de suas singularidades - sob a terminologia de Carlo Ginzburg de “indícios” - como referência intelectual a partir, entre outras possibilidades, daquela discussão.

Há por detrás daquele debate em que o historiador paulista se coloca como participante que camufla, no que diz respeito a seu posicionamento sobre ele, uma “intenção”: a de afirmar suas discordâncias em relação às teses de adesão do partido defendidas pelos projetos desenvolvimentistas dos governos e a afirmação de sua referência intelectual independente.

Assim, fica evidente a função da carta em tal contexto: ela é o lugar em que se fala da política e que ela mesma é um gesto político. Isto foi posto na carta a Evaldo Garcia. A correspondência entre os dois não seria apenas para ajudar alguém a escrever indicando que

para o historiador a correspondência possuía uma função para além de apenas elaboração de discurso.

Similarmente, disse a Carlos Nelson Coutinho que a carta não serviria apenas para “elogiar”. Complementava que ela servia como meio de “compartilhar experiências” como forma de apresentar ao outro os caminhos trilhados por aquele que é objeto de admiração, referência e às vezes repúdio. A epístola é assim veículo moral de situações vividas e de posições sociais tomadas e afirmadas.

Ela também afirma sua dimensão de “incitação”: estimula os sujeitos a perceberem suas condições sociais dadas, nas quais situa sua condição censurada, no caso, o momento político brasileiro após o golpe militar:

Na situação em que me encontro, e processado por precisamente por ter dado uma entrevista a estudantes, encontro-me naturalmente coagido a impossibilitado de exprimir meu pensamento. Infelizmente é esta a situação em que nos encontramos, e somente nos resta esperar que ela se modifique⁶⁷.

Enfim, complementa aquele discurso; ela também afirma sua dimensão de apelo para mobilização e ação:

E nisto o papel de vocês é naturalmente muito grande. Só me resta solicitar-lhes que transmitam à turma de formandos que tanto me honraram com a escolha de meu nome para paraninfo, os meus agradecimentos. E com ele meu apelo para que, louvando-se o ocorrido e que tão lamentavelmente perturbou o programa de festejos de formatura, eles se compenetrem da triste situação política em que o país se encontra, e não poupem esforços, mesmo depois de formados, para lutarem por um Brasil melhor.

Tal desejo de incitar está marcado pelo processo de agregação de sujeitos, mobilização e cooptação, pois o apelo pode ser interpretado como um chamado à mudança da situação atual.

Desta forma, contrariamente ao uso que Félicien Rops fazia de sua carta - afirmar a negação da política em sua arte e em seu discurso - Caio Prado Jr. a utilizava como espaço de

⁶⁷ PRADO Jr., C. [Carta] 04 Dez. 1968, São Paulo [para] MIRANDA, M. Y. E. P.; COUTINHO, M. T. de L. da S. In: Ref. IEB-USP: Cx. 021 Ativa, doc. 38.

afirmação definitivo da política para seu sujeito histórico como complemento de sua visibilidade sobretudo em momentos de censura e exílio. O primeiro excerto deste capítulo, retirada de sua carta, confirma sua utilização de demarcação daquele espaço como meio de reinterá-lo diante das dúvidas quer sejam sobre o universo conceitual marxista, sobre as condições históricas brasileiras, quer sejam sobre seu próprio posicionamento como intelectual e militante de esquerda como ato político: “[...] continuo onde sempre estive desde que me conheço por gente”⁶⁸.

A afirmação passava principalmente pela sua referência política e intelectual através da qual a carta, como complemento de educação dos conceitos marxistas, aplicava-os às condições históricas, culturais, econômicas etc. Neste posicionamento como orientador, guia, mentor intelectual, enfim, educador, desenvolvia, mesmo que às vezes polêmicas, segundo sua leitura conceitual e metodologicamente, a teoria marxista, pela qual não abria mão de sua posição de esquerda e de suas convicções. É neste ponto que imbricam sua escrita epistolar, seu posicionamento político e seu processo educacional como forma de divulgar e desenvolver o marxismo relacionados à sua ideia, conforme apontou Lincoln, revolução processual.

A última parte da discussão dessa dissertação trata dessa revolução, com sua correspondência cumprindo sua função de ação política, atrelada especificamente ao seu ato educativo.

⁶⁸ PRADO Jr. C. [Carta] 11 Maio 1946, São Paulo [para] GARCIA, Evaldo da S. In: Ref.: IEB-USP Cx. CPJCA 020co. Doc. S.f.

4. Correspondências e educação política

Mesmo que Caio Prado Júnior possuísse certas divergências intelectuais em relação ao pensamento de seu companheiro de partido Nelson Werneck Sodré, mantinha com ele algumas qualidades pares. Chartier reportou certa vez a Ginzburg que “há sempre uma diferença em meio às semelhanças” (CHARTIER, 2009, s. n° p.), no caso de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck, pode-se afirmar que há semelhanças nas diferenças. Entre elas, a incorporação da política em suas vidas. Para este:

Toda ação, todo pensamento, todo sentimento do homem – tenha ele disso consciência ou não – estão fundidos com a vida, com a sociedade em que trabalha, com a política. Tudo deriva da vida social, e a ela retorna e a vida social é eminentemente política (SODRÉ, 1988, p. 31).

A política entendida na sua forma simples, como vida social, diálogo e posicionamentos, também era algo importante para que o paulista, conforme demonstrado em capítulo anterior, atuasse socialmente, principalmente, como intelectual-educador. Observa-se que, para ele, em seu sentido amplo de ação processual educacional, tanto pela produção de suas obras, atuação em cursos, palestras, seminários e congressos, quanto pelo desenvolvimento de temas em suas missivas, a política se tornou um ponto mediador a partir do qual qualquer tema foi pensado, analisado, desenvolvido e publicitado pelo viés de uma crítica materialista dialética.

Neste aspecto, sua atuação educativa em qualquer âmbito que tenha sido exercida, quer seja como autor de trabalhos, orientador e divulgador do marxismo, não abriu mão do posicionamento político como forma de instruir ou educar. Isto ocorreu, como tem sido visto, com o tema do nacionalismo, da revolução, da crítica à sociedade brasileira, da gênese histórica do país, do seu desenvolvimento. O conhecimento foi, desta forma, mediado por esse lugar no qual e a partir do qual o intelectual falou em meio às condições singulares de seu sujeito histórico – sua vida pessoal e formação relacionadas com seu encontro com o marxismo ainda na década de 1930 – e em meio às condições gerais socioeconômicas, estruturais, intelectuais, políticas que envolveram o marxismo, sobretudo, no Brasil.

Do posicionamento político como mediador em suas ações, é importante compreender sua carta, com característica de meio educativo, atrelada a dois obstáculos que seu autor enfrentou ao pretender assumir o desafio de divulgar e educar utilizando o universo conceitual da Teoria Marxista. Tal aproximação aos obstáculos esclarece singularidades de sua missiva, que procurou subverter as barreiras da comunicação como divulgadora, instrutora e educadora do materialismo dialético como método de análise em potencial sobre qualquer objeto, que enfrentou adversidades de uma luta cultural onde, para o historiador, era preciso resgatar e preservar aquela Teoria.

O primeiro obstáculo seria a política dos governos a que seu engajamento político enfrentou, e o segundo, foram os desafios educacionais, níveis educacionais heterogêneos, para quem seu pensamento deveria fazer sentido ou influenciar. Seu discurso epistolar educacional seria sensível a eles conforme a exigência do momento e do conteúdo epistolar ora simples, ora complexo. Neste aspecto, por um lado, como forma educativa para uma população que deveria ser cooptada pela educação e conscientização de seu lugar na sociedade capitalista brasileira, e o operariado, para ação de luta revolucionária e, por outro, como pensamento crítico, para provocar um campo do conhecimento dito tradicional através de seu questionamento que, segundo o seu ponto de vista, era insuficiente para compreender as bases da sociedade.

Em outras palavras: no primeiro caso, as ações da política no período que atuou, momento que coincide com o período das cartas analisadas, tornaram-se obstáculos para sua ação intelectual-educativa revolucionária, que foi perseguida por suas ideias marxistas, o que implicou alguns desafios para a ação divulgadora daquela “ideologia”, desempenhando a carta um papel importante; no segundo caso, sua ação educativa pela missiva esteve sensível às diferenças intelectuais e educacionais de seus interlocutores, para quem seu discurso era direcionado, à variedade de cartistas até o momento elencados. Claro, ela estava relacionada também às exigências do momento, intenções dos interlocutores e conteúdo.

Ambas conectam-se em sua ação política processual de divulgação, mesmo em meio a perseguições (SECCO, 2008, p. 253-236), constatadas por sua interdição às cátedras universitárias em 1954, 1963 e 1968, às prisões de 05 de Setembro de 1935, de 03 de Dezembro de 1935 a 1937, 1948 e 1970, ao seu mandato político cassado em 1947 etc., do marxismo sob seu ideal de revolução processual no qual a “educação” ou a “instrução” eram

exploradas como meio de levar os sujeitos ao encontro com a Teoria Marxista, tanto, teoricamente, pelo desenvolvimento metodológico de conceitos, quanto, pela *práxis*, pelo apelo e incitação dos sujeitos às tomadas de ações, munidos de um ideal consciente de luta.

Sua correspondência, meio de comunicação, travava certa luta contra os obstáculos que se apresentavam a sua ação enquanto intelectual e enquanto correspondente. Isto porque ambas eram ao mesmo tempo determinadas por aqueles obstáculos, na perspectiva de suas possibilidades de divulgar o marxismo e cooptar sujeitos pelo diálogo entre política e educação, conteúdos que naquela se entrelaçavam. Essa utilização se dava pelas suas potencialidades de circulação.

Nestas condições, de um ponto de vista mais amplo sobre sua potencialidade, a carta em sua variedade de comunicação frente ao estado das coisas, ao histórico-político, à sociedade, adquire inúmeras funções, não só em sua variação de gênero (carta de guerra, administrativa, educativa, panfletária, crítica, elogiosa etc.), mas também relacionada ao modo de envio (de maneira “visível” ou “invisível”, tradicionalmente pelo correio, pelas mãos visíveis ou obscuras de algum portador, entregue sob particularidade absoluta, por meio de disfarces, “despistamento”, escondida em uma gaveta ou em um livro).

Essas maneiras de postagem indicam principalmente sua capacidade de mobilidade em tempos difíceis. Chartier chamava a atenção para essa condição ao analisar as correspondências durante a Segunda Guerra Mundial, período em que houve um aumento considerável de sua produção:

[...] à l’aube du XX siècle, au moment de la Grande Guerre, une population tout entière, toutes classes mêlées, peut participer à l’un des plus formidables échanges de correspondance privée: plus de quatre millions de lettres circulent chaque jour entre le front et l’arrivé!⁶⁹ (CHARTIER, 1991, p. 280).

⁶⁹ [...] no alvorecer do século XX, durante a Grande Guerra, uma população inteira, todas as classes, participaram de uma das mais formidáveis trocas de correspondência privada: mais de quatro milhões de cartas circularam por dia entre o fronte e o destino! (Tradução minha).

Diante da realidade da guerra, de estarem separados dos seus entes, os correspondentes encontraram pela escrita epistolar uma forma de compartilhar com seus interlocutores suas vivências, angústias e conquistas em meio ao conflito, no *front* ou nas cidades. Ela, assim, possui a característica de verbalizar pensamentos e sentimentos que não podem ser trocados pelo momento de separação, quer seja em fases de guerra ou também de paz.

Roger Chartier concluiu, no caso de separação por conflito, por aquele aumento de demanda, que a carta cumpria uma função importante, a de encurtar distâncias nos movimentos dinâmicos daquela circunstância, dos soldados, exigidos pelas táticas do *front*, dos cidadãos em zonas neutras ou não. Isto porque ela possuía a flexibilidade de transitar em seu gênero de comunicação que pode ser encaminhada a um destino por vias formais e informais. Um essencial canal camuflado ou não de trocas verbais e não verbais.

Essa era uma função também apontada em conteúdo de carta⁷⁰ enviada por Cruz Costa ao historiador paulista quando da prisão deste na década de 1970: “E estamos hoje reduzidos a conversar por escrito!... V., aí, [rasura] emparedado, com o horizonte reduzido a metros”.

Ela se tornava recurso para mantê-los em uma discussão que transcendia os obstáculos da política governista. O conteúdo da missiva ressaltava que, naquele período, ainda era possível o diálogo pela correspondência, o que muitas vezes havia limitações em se tratando de presos encarcerados sob a acusação política. Essa situação teria ocorrido em outras ocasiões com o próprio historiador paulista.

Em seu acervo, com datas anteriores ao período estudado, é possível verificar cartas censuradas, que não foram entregues na ocasião ou que foram alteradas com rasuras para dissimular a comunicação. Há grande quantidade de material interdito da segunda metade da década de 1930, período em que nem suas correspondências familiares deixaram de sofrer as averiguações e perseguições do governo. Foi o caso de epístola datada de 18 de janeiro de 1936, enviada pelo historiador a sua então esposa Hermínia Cerquinho⁷¹. Este é um dado importante para compreender os obstáculos que sua correspondência encontrou em períodos de impedimento de circulação livre de seu autor e dela mesma quando houve tentativa de fazê-la chegar ao seu destinatário.

⁷⁰ COSTA, J. Cruz. [Carta] 01 Agosto. 1970, São Paulo [para] PRADO Jr, C. In: Ref. IEB-USP Cx. 20, doc. 217.

⁷¹ PRADO Jr, C. [Carta] 18 Janeiro. 1936, São Paulo [para] CERQUINHO, H. In Anexos. D’Incão, M. A. História e Ideal. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 480.

Em caso de separação por conflito ideológico que envolve ato educativo ou por distâncias naturais, ela é um veículo dinâmico do diálogo, pois um remetente teria a potencialidade de enviar ao mesmo tempo inúmeras correspondências a vários destinatários, como foi o caso de Ben Jonson, jornalista do século XVII, analisado por Chartier que admitia a importância da carta para sua vida social ao dizer que “Escrev[ia], normalmente, (...) mil cartas por semana e, às vezes, mil e duzentas” (2007, p. 158) pelo qual mantinha um “comércio” que estabelecia e mantinha seus contatos.

Esse é um argumento válido para o aumento daquela demanda apontada por Chartier, principalmente, em tempos de guerra ou luta ideológica e cultural, pois em um mesmo conjunto postado se poderia enviar notícias para inúmeros destinatários, para trocar notícias sobre as situações vivenciadas em várias cidades ou países mantendo vivo um “comércio”, troca de toda sorte de informações, intenções etc. Nesta troca se veicula um movimento de articulação dissimulado sob vários discursos. Em Caio Prado é importante notar tal movimento atrelado ao discurso educativo e de divulgação.

Naquela configuração, há o encontro entre missiva, obstáculos físicos e não físicos, educação e estratégia de luta cultural, o que é perfeitamente captado pelo estudo dos casos adiante de cartas enviadas às Universidades do Rio Grande do Sul e Paraíba, ambas de 1968. Elas possuem indiretamente uma ação educativa simples, apelativa, para despertar e incitar os professores universitários e, sobretudo, os estudantes a tomarem uma atitude diante das condições políticas naquela época. Além disso, discute sucintamente uma exposição dialética entre política em geral e suas implicações pessoais naquele período de ditadura militar.

Outros dois casos foram o desenvolvimento do método dialético para o historiador em diálogo com o então jovem Carlos Nelson Coutinho, e a discussão com a Casa Euclidiana pela qual faz uma análise sobre a literatura brasileira na sua relação com os contextos reais da sociedade e seu processo educativo. Tais estudos indicam o lugar necessário da correspondência na sua luta revolucionária de divulgação e educação do marxismo que ultrapassavam barreiras.

Ela confrontava com obstáculos naturais ou com luta ideológica entre a esquerda e a direita no país que muitas vezes o impedia de atuar presentemente, seja devido às distâncias a seu contragosto, prisões, 1928, 1935, 1948 e 1970 (PÁDUA, 1989, p. 483-493), cárceres

privados, 1947 e 1968, e exílios, 1937 e 1970, decorrentes de seu posicionamento político público, seja devido as naturais distâncias geográficas. Exigência comunicativa que remete a seu lugar de intelectual-educador marxista que vivencia uma luta cultural dinâmica pela comunicação para torná-lo visível mesmo em períodos de ausências. Uma imprescindível publicidade para seu posicionamento político.

No caso da carta enviada no ano de 1968 a Oniro Augusto Mônaco, da Escola de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ela sintetizava a indicação de alguns desses obstáculos:

Muito lamento a impossibilidade de não poder atender um convite que sobremodo me honra, e que me daria a oportunidade e grande satisfação – em contato com os estudantes de Pôrto Alegre. /Aliás, os próprios compromissos assumidos talvez não possam ser atendidos. Estou sendo processado na Justiça Militar de São Paulo em consequência de uma entrevista – nada mais que isso – concedida a uma revista de estudantes da Universidade. Tenho um pedido de *habeas corpus* pendente no Supremo Tribunal Federal, mas nada é possível adiantar por enquanto. Refiro este fato como sistema bem marcante do momento político que atravessamos⁷².

Em seu discurso, lamenta (“Muito lamento a impossibilidade de não poder atender um convite”) não poder participar da homenagem de Paraninfo oferecida pelos formandos da turma de 1968, não por uma condição de sua própria vontade, mas em razão de um processo na Justiça Militar de São Paulo em virtude de uma entrevista concedida a alunos da USP, publicada em periódico universitário, revista *Revisão*, onde criticava o governo militar⁷³. Ele, através da arguição, indicava seu apreço pela participação, embora nem sempre aceitáveis pelas autoridades dos governos militares, em eventos ligados aos estudantes, “grande satisfação – em contato com os estudantes de Pôrto Alegre”, uma prática muito recorrente em sua atuação educacional e política.

Um contato que não se furtava seja em ambientes educacionais, seja em sua residência. Em carta do ano de 1965, por exemplo, o americano John W. F. Dulles, pesquisador sobre história brasileira, tratava do encontro residencial entre ele, “Miss Daphne F. Roger” e o historiador, onde solicitariam orientações relacionadas ao “problema do Brasil

⁷² PRADO Jr. C. [Carta] 25 Nov. 1968, São Paulo [para] MONACO, O. A. In: Ref. IEB-USP Cx. 21, doc. 38.

⁷³ Sobre o assunto ver SECCO, L. idem, pg. 120.

Moderno”: “Miss Daphne F. Rodger and I want to tell you how grateful we feel for all the kindness which you showed us at your home this afternoon”⁷⁴.

Porém, o conteúdo do discurso a Oniro Augusto demonstrava ainda as conjunturas político-sociais em que o historiador paulista se encontrava ao dar ciência de que mesmo honrado com a homenagem, havia empecilhos que o impediam de aceitá-la, o “processo na Justiça Militar de São Paulo”. Caso este que em seguida dá ênfase em seu discurso: “Refiro este fato como sistema bem marcante do momento político que atravessamos”, referência ao período de censura pela ditadura militar.

Mesmo em uma resposta de não aceitação devido a problemas pessoais junto aos tribunais militares, ele não vacilava em aproveitar a oportunidade de criticar as condições brasileiras, sem que colocasse em destaque a situação política do país. É preciso ressaltar que, em carta utilizada no capítulo anterior, enviada neste mesmo período à Faculdade de João Pessoa, também expunha intencionalmente sua posição jurídica do processo de censura, no qual era arrolado como réu, como maneira de tornar pública aquela situação.

Este exemplo compõe o que foram os obstáculos relacionados à sua visibilidade pública. Fora impedido por várias ocasiões de transitar livremente em sociedade, o que ocorreu inúmeras vezes devido a processos judiciais que o mantiveram, por longos anos, isolado. Em relação àquele processo da década de 1960, seria condenado após uma fuga ao Chile, que o recolheria em 1970 ao presídio militar permanecendo detido por um ano⁷⁵.

Contudo, não se absteria de encontrar meios de subverter tais condições, o que via tal possibilidade pela correspondência através da qual enviava apelos, recados, marcava encontros, encomendava livros, orientava. Ela lhe servia, como observou Chartier em relação à Segunda Guerra Mundial, como meio de superar conflitos muitas vezes invisíveis para se comunicar e ainda se manter em atividade de articulação e educação das ideias que defendia, cumprindo, deste modo, a função importante: atualizar seus destinatários de sua condição social momentânea, suas ideias e seu posicionamento político, além, sobretudo, de cooptar sujeitos.

⁷⁴ DULLES, J. W. F. [Carta] 11 Nov. 1965, São Paulo [para] PRADO Jr. C. In: Ref. IEB-USP Cx. 20, doc. 227. “Senhorita Daphne F. Rodger e eu queremos dizer o quanto nos sentimos gratos por todo o carinho que você nos mostrou em sua casa esta tarde” (tradução minha).

⁷⁵ Sobre o assunto ver: SECCO, 2008.

É neste aspecto que enquadra o bordão, mas não paradigma de Sodré: “tudo é política”. Sua ação educativa em conjunto com o campo político não deixaria de possuir tal propósito, configurando-se em parte importante de sua incursão ao universo do marxismo, levar consigo o compromisso de desenvolver ou construir conhecimentos e, sobretudo, divulgar aquela “ideologia” como forma de torná-la assunto diário, inclusive como metodologia. Seus trabalhos sobre dialética, mencionados anteriormente, possuíam a intenção de oferecer o método do materialismo dialético para o conhecimento, tema corriqueiro de suas cartas. Elas, como forma de complementação educativa das obras, cumpriam uma função de entrelaçar a política e a educação. No primeiro caso, de “instruir” e dar visibilidade ao debate político, mesmo que às vezes através do discurso apelativo, e, no segundo, desenvolver conceitos, ensinar metodologia etc.

Em cartas do final da década de 1960, período em que se encontrava envolvido em processo militar, encontram-se aquelas intenções, atuações educacionais mais simples de instruções, de dar visibilidade não só de suas condições históricas resultante de sua luta ideológica. A carta a João Pessoa já ilustrava tal intenção ao enfatizar sua condição de processado em um período de censura quando alertava que “está surgindo um embaraço à minha viagem a João Pessoa”⁷⁶. O “embaraço” como previsão se confirmaria em carta posterior em que “Infelizmente confirmaram-se minhas apreensões relativamente à viagem a João Pessoa”⁷⁷. A confirmação da notícia significava o empecilho de circulação e de expor suas ideias publicamente.

A mesma informação seria repassada a outro convite, o que dava maior visibilidade à situação: “É com grande desvanecimento que recebi, com sua carta, o convite para paraninfrar a turma de 1968 da Escola de Geologia da U.F.R.G.S. [/] Muito lamento a impossibilidade de não poder atender um convite que sobremodo me honra”⁷⁸.

Esses discursos exploravam também a situação político-social da sociedade brasileira na qual estava em jogo a liberdade de expressão que era interdita em virtude de críticas direcionadas às autoridades. “Na situação em que me encontro, e processado por precisamente

⁷⁶ PRADO Jr. C. [Carta] 18 Nov. 1968, São Paulo [para] MIRANDA, M.Y.E.P. de; COUTINHO, M. T. de L.O. A. In: Ref. IEB-USP Cx. 21, doc. 31.

⁷⁷ PRADO Jr. C. [Carta] 04 Dez.. 1968, São Paulo [para] MIRANDA, M.Y.E.P. de; COUTINHO, M. T. de L.O. A. In: Ref. IEB-USP Cx. 21, doc. 32.

⁷⁸ PRADO Jr. C. [Carta] 25 Nov. 1968, São Paulo [para] MONACO, O. A. In: Ref. IEB-USP Cx. 21, doc. 38.

por ter dado uma entrevista a estudantes, encontro-me naturalmente coagido a impossibilitado de exprimir meu pensamento”. A interdição estaria ligada ao impacto de suas críticas sobre a opinião pública, devido a sua visibilidade de homem crítico sobre a atualidade.

Através dessas cartas, respectivamente, de 18/11/1968, 04/12/68 e 25/11/1968, sendo as duas primeiras à Universidade da Paraíba e a terceira à Universidade do Rio Grande do Sul, o autor claramente se utiliza de um discurso apelativo para chamar a atenção da comunidade acadêmica das condições políticas que o país atravessava, por meio de conjunto de postagem que tendia em princípio se desculpar pelo impedimento em comparecer às homenagens, mas que seu autor fazia questão de deixar claro que era em decorrência das ações de censura, processo, do governo militar.

Ou seja, a missiva aparentemente era utilizada como forma de desfazer seus compromissos, contudo, tinha uma intenção maior, a de alertar para os problemas políticos brasileiros sobre a luta ideológica da década de 1960, entre a direita e a esquerda, que estava em curso. Na sequência de todas elas, seguem críticas diretas às condições daquele período, que poderiam em outras ocasiões mais formais serem suprimidas: (18/11) “Estou com um pedido de *habeas corpus* pendente no Supremo Tribunal Federal”; (04/12) “eles [os formandos] se compenetrem da triste situação política em que o país se encontra, e não poupem esforços, mesmo depois de formados, para lutarem por um Brasil melhor” e “Refiro este fato como sistema bem marcante do momento político que atravessamos”.

Por um lado, seria cabível a supressão das informações mais técnicas e pontuais do processo, onde não haveria intenção de fazer críticas ao governo. Pois, além de tratar de uma situação desagradável que o expunha publicamente, evitaria, sendo ele de família de alta sociedade, tornar pública uma dimensão da sua vida privada, levando em consideração seu apreço pela discrição, como demonstrado no Primeiro Capítulo pela fala de Maria Cecília Naclério.

Por outro, este também é um exemplo da importância da política em sua vida privada. Havia nela o encontro do público e do privado pela luta de resistência que visava a publicidade.

Um discurso epistolar simples, que pretendia orientar os sujeitos em relação aos acontecimentos políticos, o que atribui uma particularidade comum à sua correspondência

como maneira de incitar às discussões e as mobilizações na sociedade. Esta foi uma singularidade indiciária de seus usos que, no caso específico das três missivas, quase à maneira de apelo panfletário, direto e moral, sem deixar, com isto, de possuir certo cunho educativo, subvertia os obstáculos da censura militar para manter sua comunicabilidade e principalmente a publicidade das atuações ditatoriais dos governos. Uma tática que se esquivava de um discurso formal em favor de uma abertura discursiva em que o autor expunha claramente suas críticas e acusações atreladas a um olhar dialético da sociedade jurídico-política daquele período, na relação entre sua própria condição de intelectual censurado e perseguido e da política de governo. Ambos discursos não se contentavam com apenas se desculpar pela impossibilidade de aceitar o convite, elas apontavam mesmo que sucintamente gêneses de uma democracia subvertida.

A carta que enviou, por exemplo, em 04/12/1968, procurava relacionar a sua situação particular: “situação em que me encontro”, ao momento político do Brasil: “é esta a situação em que nos encontramos”, demonstrando que o fato de ser processado estava longe de ser um acontecimento isolado, configurando um acontecimento público da política em geral o que se percebe pela reprodução daqueles diálogos agora em maior inteireza. Assim o expunha:

Na situação em que me encontro, e processado por precisamente por ter dado uma entrevista a estudantes, encontro-me naturalmente coagido e impossibilitado de exprimir meu pensamento. Infelizmente é esta a situação em que nos encontramos, e somente nos resta esperar que ela se modifique. E nisto o papel de vocês é naturalmente muito grande. Só me resta solicitar-lhes que transmitam à turma de formandos que tanto me honraram com a escolha de meu nome para paraninfo, os meus agradecimentos. E com ele meu apelo para que, louvando-se o ocorrido e que tão lamentavelmente perturbou o programa de festejos de formatura, eles se compenetrem da triste situação política em que o país se encontra, e não poupem esforços, mesmo depois de formados, para lutarem por um Brasil melhor.

Valendo-se de um discurso direto, aproxima as duas situações, pessoal e do país, como forma de demonstrar que elas faziam parte de um mesmo problema, as ações do governo militar sobre o direito de expressão, o que revela a necessidade de mudança: “lutarem por um Brasil melhor”. Uma mensagem escrita conforme a urgência do momento, mas que, pela crítica à condição jurídico-política do país, fazia transparecer fortes indicativos de que todos eram afetados por ela: “lamentavelmente perturbou o programa de festejos de formatura, eles se compenetrem da triste situação política em que o país se encontra”.

Não necessariamente por ter comprometido um evento social, mas por estar impedindo que um intelectual, que seria homenageado e que teria voz de fala, e que, portanto, era reconhecidamente uma referência educacional, ou seja, exercia certa influência, expressasse seu pensamento na sociedade. Do ponto de vista do direito social de expressão, uma imposição com grande impacto sobre a cultura intelectual.

Com isto, outro indício de sua correspondência, foi que elas compunham uma dimensão da luta cultural de esquerda, mencionada no primeiro capítulo, em que o PCB procurará maneiras variadas de atuar culturalmente junto à sociedade: “Com a repressão desencadeada pela ditadura militar, os movimentos das organizações socialistas se aceleraram e a busca de novas formas de atuação se tornou mais nervosa” (KONDER, 2007, p. 81).

As cartas de Caio Prado selecionadas a partir do governo militar serão mais uma dessas formas “nervosas” de resistência cultural que procurava sua mobilidade, embora tal característica não estivesse necessariamente atrelada àquelas influências, revelava, como sinalizado, uma tensão provocada muitas vezes por aquelas condições, embora as aproveitava para atuar educacionalmente. Contudo, os discursos que elas portariam não estariam restritos somente à pressão da censura, estariam em busca de uma visibilidade e de despertar os sujeitos para o discurso marxista.

Sobre essa questão da publicidade do marxismo é importante enfatizar que sua opção pela forma de escrita de ensaio, como aponta Antonio Candido, “panorâmica” (CANDIDO, 1989, p. 25), sobretudo em suas obras, tinha para ele uma intenção mais permanente, a de se tornar uma leitura mais acessível a um público heterogêneo, composto não só de acadêmicos, visando a educação. Isto não queria dizer que o autor não primava pela complexidade. Essa prática de escrita que se preocupava em tornar mais democrática o acesso a seu pensamento mesclava graus de dificuldade e facilidade. Este último caso já foi apontado em carta enviada a André G. Frank, na qual revelava suas intenções ao escrever a obra *Revolução Brasileira* para “despertar” principalmente os “militantes”, o que fazia suscitar certas críticas aos seus trabalhos, porém lhe dava certa acessibilidade.

Neste sentido, sua missiva possui também outras dimensões como forma de desenvolver um contato educativo, no sentido gramsciano, mais “complexo” e “simples”, relacionado à exigência do momento, intenções dos autores e conteúdo a ser desenvolvido. A

carta⁷⁹ enviada ao então jovem Carlos Nelson Coutinho é um exemplo fundamental onde a exposição do seu discurso educativo epistolar mesclava a simplicidade e a complexidade, independentemente da posição social de seu correspondente. Ela era marcada pelo teor intelectual das indagações de seu interlocutor, com certas variações sutis de tratamento, sem contudo abrir mão de uma exposição por vezes densa.

Sobre a missiva, Caio Prado a inicia transparecendo certa calma, dando a entender certo cuidado por estar dialogando com um iniciante: “felicito-o pelo esforço com [sic] se dedicou ao assunto, e talento aí revelado”. Contudo, tendo em vista a complexidade da correspondência⁸⁰ que recebera, que carregava anexo um artigo escrito por seu correspondente apresentado em um concurso de estudantes promovido por um jornal local, “Jornal da Bahia”, sua resposta exigiria uma exposição com certo grau de dificuldade, mesmo em se tratando de um jovem secundarista.

O artigo procurava aplicar o método dialético à Revolução de 1798, “Revolução dos Alfaiates”, conforme aponta Caio Prado em sua resposta, a partir da “História Econômica”. Uma análise materialista dialética que procurava, segundo Nelson Coutinho, “desmistificar” seus fatos históricos, “radicalismo extremista e vasto conteúdo popular” e “estudada de maneira pouco consequente”.

Feita com cuidado a menção elogiosa, o historiador paulista investe em um discurso mais direcionado transparecendo que, embora haja naquele trabalho certa qualidade e que seu autor tenha se “esforçado” para construí-lo, sua resposta não seria apenas para reconhecer os méritos dos resultados, mas para apontar as passagens falhas que seu corespondente, conforme exigido, desenvolveria em uma análise crítica: “Mas não é para elogiá-lo que estou escrevendo. Nem é isso que você espera (faço-lhe a justiça de o reconhecer)”.

Sua resposta era para auxiliar seu correspondente por meio de uma crítica e, sobretudo, desenvolvimento de conceitos que Nelson Coutinho se mostrava ainda com certa imaturidade. Para isto, o historiador paulista apresentava-se como a pessoa que pudesse lhe dar apoio: “Como escreve em sua carta, o que você procura é se valer de minha já longa

⁷⁹ PRADO Jr. C. [Carta] 04 Dez. 1968, São Paulo [para] COUTINHO, C.N. In: Ref. IEB-USP Cx. 22, doc. 60.

⁸⁰ COUTINHO, C.N. [Carta] 28 Dez.. 1959, Bahia [para] PRADO Jr., C.. In: Ref. IEB-USP Cx. 22, doc. 10.

experiência, que talvez lhe seja de alguma utilidade. É com a maior satisfação que atendo a seu pedido”.

Embora o artigo possuísse muitas informações sobre aquela Revolução a carta-resposta trataria especificamente sobre metodologia, tema como visto muito caro por se tratar da base do conhecimento e das teorias: “A principal observação que tenho a fazer [sic] relativamente a seu trabalho, é que você não apanhou ainda inteiramente o que significa a 'aplicação' do método marxista”. O autor de *Dialética do Conhecimento* possuía preocupação com o entendimento do método como base de pesquisa, refletido por seus estudos e trabalhos sobre o assunto. Aquela obra se tornaria uma das representativas em tal tema. Seriam através daquela compreensão do materialismo dialético e de seu uso prático “adequado” que determinaria a produção de um conhecimento considerado válido por ele.

Neste sentido, haveria uma conduta correta do trabalho científico dialético que os historiadores deveriam incorporar. Um modo de trabalho necessário em respeito a certas exigências de bases metodológicas:

Aplicar um método de interpretação à pesquisa [sic] histórica, não consiste em partir de premissas teóricas, e deduzir daí a interpretação. O que o marxismo nos oferece, é um método de indagação, de procura dos fatos históricos. O historiador tende sempre escolher os fatos de que se irá ocupar, pois é impossível tratar de todas as ocorrências do passado. Além disso, o historiador precisa destacar os fatos mais importantes e fundamentais. É nisso, nessa escolha que intervem a [rasuras] diretriz do método. O método permite ao historiador selecionar aqueles fatos de maior interesse, de maior significação⁸¹.

O que o historiador tentava demonstrar é que a dialética não era resultado obtido, “deduzir daí a interpretação”, a partir de uma analogia, “premissas”, seria, sobretudo, a indagação sobre os fatos, e não sobre “premissas”. O método seria não a separação inicial de elementos para depois se fazer uma relação, como o jovem teria feito somente com dados teóricos sobre os acontecimentos, mas seria ele o próprio trabalho de separação e relação.

Em *Dialética do Conhecimento*, Caio Prado a inicia tratando desse problema do método, de se supor que existe um momento de construção teórica, premissas, para depois aplicar o método sobre ela. Diz ele: “para conhecer a Dialética é preciso pensar

⁸¹ PRADO Jr. [carta] 1968.

dialeticamente, isto é, conhecer a Dialética para conhecê-la” (PRADO Jr., 1980, p. 11). Esta é uma exigência metodológica transportada para seu discurso epistolar através do qual apontava um dos problemas fundamentais do artigo do estudante baiano que serve como ilustração para uma crítica maior sobre os usos que se faziam da teoria. Uma questão essencial para o trabalho histórico de cunho materialista dialético onde as escolhas daquele que pesquisa “intervem a [rasuras] diretriz do método”.

Com isto, ele não só se colocava como correspondente que auxiliava seu interlocutor como conhecedor e crítico dos trabalhos que lhe remetiam, sua intenção era também intervir nas ações para além de elaboração de discursos. Isto já foi demonstrado em carta a Evaldo da Silva Garcia através da qual dizia que sua relação intelectual com as pessoas não era apenas “para ajudar quem possa a escrever”.

No mesmo sentido, sua atenção ao método utilizado por Carlos Nelson Coutinho não seria isenta daquelas intenções. Em período seguinte, demarcará ele a diferença entre um historiador clássico e um marxista, que possuiriam funções e ações diferentes: “É certo que ha [sic] muitas maneiras de “narrar” um mesmo acontecimento, Você [sic], como marxista que é, conforme declara, ha [sic] de narrar a Revolução de 1798 de maneira diferente de um historiador que se guia pelos métodos clássicos”. O historiador marxista já deveria trazer em sua narração o próprio cunho dialético em uma relação entre teoria e fatos como uma conduta do trabalho científico.

Percebe-se, nesta arguição, um discurso com certo cunho moral que cobra daquele que se admite marxista, “como marxista que é, conforme declara”, o exercício do lugar que se ocupa como produtor de conhecimento, que deveria desenvolver uma prática condizente com a admissão o que Nelson não respeitou. Essa cobrança chama a atenção de Coutinho, que, embora se declarasse naquela posição, marxista, ainda estava atrelado ao “modo clássico” de se fazer história: “preferiu fazer uma exposição teórica” de eventos e conceitos justapostos.

A crítica recaía, sobretudo, no material utilizado para a produção do artigo, baseado em textos e comentaristas do evento, além de textos do Marx. Para Caio Prado Jr., utilizar apenas teoria comprometia a concretude dos fatos, já que eram discursos narrados posteriormente às datas da origem do evento analisado.

Após essa crítica à utilização teórica, na sequência, cobrava o material concreto, “os autos da devassa da Revolução”, que, indicava, encontravam-se na “Biblioteca Nacional”, documentos sobre o movimento revolucionário produzidos na época. Sua cobrança se baseava, desta forma, na falta de um trabalho de campo, o que traria um olhar sobre os acontecimentos práticos por meio de documentos, relatórios etc. Este procedimento o historiador interpretaria como sendo a parte empírica do processo de pesquisa.

Esse trabalho histórico que ele apontava ser diferenciado, na relação entre teoria e empiria, possuía uma função educativa para os possíveis leitores, qual seria a conclusão de expor a gênese da sociedade capitalista brasileira:

Conclusões essa que são a opressão colonial, ligada à opressão e exploração de uma classe por outra. Aí você teria relacionado um acontecimento importante como a revolução de 1798, com todo o conjunto da vida social, econômica e política da colônia. E isso seria uma grande contribuição para o conhecimento da história, não só da Revolução, como do Brasil em geral.

Aquela característica da formação da sociedade revelaria a divisão social marcada pela exploração de classes, cerne que também estava em “jogo” na “Revolução dos Alfaiates” sendo um evento pontual, mas daquela gênese da sociedade.

Este seria um trabalho histórico de construção de conhecimento e de denúncia, porque ele contribuía com a elucidação de um momento histórico específico de um local e “do Brasil em geral” e de suas conjunturas socioeconômicas. Um meio não só de oferecer possibilidades de conhecimento sobre a historiografia brasileira, mas também uma visão sobre a conduta moral na relação de seus sujeitos em meio ao capitalismo.

Sua resposta ao jovem secundarista pela relação entre produção de conhecimento e responsabilidade educativa dessa produção complexificava o tema da “revolução de 1798”. Ao atrelar um passado longínquo como explicação para a divisão social atual de classe, na época da troca das missivas, na função do historiador como seu divulgador, ele apontava um elemento a mais para o processo educativo que seria certa dose de moral para o comportamento daquele que produz e divulga conhecimento. Disto se dava a indicação de sua posição, por exemplo, naquele momento pela carta, de seu lugar de intelectual-educador marxista que não se furtou em demonstrar ao jovem, talvez como referência. Sua carta, deste

modo, foi concluída ao demonstrar sua intenção de implementar modificações: “Tudo isto é apenas para esclarecê-lo [sic], e o ajudar na carreira de historiador para a qual você revela talento”.

Neste sentido, há diferenças em sua atuação educativa epistolar e, por exemplo, a do escritor Mário de Andrade com sentidos bem definidos. A primeira delas, enquanto o autor de *Macunaíma*, por meio de seus discursos epistolares, atribuía atenção especial às discussões em torno da arte, poesia, literatura, música, com ênfase as duas primeiras, o historiador visava à questão política. Esta é uma diferença para se compreender sua atuação educativa pela carta. Especificamente sobre o campo artístico, Mário possuía certa visão sobre seu caráter que o “impedia” ou não o permitia “intervir” diretamente nas produções que lhe eram remetidas pela missiva, mesmo acompanhadas de pedidos de auxílio, orientação etc.

Marcos Antonio de Moraes, na obra *Orgulho de jamais aconselhar* (2007), em que trata da escrita epistolar de Mario de Andrade em uma possível relação com uma prática pedagógica, aponta que, para o escritor, havia um “bordão que [ele] irá reiterar [em vários trabalhos, inclusive em] cartas”: “arte é um elemento de vida e não de sobrevivência” (MORAES, 2007, p. 18), que demonstra a separação entre sua função sentimental e sua função prática pela ênfase à primeira, como algo que se “sente” e não como “exercício”. Assim, ela não teria espaço para o ensino prático, ou a vivência prática como forma utilitária de vida, mas como “vivência sentimental”. Parece ser neste sentido que suas cartas tomam, ou tentaram adquirir, a aparência de “ensaio” como aponta Moraes naquela obra. Uma reflexão que, embora haja um interlocutor em mente, trata-se de um momento individual onde o sujeito mergulha solitariamente em suas reflexões ao não desejar atribuí-las um estatuto de ensino: “Reconhecendo que muitas de suas cartas não eram apenas “recados”, Mário vê o exercício de sua epistolografia assombrado pelo “fazer literatura”. Mais do que um mero *topos* de despistamento de assuntos difíceis, essa expressão alimenta o pensar sobre o próprio gênero” (p. 70).

Para o historiador paulista, a escrita epistolar de cunho educativo terá como função não só discutir ou desenvolver temas à maneira de ensaio, ela possuía também uma função de intervenção moral através da qual seu argumento procurará mexer com as convicções dos sujeitos, mesmo em se tratando de um jovem estudante de 17 anos, no sentido de lhes fazerem refletir sobre o tema tratado e a fazer uma autorreflexão como sujeito que procura ocupar um

lugar na sociedade. Em caso específico, como ficou claro, no lugar que o jovem pretendia ocupar de produtor de conhecimento de cunho marxista e de denunciador de um momento histórico capitalista da formação da sociedade brasileira.

Esse paradigma deveria ser incorporado não só ao conhecimento científico, porque, para ele, a política era fundamental para a demarcação daquele espaço de cientista que interviria na sociedade. Isto, mesmo em se tratando de arte, ao contrário do que defendia Mário de Andrade. Foi o que ocorreu com sua carta encaminhada à Casa Euclidiana por meio da qual fazia críticas ao livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Epístola que traz muitos indícios acerca de seu ponto de vista do papel do educador para a sociedade, independentemente da área em que atua.

Aparentemente, sua carta inicia por uma satisfação a um assunto determinado requerida por Arivelsio Padilha, responsável à época pela Casa Euclidiana, sobre suas afirmações a respeito de *Os Sertões*, publicadas em periódico do Rio Grande do Sul:

[...] Em ofício de março, que recebi com grande atraso, Vossa Senhoria estranha afirmação que eu teria feito em entrevista concedida a jornal de Porto Alegre, a respeito de Euclides da Cunha. O texto da entrevista, de que só tive conhecimento depois de publicado, não reproduz fielmente o que afirmei em simples conversa a um jornalista, conversa essa transformada em entrevista⁸² (grifo do autor).

Seu discurso inicial contextualiza o material que Arivelsio só tomou conhecimento através de uma publicação, o que atribuía a ele certo ponto de vista, que o historiador considerava parcial (“não reproduz fielmente o que afirmei em simples conversa a um jornalista, conversa essa transformada em entrevista”), tratada em determinadas condições com certa complexidade.

Cabe ressaltar que esta situação ilustra a discussão do Capítulo anterior, sobre a concepção de “evolução”, quando o pensamento de Caio não era publicitado sem o cuidado de averiguar o significado implícito de suas afirmações. Por um lado, ele sinaliza com isto que apenas a leitura de um material pela justaposição de discurso não é suficiente para compreender seu ponto de vista, por outro, retira a qualificação daquele material que fora apresentado como sendo suas palavras com intenção de recolocá-lo por sua própria fala.

⁸² PRADO Jr. C. [Carta] 26 Abril. 1960, São Paulo [para] PADILHA, A. In: Ref. IEB-USP Cx. 21, doc. 24.

Havia, na publicação, algo que, segundo ele, fora recortada, o que a atribuía outra conotação. Desta maneira seguia seu discurso:

Referindo-me à discordância tão comum no passado, entre o tratamento dado à realidade brasileira em nossa literatura (e não só a de ficção), e essa realidade tal como de fato se apresenta, tive ocasião de afirmar que dessa visão deformadora não escaparam muitas vezes nem mesmo alguns dos maiores escritores brasileiros que procuravam precisamente ajustar seus conceitos e idéias aos fatos reais e concretos da vida brasileira. Citei então, a propósito, o nome de Euclides da Cunha, mas sem aquela ênfase e maneira peremptória que transparecem no texto da entrevista.

O cunho da “conversa” teria sido sobre o campo do conhecimento no Brasil a partir do qual se produziu material intelectual que serviu para cristalizar visões, segundo ele, contraditórias, sobre a realidade brasileira. Neste sentido, houve pelas mãos do jornalista um deslocamento de seu discurso de um ponto que era o foco da conversa para a polemização de um aspecto qualitativo dele. Euclides da Cunha surgiu como um exemplo ilustrativo, qualidade específica de uma maneira de se produzir “conhecimento”, para desenvolver seu argumento que era sobre a ciência (“nossa literatura (e não só a de ficção)”).

A resposta, ao contrário, desdobra-se tendo como pano de fundo um problema do conhecimento na geração de intelectuais que antecedeu a década de 1930, responsável por uma maneira de se produzir ciência marcada por certo “lirismo”. O remetente com aquela crítica demonstrava tal aspecto no texto de Euclides da Cunha:

Os Sertões de Euclides da Cunha não dão, em conjunto, a meu ver, uma idéia rigorosamente adequada dos sertões reais do nordeste. Experimentei-o pessoalmente quando, por ocasião de meu primeiro contato com aquela região (já lá vão dessa data quase 30 anos), procurei muitas vezes, sem encontrar, a imagem que trazia dos Sertões euclidianos, e que o entusiasmo do leitor juvenil daquela época, pelo grande escritor, gravára [sic] em meu pensamento. Esse desaponto deu lugar mais tarde, depois de novas leituras dos Sertões, e de outras e repetidas viagens [sic] pelos sertões reais, à conclusão de que efetivamente o grande literato e primoroso estilista, que foi Euclides da Cunha, se imprimira muito mais nos Sertões, que o observador e analista social.

Houve, segundo ele, naquele texto, uma sobreposição do “lúdico”, “primoroso estilista”, sobre o “real”, “sertões reais”, que camuflava uma situação social que não possuía aquela atmosfera poética demonstrada pela obra. Ele afirmava, indiretamente, que o evento

que Euclides fôra cobrir, o conflito de Canudos, estava atrelado a condições concretas não analisadas devidamente por seu olhar de correspondente que fora cobrir o evento: “imprimira muito mais nos Sertões, que o observador e analista social”.

De certa forma, Caio Prado faz de seu conhecimento sobre o sertão, e por intermédio da escrita do intelectual carioca, uma contraposição do “observador” que estivera no local para acompanhar os desdobramentos do conflito, filiado aos IHGs, entre eles o IHGB e o IHGSP, e do outro “grande literato e primoroso estilista”. Com isto, ele demonstra que tinha conhecimento de que a obra *Os Sertões* quando de seu surgimento tinha outro cunho⁸³, a saber, acompanhamento e relatos para publicação em periódico (*O Estado de S. Paulo*) à maneira de notícia analítica, que não aquele decorrente posteriormente da reunião de todos os textos em uma obra literária.

O que parece estar sob sua crítica é que, sendo Euclides da Cunha um filiado ao IHGSP, convivendo com os produtores de conhecimento e construtores da ciência da época, ele transparece uma qualidade reconhecida naquelas gerações: a incorporação em seus trabalhos de certo “estilismo” recorrente na literatura de ficção. Para ele, isto representava um problema da produção científica para o conhecimento das gêneses sociais do país e um aspecto que causava impacto na educação, sobretudo, tendo em vista o grau de popularidade da literatura para a sociedade⁸⁴. Sua crítica afirmaria que aquelas, produção científica e literatura de ficção, desenhavam uma realidade “distorcida” das condições reais: “Não encontrei nos sertões reais, por mais que o procurasse, e creio que ninguém neles encontre, o épico dos Sertões euclidianos, esta raça de centauros heróicos que constituiriam uma preciosa reserva de forças potenciais para a nacionalidade brasileira”.

A educação, para ele, por seu poder de determinação, deveria estar marcada pela “realidade”, mesmo aquela disseminada pela literatura de ficção. E essa realidade, segundo seu ponto de vista, exposto em seguida na carta, deveria ser vista pela condição socioeconômica dos sujeitos nas mais variadas regiões, mesmo nas mais miseráveis, em relação às condições também socioeconômicas do conjunto da sociedade, nas regiões mais abastadas:

⁸³ Sobre o assunto ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Os Sertões – Campanha de Canudos* : Edição Crítica de. Ática, 1998.

⁸⁴ Sobre o assunto ver: CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

O que os sertões reais apresentam (foi para mim, e ainda é, uma das mais dolorosas observações, que muito contribui para o rumo que tomou minha vida), é um mundo em decomposição, onde vegeta uma população cujo estado físico e moral se pode dizer degradante para a espécie humana. É a miséria mais sórdida, na extensão da palavra, e que rebaixa o homem para níveis [sic] que já se podem dizer abaixo dele. Não é isso que nos dizem os Sertões...

Assim, essa realidade precisaria ser mediada pela relação entre a “boa” condição social, de acesso às necessidades do homem para a realização de sua “humanidade”, e a “má” do ponto de vista “vertical e social”, o que *Os Sertões* “negligenciava” ao valorizar um heroísmo espacial, dos revoltosos na sua coragem de enfrentar o Estado local, épico-ideológico:

Mas – e é nisso, a meu ver que os Sertões euclidianos mais se apartam da realidade – essa gente sertaneja absolutamente não constitui, como pretendeu Euclides da Cunha, uma sociedade espacialmente apartada e segregada do resto do Brasil, formando, insulando no país um conjunto discriminado, distinto e internamente homogêneo. É assim que os Sertões euclidianos retratam os sertões reais. Nada mais falso. Nos sertões do nordeste, como no resto do país, a diferenciação e discriminação não é territorial e horizontal, e sim vertical e social.

Caio Prado Júnior tendia com sua arguição atrelar à política aquele modo expositivo de Euclides da Cunha, como um aspecto de época que impediria de traçar vertentes reais da sociedade e que, do ponto de vista educacional, causaria grandes impactos no imaginário sobre o interior do Brasil. Sua crítica política se baseava na visão parcial do autor, que tendia à generalização. Ela interpretava a região como um trecho isolado, pontual em relação ao resto do país: “sociedade espacialmente apartada e segregada do resto do Brasil”, mas pela homogeneização de suas características, como se fosse reconhecida em toda região sertaneja: “internamente homogêneo”. Isto influenciaria o entendimento “problemático” sobre as próprias distinções que existiriam naquelas localidades.

Aquele modo de interpretar o Brasil interiorizado surtiria efeito sobre seu entendimento educativo, o que influenciaria a própria política pública para aquele local ao lidar com seus problemas. Por ser entendido como um trecho apartado do resto do país, a política seria no intuito de se fazer sua integração. Um problema visto por Caio Prado Jr. sendo que, segundo o historiador, apenas uma parte da população era isolada social e

economicamente por não usufruir dos bens que a região produzia, devido à concentração daqueles sob o poder de poucos: “Essa falsa imagem dos sertões reais, que os Sertões euclidianos ficaram no pensamento brasileiro, tem pesado consideravelmente e negativamente bem entendido, nas nossas concepções políticas”. Criava-se uma dificuldade de compreender os problemas e de encontrar “soluções” quando não se verificava que naquelas regiões havia também uma divisão de classes, porque o ideal de conjunto homogêneo se sobrepunha às diferenças internas.

Sua crítica estava baseada, sobretudo, na compreensão de que a literatura, de ficção ou não, cumpre uma função também educativa e não apenas de divertimento o que influenciava as práticas e as ações. Nisto teria residido aquela obra com seu gênero “ficcional”, segundo o historiador paulista, que contribuiria com a cristalização de certos sentidos comuns sobre a população sertaneja e suas diferenças internas socioeconômicas em suas condições de vida: “Isso tem levado a não poucas soluções falsas, de que se ressentem desde as Obras contra as Secas, até a recentíssima operação Nordeste”.

Daqueles sentidos comuns, sua escrita continuaria a traçar os problemas genéricos levantados pela literatura euclidiana, como sua afirmação de que “todo sertanejo é vaqueiro”, “agricultura” como “rudimentares plantações da vasante”. Trataria ainda das diferenças de meios de produção no campo, do modo de vida do vaqueiro, das regiões urbanas e do campo, pastoris e de plantio, pensando dialeticamente as singularidades entre os Estados e os municípios, com sua vegetação específica, clima litorâneo em relação ao do interior etc., demonstrando que a generalidade fabulosa tendeu a camuflar as distinções concretas. Aspectos que vão para além da ficção e do romantismo que a educação euclidiana de *Os Sertões* teria “negligenciado”.

Entretanto, o historiador paulista reconheceria ainda na obra sua representatividade em colocar em discussão um aspecto da vida social brasileira, a miséria, pouco trabalhada na época. O texto, pelo seu caráter educativo, ofereceria pontos positivos: “a grande contribuição de Euclides foi o desassombro e a coragem com que, em meio à hipocrisia característica do seu tempo ele denunciou as mazelas sociais do país”. Ou seja, ele cumpriu uma função político-social, mesmo contendo elementos parciais ou fictícios sobre a realidade, porque apresentou o debate sobre as diferenças existentes no país, um problema que urgiam ações.

O que antes eram tratadas muitas vezes pelo campo do conhecimento com certo preconceito, mas que em sua literatura encontrava uma conotação distinta, outro acabamento, “heroico”, “resistente”, de uma maneira, mesmo que isso tenham implementado visões artificiais, ainda sim com uma marca “altiva”: “O impacto emocional que isso produziu teve o mais largo efeito, pois ensinouas [sic] novas gerações a olharem diferentemente para o Brasil e suas coisas”.

A obra *Os Sertões* seria, desta forma, apontada como um texto que causou certo impacto no pensamento brasileiro, colocando em discussão as características da sociedade antes muitas vezes negligenciadas: “O pensamento brasileiro, - com Euclides da Cunha, começa a adquirir maioridade”.

Sua correspondência finaliza o discurso revelando suas observações sobre a obra relacionada com o universo real e com o lúdico na construção literária euclidiana, de onde decorre uma complexidade ideológica do intelectual carioca, na qual o ponto de partida foi sobre os fatos captados por seu olhar, ora influenciado pelos ideais de época, ora influenciando novas perspectivas, que, na sua verbalização literária, segundo o que se verificou, era carregado de aspectos lúdicos e educativos. Uma resultante que ao mesmo tempo influenciou “negativamente” e “positivamente” sobre as gerações futuras. Um “marco” que estimulou novas visões sobre a realidade social.

Além dessas possibilidades de análise que tal carta apresenta para se compreender a crítica educativa caiopradiana, ela também condensa aquela perspectiva dos obstáculos geográficos trabalhado inicialmente.

É importante observar que essa missiva estabelece uma relação de ordem geográfica pela qual se “desfazem” as distâncias naturais. Como resposta remetida por Caio Prado Jr. e o problema que suscita suas produções, ela traça certa geografia pelo seu trânsito e temas. Em outras palavras, que se torna um meio em potencial de encurtar distâncias e subverter impedimentos.

Pode-se observá-la contendo referências à primeira correspondência⁸⁵ enviada em nome da Casa Euclidiana localizada em São José do Rio Pardo que demandou uma resposta encaminhada da Capital do Estado, baseada em um periódico publicado em “Porto Alegre”

⁸⁵ Não se encontra no Acervo a carta que dera início ao diálogo.

sobre eventos ocorridos no Nordeste. Ela redesenha distanciamentos em sua trajetória que por meio de seu gênero são reunidos possibilitando uma comunicação educativa que transcende espaços, quer sejam de produção, quer sejam de fatos, quer sejam intelectuais. Ela serve à comunicação em seu caráter educativo, informativo, instrutivo e, principalmente, político, pela sua potencialidade de divulgação, ou seja, torna-se uma ferramenta importante para a educação de cunho político.

Presta-se ao uso do intelectual-educador em uma luta cultural que atua além dos espaços tradicionais de educação, contribuindo com a própria constituição de um tipo específico de educador, que possui uma prática adiante da sociedade, e não somente voltado à comunidade acadêmica, pensado por Gramsci:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político) (2010, p. 53).

5. Conclusões

O lugar ocupado por Caio Prado como referência educacional e a função de sua carta naquele universo ficam visíveis quando a questão é divulgar o método marxista como um meio de conhecimento crítico tanto sobre os objetos de estudos quanto sobre o modo de tratá-los, considerando aí certa dose de moralidade, que deve conter o ato educativo na sua visão marxista. Também é patente que ele levava, dados os exemplos, em consideração as discussões sobre o método indiferentemente do autor da correspondência, mesmo partindo de instituições ou de iniciantes. Mais importante do que se fazer distinções, seria auxiliar os sujeitos ou a compreender seu ponto de vista como forma válida de conhecimento ou as dificuldades daqueles junto ao universo marxista em um trabalho ativo atrelado a um movimento de luta, por sua vez, cultural de esquerda.

A carta se mostrava, em meio àquela configuração, um mecanismo importante da publicidade da luta de esquerda com grandes potencialidades, embora com certos limites. Ela se tornava espaço da complexidade e simplicidade para desenvolver dialogicamente os assuntos, mas tendo em vista o limite que impõe a sua escrita: “Mas não posso agora estender-me [sic] nesses pontos”. Mesmo assim, ela foi adotada pelo intelectual-educador paulista como parte de sua ação revolucionária processual que tinha a educação política como pilar primordial.

Seu uso se deu, conforme foi desenvolvido, da relação entre correspondência e sociedade pela visão dos interlocutores em uma relação com a política. Neste sentido, a correspondência parece ser usada por eles também como suas leituras sobre a sociedade e, consequentemente, aproximá-la de contextos históricos é um modo de se compreender essas duas dimensões verbalizadas pelo discurso epistolar. Ele se configurou como uma extensão daqueles, correspondência, sociedade, “vozes” dos interlocutores e política, pelo qual deu sentidos, ou negando ou aceitando o método do materialismo dialético.

A carta, por um lado, apresenta-se com isto uma dimensão da obra de um sujeito, sua história cultural, pela relação entre a materialidade de seu conjunto epistolar, conjunto de cartas produzidas ao longo da vida, com o universo cultural das ideias. Disto se dá a

“construção da figura de seu autor”. Por outro, ela apresenta “leituras” da sociedade, feitas por seus interlocutores, que atribuem significados ao seu próprio gênero. Por isso, a importância de mediá-la aos contextos históricos, porque são leituras dos contextos que atribuem certa característica à missiva. No caso do conjunto aqui trabalhado: um elemento da comunicação da educação política importante para a disseminação do debate sobre o marxismo como realidade para se pensar a sociedade brasileira.

O conjunto se torna, deste modo, um lugar em potencial de captar o olhar dos interlocutores sobre aquela sociedade a partir de um determinado ângulo, no caso de Caio, da política. O olhar sobre o cotidiano político-social que exige uma dinâmica das relações que as cartas trocadas procuram corresponder, porque elas desenvolvem os fatos corriqueiros imediatos e os eventos do passado retomado pelo presente, dispostos pelos seus discursos no bojo de um conflito ideológico envolvendo a direita e a esquerda no país. Assuntos que ganham visibilidade diária por meio de inúmeros mecanismos de comunicação e fatos históricos do passado que se ligam de alguma maneira ao presente refletidos pela epístola.

Nisto consta uma semelhança entre sua utilização por Caio Prado Júnior e os intelectuais no geral, no caso, especificamente dos marxistas. A carta se tornou mecanismo de luta revolucionária para repassar as informações, desenvolver termos, educar, persuadir, criticar. Assim o foi com o próprio Marx (MARX, 2003, s. nº p.), por exemplo, nas críticas a Proudhon, onde por uma analogia ao pensamento do autor de *Filosofia da Miséria*, teciam comentários sobre a obra em uma troca de correspondência com Annenkow; ou sobre o materialismo histórico desenvolvido pela mesma via em uma troca de missiva com Weydemeyer; ou, ainda, sobre a “lei do valor” com Kugelmann; e “tecnologia e revolução industrial” com o próprio Engels.

Essa é uma característica enfatizada por Hobsbawm na obra *História do Marxismo* (3ª. Ed., 1982) em que aponta a importância da correspondência na atuação político-educativa de Engels: “Todos [Kautsky, Bernstaein, Bebel e Liebknecht] foram diretamente influenciados por Engels. Mas sua correspondência [...] abordava praticamente todos os ângulos do mundo e se exprimia em conselhos, sugestões, esclarecimentos [...]” (1982, p. 31). O marxista alemão se valia da dinâmica epistolar para travar contatos com os quatro continentes.

No caso brasileiro, não foi diferente. Em plena luta ideológica de resistência cultural da esquerda, sobretudo, durante o período militar com a luta implementada pelo PCB, a correspondência se tornou uma ferramenta imprescindível nas mãos de intelectuais marxistas e militantes como forma de resistir às perseguições e à censura.

É importante ressaltar que tal luta não esteve necessariamente relacionada à esquerda, mas a toda frente que criticou os governos militares. Um exemplo seria o caso de Maurício Goulart, político que, após uma longa luta de resistência contra a ditadura na década de 1960, filiou-se ao MDB. No Acervo do Fundo Caio Prado Júnior se encontra um Dossiê do então político militante que esteve na luta de resistência, às vezes coincidindo com a luta em que participou Caio Prado, como, na década de 1930, período em que este ainda não tinha se filiado ao PCB, que atuou no movimento pró-constituição ao lado do general Miguel Costa. Esse conjunto, que cobre fragmentariamente os períodos da década de 1930 a início da década de 1970, agregado ao Acervo, revela pela sua variedade de documentos, contendo correspondência das prisões políticas, mais um olhar sobre o movimento de resistência pela democracia política no país sem necessariamente ser uma luta comunista.

Essa modalidade da comunicação se tornou, no geral, um componente da luta de resistência pela democracia política, que, no universo marxista brasileiro, ampliou para outros acessos, como econômico, social, cultural etc., o que a atribui um dispositivo comum do processo revolucionário para a atuação político-educativa de esquerda.

Contudo, como aponta Chartier, recuperando Ginzburg, “há sempre uma diferença em meio à semelhança”. Caio Prado Júnior, em relação à intelectualidade por meio da demarcação singular de seu lugar, apresentava, pela correspondência, os indícios daquela singularidade. Primeiro, por meio da exposição crítica marxista, explicação de suas defesas particulares, como, as apresentadas no Primeiro e no Segundo Capítulos, sobre temas que tendiam pelo PCB adquirir características gerais. Segundo, aparentemente, pela não distinção classista de seus interlocutores, sendo mediado mais pelo conteúdo das missivas do que pelos lugares sociais ocupados pelos seus autores porque esses, segundo as convicções caiopradianas, compunham uma luta ampla transformadora onde todos teriam participação, por isso seu processo educativo acessível. Além disso, sua correspondência não se conteve em apenas falar de política, mas compôs uma intenção de ações por onde expôs seus meandros, instruiu, educou, panfletou, cooptou, criticou, o que lhe garantiu a independência e a

acessibilidade por realizar muitas vezes aquelas ações pelo seu próprio entendimento do que seria movimento político-educativo para um processo revolucionário⁸⁶.

Ambos os casos, independência intelectual e acessibilidade, parecem compor sua imagem de intelectual-educador na acepção de Gramsci, de “alto grau”. Ela serviu de referência para os militantes, iniciantes e curiosos do marxismo e para outros intelectuais que viam em sua experiência e conhecimento intelectual um ponto mediador, quer seja para se agregar a ele quer seja para criticá-lo que soube explorar um lugar privilegiado: sua correspondência como espaço de educação de convicções políticas.

⁸⁶A obra *Revolução Brasileira* revisitada no Primeiro Capítulo materializa esse “jogo político”.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. *Um departamento francês de ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Lisboa: Celta, 1997, Tradução: Miguel S. Pereira.
- Idem. *Homo academicus*. Florianópolis: UFSC, 2011, Tradução: Ione R. Valle; Nilton Valle.
- BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora UNICAMP, 2011, Tradução: Fernando R. Jardim.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, Tradução: Magda Lopes.
- Idem. *Uma História Social do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, Tradução: Plínio Dentzien.
- CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*. Primeira edição, 1959.
- Idem. “A força do concreto”. In D’INCÃO, Maria A. Organiz. *História e Ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Idem. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2011, Tradução: Ephraim F. Alves.
- CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte, 2009, Tradução: C. Antunes.
- Idem. *Inscrever & apagar*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, Tradução: Luzmara C. Ferreira.
- Idem. *La correspondance, les usages de la lettre au XIX siècle*. Paris: Fayard, 1991.
- COGGIOLA, Oswando. Organiz. *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CUNHA, Luiz A. “A educação e a construção de uma sociedade aberta”. In *Educação e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.
- D’INCÃO, Maria A. Organiz. *História e Ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERNANDES, Florestan. In Introdução PRADO Jr., Caio. *História e Desenvolvimento*, 1999.
- FRANCO, Renato. “Censura e modernização cultural à época da ditadura”. São Paulo: UNESP. In *Perspectivas*, Revista de Ciências Sociais, v. 20-21, 1997-1998.
- GALVÃO, Ana Maria de O.; MELO, Juliana F. de; SOUZA, Maria José F.; RESENDE, Patricia C. Organiz. *HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, Tradução: Federico Carotti.
- GOFF, Jacques le. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 2003, Tradução: Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges.
- GOMES, Ângela Maria de C. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GONDRA, José G. *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, Tradução: Carlos Nelson Coutinho.
- GRESPLAN, Jorge. *A teoria da História em Caio Prado Júnior*. São Paulo: s. Edit., 2008.
- HOBSBAWM, Eric. *A História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, Tradução: Leandro Konder; Carlos Nelson Coutinho.

- Idem. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, Tradução: Cid Knipel Moreira.
- Idem. HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, Tradução: Marcos Santarrita.
- KONDER, Leandro. *História das idéias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- Idem. *A DERROTA DA DIALÉTICA*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LOPES, Eliane Marta T. *Perspectivas Históricas da Educação*. São Paulo: Ática, 2004.
- LÖWY, Michael. Organiz. *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, Tradução: Cláudia Schilling; Luís Carlos Borges.
- MARIATÉGUI, José Carlos (Org.); PERICÁS, L. B. M. Organiz. *Mariátegui Sobre Educação*. São Paulo: Xamã, 2007.
- MALERBA, Jurandir; RÜSEN, Jörn. Organiz. *A História Escrita*. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORAES, Marcos Antonio de. *Orgulho de jamais aconselhar*. A Epistolografia de Mario de Andrade. São Paulo: EDUSP, 2007.
- Idem. (Editor) *TERESA*. São Paulo: Editora 34. Revista de Literatura Brasileira, nºs 8 e 9.
- PÁDUA, Elisabete M.M. de. *Cronologia vida/obra de Caio Prado Júnior*. In D'INCÃO, Maria A. Organiz. *História e ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. *Mariátegui e a questão da educação no Peru*. São Paulo: Lua Nova, 2006.
- PONCE, Aníbal. *Educação e Luta de Classes*. São Paulo: Cortez, 2007, Tradução: José Severo de C. Pereira.
- RÊGO, Rubem M. L. *Sentimento do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- SÁEZ, Carlos; GÓMEZ, Antonio C. Editores. *La correspondencia en la Historia*. Madri: Calambur, 2002.
- SCOCUGLIA, Afonso C. *Goulart e o Golpe de 1964: Por uma nova historiografia*. In UNICAMP: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Afonso_Celso_Scocuglia_artigo.pdf.
- SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TIN, Emerson. Organiz. *A Arte de Escrever Carta*. São Paulo: UNICAMP, 2005.
- VAINFAS, R. "Vida privada: as máscaras do objeto". In *Jogos da política, imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, s.d.
- VÉNDRIE, Hélène. "Politique et esthétique dans la correspondance de Félicien Rops" In: *La lettre et le politique*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1986.
- WIDE, Maria Célia. *Caio Prado Jr. um intelectual irresistível*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Obras de Caio Prado Júnior

PRADO Jr. C. *Dialética do Conhecimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Idem. *Notas Introdutória à Lógica Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

Idem. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Idem. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Idem. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins Editora, 1942.

ANEXO

Cartas utilizadas:

Ativas

PRADO Jr., C. [Carta] 31 Julho, 1968, São Paulo [para] CARVALHO, Bernadete; FARIA, Eduardo G.; DOMÊNICO, José R. S. de.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. 138.

PRADO Jr., C. [Carta] 18 Janeiro. 1936, São Paulo [para] CERQUINHO, H. In Anexos. D'Incão, M. A. História e Ideal. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 480.

PRADO Jr., C. [Carta] 07 Dez. 1967, São Paulo [para] CORREIA, M. In: Ref. IEB-USP: Cx. 22, doc. CPJ-CA040.

PRADO Jr. C. [Carta] 04 Dez. 1968, São Paulo [para] COUTINHO, C.N. In: Ref. IEB-USP Cx. 22, doc. 60.

PRADO Jr., C. [Carta] 08 Fev. 1960, São Paulo [para] COUTINHO, C. N. In: Ref. IEB-USP: Cx. 22, doc. CPJ-CA060.

DAVIS, Horace B., [Carta] 10 Out. 1969, New York [para] PRADO Jr., Caio. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 003co, doc. 39.

PRADO Jr., C. [Carta] 27 Março 1967, São Paulo [para] FEDER, E. In: Ref. IEB-USP: CX. 021co, doc. 94.

PRADO Jr., C. [Carta] 30 Nov. 1967, São Paulo [para] FRANK, Andre G. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. S.f.

PRADO Jr., C. [Carta] 11 Maio 1946, São Paulo [para] GARCIA., Evaldo da S. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 020co, doc. S.f.

PRADO Jr., C. [Carta] 04 Dez. 1968, São Paulo [para] MIRANDA, M. Y. E. P.; COUTINHO, M. T. de L. da S. In: Ref. IEB-USP: Cx. 021 Ativa, doc. 38.

PRADO Jr. C. [Carta] 18 Nov. 1968, São Paulo [para] MIRANDA, M.Y.E.P. de; COUTINHO, M. T. de L.O. A. In: Ref. IEB-USP Cx. 21, doc. 31.

PRADO Jr. C. [Carta] 25 Nov. 1968, São Paulo [para] MONACO, O. A. In: Ref. IEB-USP Cx. 21, doc. 38.

PRADO Jr., C. [Carta] 24 junho, 1960, São Paulo [para] PADILHA, Arivelsio.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. 24.

PRADO Jr., C. [Carta] 15 Abr. 1944, São Paulo [para] Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 025.

PRADO Jr., C. [Carta] 27 Nov. 1968, São Paulo [para] SOUZA, C. T. In: Ref. IEB-USP: Cx. 021co. ativa, doc. S. f.

PRADO Jr., C. [Carta] 10 Nov. 1966, São Paulo [para] TAVARES, Assis. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 021co, doc. S.f.

Passivas

ÁVILA, F. B. [Carta] 07 Jul. 1959, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 022co., doc. 38.

BARBOSA, Pedro M. [Carta] 20 Abr. 1959, Teresina [para] PRADO Jr., Caio In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 003co, doc. 069.

BAZARIAN. [Carta] 06 Jul. 1959, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 022co., doc 31.

CAMPOS, B. de. [Carta] 05 Dez. 1963, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 020co., doc. 138.

CARVALHO, J. [Carta] 06 Out. 1963, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 020co., doc. 171.

COUTINHO, Carlos N, [Carta] 28 Dez. 1956, Bahia [para] PRADO Jr., C.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 022co, doc. 10.

COUTINHO, C.N. [Carta] 28 Dez.. 1959, Bahia [para] PRADO Jr., C.. In: Ref. IEB-USP Cx. 22, doc. 10.

COSTA, João C, [Carta] 1956, San Juan de Porto Rico [para] PRADO Jr., C.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 011co, doc. 69.

COSTA, J. Cruz. [Carta] 01 Agosto. 1970, São Paulo [para] PRADO Jr, C. In: Ref. IEB-USP Cx. 20, doc. 217.

DULLES, J. W. F. [Carta] 11 Nov. 1965, São Paulo [para] PRADO Jr. C. In: Ref. IEB-USP Cx. 20, doc. 227.

FERRAZ, H. [Carta] 25 Abr. 1962, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 020co., doc. 209.

HAK-SOO, Yoo, [Carta] 14 Junho, 1960, Coreia do Sul [para] PRADO Jr., C.. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 003co, doc. 62.

KOURÍM, Z. [Carta] 28 Jan. 1963, São Paulo [para] PRADO Jr., C. In: Ref. IEB-USP: Cx. 020co., doc. 195.

LEPPILLI, Julio. [carta] 18 dez. 1953. Roma [para] PRADO Jr., C. In Ref. IEB-USP: Cx. 014co-2, doc. 99.

REALE, M. [Carta] 18 Julho. 1960, São Paulo [para] PRADO Jr. C. In: Ref. IEB-USP Cx. CPJ-CP-IBF 003.

SALIM, Cesar S. [carta] 25 Março. 1964, São José Dos Campos [para] PRADO Jr. C. In: Ref. IEB-USP Cx. 020co, doc. 140.

SANTOS, Walter G. dos [Carta] 02 Abr. 1963, Rio de Janeiro [para] PRADO Jr., Caio In: Ref. IEB-USP Cx. CPJCA 020co, doc. 157.